



A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA









A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista - Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA



- 83 -









Lisboa / Rio Grande 2023 Ficha Técnica

Título: A questão diplomática da Ilha da Trindade e a imprensa

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 83

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 8 ago. 1896. A. 2. N. 69. p. 4.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa Biblioteca Rio-Grandense Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2023

ISBN - 978-65-89557-82-1

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

ÍNDICE

A questão da Ilha da Trindade: breve histórico / 9

O conflito diplomático brasileiro-britânico e a mediação lusitana: repercussões na imprensa portuguesa / 59

A Ilha da Trindade e a cruzada antibritânica na imprensa ilustrada e humorística carioca: *Revista Ilustrada* e *D. Quixote /* 137

A QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE: BREVE HISTÓRICO

A transformação institucional pelo qual passou o Brasil a 15 de novembro de 1889 traria consigo progressivas mudanças nos rumos da política exterior do país. Para os novos detentores do poder, era necessário corrigir aquilo que eles consideravam como um grave erro na diplomacia do Brasil Imperial, ou seja, pretendiam os governantes de então mudar o enfoque primordial das relações externas brasileiras, predominantemente ligado ao concerto europeu, para uma nova tendência diplomática, voltada ao horizonte americano. Nesse sentido, as mudanças na política interna acabariam por trazer irreversíveis alterações na política externa brasileira, embora tal *americanização*, no que tange às relações internacionais, tivesse já uma origem histórica ligada ao movimento republicano, pois, ainda em 1870, quando da divulgação do Manifesto Republicano, promotores do ideário antimonárquico afirmavam os peremptoriamente somos da América e queremos ser americanos.

De acordo com os governantes republicanos, o europeísmo representava algo retrógrado e anacrônico, herança do passado colonial e imperial, ao passo que, a *americanização* seria o caminho do futuro em direção ao progresso. Essa nova tendência da diplomacia brasileira e o intento de *americanizar* o Brasil, no entanto, encontrou uma série de limitações, pois o país não estava preparado para implementar um projeto pan-americano, de modo que, na prática, pouco foi realizado em termos de uma aproximação objetiva com os vizinhos latino-americanos. Assim, apesar de constantemente propalada pelas autoridades governamentais, nos primeiros tempos, a *americanização* da política externa brasileira não passou de bem elaborados discursos em torno de uma causa em

torno da solidariedade continental. Além disso, em diversos momentos, ao longo da República Velha, a intenção de alocar o Brasil em uma nova posição da conjuntura internacional, voltada à solidariedade hemisférica, acabaria sendo confundida com um alinhamento completo e automático para com os Estados Unidos. Nessa linha, a americanização da política diplomática brasileira de então ligava-se a uma conjuntura histórica mais ampla, ou seja, progressivamente, o Brasil sairia da esfera de influências da Grã-Bretanha para a dos Estados Unidos da América, em um processo que se afirmaria a partir da I Guerra Mundial e se consolidaria por ocasião do novo conflito internacional que se seguiria nas décadas de 1930 e 1940. Interessados em manter fortes vínculos com a potência norte-americana, cujas relações comerciais com o Brasil passavam por constantes incrementos, os novos detentores do poder, representando os interesses da aristocracia ligada à agroexportação, muitas vezes, confundiram o ideal pan-americano com a submissão à tutela estadunidense¹.

Uma outra característica marcante da política exterior brasileira durante a República Velha, mormente em seus primeiros anos, foi uma constante preocupação em resolver os problemas ligados às questões de fronteira. Desde a

¹ Sobre a *americanização* da política externa brasileira, à época da República Velha, observar: BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 133-205.; CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986. p. 41-67.; CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 147-187.; ALVES, Francisco das Neves. *Cinco ensaios de história das relações internacionais do Brasil*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000. p. 53-69 e 88-90.

época colonial e passando ao longo de toda a fase imperial, os limites brasileiros para com seus vizinhos sul-americanos, bem como com as remanescentes colônias europeias, foram fruto de controvérsias menos ou mais graves, as quais se manifestaram desde através de querelas diplomáticas até a deflagração de guerras. Erradicar esses conflitos quanto à definição de fronteiras foi um dos objetivos dos governantes republicanos que buscaram, através de acordos, arbitramentos e negociações financeiras, estabelecer as diversas regiões limítrofes do território brasileiro, originando-se, nessa época, a atual configuração territorial do país. Dentre as questões mais conhecidas entabuladas pela diplomacia brasileira nessa época, estiveram a de Palmas (ou Missões), com a Argentina; a do Pirara, com a Inglaterra (fronteira com a Guiana Inglesa); a do Amapá, com a França (limite com a Guiana Francesa); e a do Acre, com a Bolívia. Além dessas, também durante os primeiros tempos republicanos, o Brasil definiria suas fronteiras com a Colômbia, o Peru, a Guiana Holandesa e o Uruguai².

Ao lado dessas questões de fronteira com os países limítrofes, também durante a Primeira República, ocorreu uma outra querela diplomática pela posse de território, esta envolvendo uma minúscula ilha na costa brasileira, ocupada pelos ingleses e que iria gerar a questão da Ilha da Trindade, entre o Brasil e a

² A respeito dessas questões de fronteira, ver: VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil.* São Paulo: Melhoramentos, s/data. p. 134-139.; e BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira – o Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930).* 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 9. p. 381-389.

Grã-Bretanha. A Ilha da Trindade constitui uma pequena porção de terra algumas ilhotas e os rochedos de Martim Vaz – a aproximadamente 1.100 quilômetros da costa do Espírito Santo, situada aos 20°31' de latitude sul e 29°20' de longitude oeste, possuindo pouco mais de cinco quilômetros de comprimento. O solo da ilha é de natureza vulcânica, pouco espesso e escasso, com a predominância de gramíneas, apresentando-se também bastante acidentado, destacando-se as montanhas do Monumento, a do Pão de Açúcar e a da Crista do Galo. As praias da ilha são raras e estreitas, sendo a mesma cercada por costões abruptos, além disso, os recifes que circundam as praias tornam ainda mais difícil o acesso às mesmas. Trindade foi descoberta pelo português que rumava para as Índias João da Nova, em 1501, sendo também reconhecida em 1503 por Afonso de Albuquerque. Já nos século XVIII, o capitão inglês Edmund Halley tomou posse da ilha para seu governo, vindo a ser colonizada pelos britânicos em 1781, mas logo abandonaram o projeto. Entre 1782 e 1783 o governo português, que protestara contra a ocupação inglesa, enviou forças militares e colonos para a região, porém as difíceis circunstâncias de fixação e a nenhuma condição de praticar a agricultara levaram a ilha a uma nova fase de abandono, a partir de 1797. Foi ainda a ilha visitada pelos franceses La Pérouse (1785), Deveaux (1817), Duperrey (1825) e Dumont d'Urville (1829); e pelos brasileiros Diogo Jorge de Brito (1825), Manuel de Bulhões Ribeiro (1846), Artur Silveira da Mota (1871) e João Alves Nogueira (1873)3.

³ POMBO, Rocha. *História do Brasil – A República*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1959. v. 5. p. 449-450.

Apesar dessas incursões, continuava a Ilha da Trindade desprovida de qualquer elemento de ocupação humana efetiva, permanecendo como um pedaço de terra pouco conhecido até o final do século XIX. Nessa época, em janeiro de 1895, a Inglaterra ocupou-a, incorporando-a ao domínio do Império Britânico, justificando-se, mais tarde, que por ali passaria o cabo telegráfico em direção à Argentina. O Governo Brasileiro só venho a ter conhecimento da ocupação em julho de 1895, através do jornal britânico *Rio News*, que circulava no Brasil e trazia em suas páginas uma transcrição do periódico inglês *Financial News*, o qual divulgara aquela ação britânica⁴. Com a divulgação da notícia, as autoridades brasileiras passaram a pleitear junto ao governo britânico o abandono daquela posição, mormente através do representante brasileiro em Londres. Diante do pedido brasileiro, a Grã-Bretanha argumentava que considerara a ilha como em estado de abandono, tanto que já houvera ocupado a mesma pelo menos por três vezes, ao longo do século XVIII (em 1700, 1781 e 1789), além disso, as autoridades inglesas justificavam que aquela

⁴ CARVALHO, Carlos Augusto de. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores em 30 de abril de 1896*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 57. A maneira pela qual a notícia foi veiculada junto à imprensa britânica foi assim descrita: "O fato ocorrera em janeiro, mas somente em junho, graças à jocosa notícia do *Financial News*, se tornou público. 'Uma curiosa adição ao Império Britânico – dizia o jornal – foi feita meses atrás... A deserta Ilha da Trindade, na costa do Brasil, é a nova possessão, cujos habitantes são somente caranguejos, tartarugas e aves marinhas. Mas a ilha oferece interesse, sabendo-se que contém tesouros escondidos por piratas de épocas remotas. Muitas expedições foram organizadas para a recuperação desses supostos tesouros, mas tudo em vão'. De fato, a Grã-Bretanha, realista, não procurava tesouros: desejava um ponto de apoio para um cabo telegráfico, em demanda de Buenos Aires" (VIANNA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins, 1958. p. 250.).

ocupação não era de natureza militar e sim, exclusivamente para transformá-la em base de amarração de seus cabos submarinos⁵. A ocupação dos ingleses trouxe agitação em meio à opinião pública, ocorrendo grande emoção, misto de surpresa e indignação, que se apoderou geralmente nos espíritos⁶.

Com a manutenção da presença britânica na Ilha da Trindade e a intensidade das reações da opinião pública, o governo brasileiro se viu na necessidade de concentrar esforços no intento de edificar argumentos visando à retomada da posse daquele território, sustentando suas argumentações a partir da reunião de documentos comprobatórios⁷. Nesse sentido, as autoridades republicanas exigiam a devolução imediata e protestavam contra a usurpação dos "direitos históricos" que o país teria sobre a ilha. Vários funcionários e instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público foram mobilizados para reunir a documentação necessária à sustentação dos argumentos brasileiros⁸. O principal ponto de argumentação brasileiro estava ligado ao fato de que aquela ilha já estava vinculada ao território brasileiro desde a época colonial e que, com o reconhecimento da independência realizado pelo Inglaterra, automaticamente deveria também estar reconhecida pelos britânicos

⁵ MAYER, Emérico Samassa. *Trindade: ilha misteriosa do trópico*. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Tupã Editora, 1957 p. 113.

⁶ PEIXOTO, Eduardo Marques. *Ilha da Trindade: memória histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 189.

⁷ CONGREVE, Ricardo & CROMPTON, Henrique. *A questão da Ilha da Trindade.* Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1896. p. 6.

⁸ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores.* Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 168.

a posse daquelas terras para o Brasil. A reação das autoridades brasileiras deuse, em grande parte, a partir das manifestações contrárias da opinião pública quanto àquela invasão, mormente através do Congresso e da imprensa, pois, muitos jornais passaram a mover verdadeira cruzada patriótica contra a Grã-Bretanha, lembrando as manifestações antibritânicas promovidas à época da Questão Christie⁹. O governo brasileiro ficava na delicada situação de estar obrigado, diante da pressão popular, a enfrentar uma grande potência, com a qual o Brasil mantinha relações comerciais fundamentais e laços históricos de dependência política e econômica. Os próprios encarregados dos negócios diplomáticos brasileiros de então viam na questão da Ilha da Trindade um fator que comprometia as negociações referentes a outras fronteiras, podendo significar aquela querela diplomática em torno da ilha um elemento de retrocesso na fixação dos limites territoriais do país¹⁰.

⁹ Sobre os fundamentos da Questão Christie, observar: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 79-127.

¹⁰ As apreensões do Barão do Rio Branco – o mais importante diplomata brasileiro da República Velha e um dos maiores responsáveis pela negociação das diversas pendências fronteiriças do Brasil – diante dos acontecimentos que cercaram as relações Brasil–Grã-Bretanha no que tange à Ilha da Trindade foram assim descritas: "Para Rio Branco o incidente representou estorvo desagradável e injustificado. 'Maldita Trindade!', diria. Por que brigar por aquela ilha deserta? Escreveu a Correia (representante brasileiro em Londres): 'Você que é amigo de Lorde Salisbury conseguirá convencê-lo, eu espero, que os interesses comerciais da Grã-Bretanha e a amizade do Brasil valem mais do que esse estéril rochedo no meio do Atlântico, bem desnecessário aos ingleses...'. Certo de não valer aquilo nada para ninguém, insistiria mais tarde: 'Faço votos porque Lorde Salisbury largue o tal rochedo que nada vale, nem para a Inglaterra, nem para nós, mas que entre nós é considerado hoje um *pedaço sagrado da pátria*". Nessa linha, "urgia um acordo entre o Brasil e a Inglaterra" vindo o Barão a escrever ao representante brasileiro na

Para resolver a questão, a Grã-Bretanha sugeriu o arbitramento como modalidade para dirimir as dúvidas quanto à posse da ilha. As autoridades brasileiras, que continuavam premidas pela opinião pública, não aceitaram a instauração de um árbitro para por fim ao conflito de interesses, argumentando que a soberania brasileira sobre a Ilha da Trindade era um elemento incontestável e, portanto, não passível de um julgamento internacional. A querela diplomática só viria a ser resolvida a partir da participação de Portugal, cujo rei, Carlos I, se apresentaria para servir como mediador da guestão. O governo brasileiro, que há pouco tempo restabelecera relações diplomáticas com Portugal¹¹, viu com bons olhos a mediação lusitana, aceitando-a como forma de resolver a pendência territorial com a Grã-Bretanha. Aos documentos levantados no Brasil a respeito da posse da região em litígio, foram somados outros, obtidos no próprio país responsável pela mediação da disputa. Após a análise da referida documentação a nação mediadora daria razão ao Brasil, ficando a Inglaterra obrigada a abandonar a Ilha da Trindade.

Nessa linha, em agosto de 1896, por meio de Nota da Legação Portuguesa ao governo brasileiro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil era

Inglaterra – "Desejo muito que fique ultimado satisfatoriamente este negócio da Trindade para que o nosso governo possa chegar a acordo com a Inglaterra e com a Holanda sobre os limites na Guiana, pois esses dois tratados, feitos com presteza e segredo, nos darão grande força moral e levarão provavelmente a França a reclamar apenas o território entre o Oiapoque e o Araguari" (VIANNA FILHO. p. 251-253).

¹¹ Acerca do rompimento diplomático e o restabelecimento das relações Brasil - Portugal, ver: ALVES, Francisco das Neves. A ruptura Brasil – Portugal à época da Revolta da Armada. Revista Estudos Ibero-Americanos. v. 24, n.2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 231-246.

informado pelo representante português sobre a decisão do governo luso favorável ao Brasil¹². As autoridades públicas brasileiras destacaram que esse reconhecimento devera-se essencialmente à mediação lusitana, considerando que o governo português fora sem nenhuma dúvida, o mais indicado para "falar com justiça" naquela questão, pelo conhecimento da zona em litígio e, diante do resultado, os governantes brasileiros manifestavam seus agradecimentos ao rei português, tendo em vista a sua "intervenção tão eficazmente exercida" naquele caso¹³. Através da troca de correspondências, o governo brasileiro viria a ser informado pelo britânico do acatamento da decisão lusa e, a 21 de agosto daquele ano, o representante inglês no Brasil notificava que haviam sido dadas ordens para que o navio britânico *Barracouta* se deslocasse até a Ilha da Trindade para "proceder às formalidades concernentes", no intento de remover

-

No documento o diplomata português João Lampreia informava ao ministro brasileiro Carlos Augusto de Carvalho: "É com profundo júbilo que tenho a honra de comunicar a V. Ex. que acabo de receber de meu governo o seguinte telegrama – 'Queira V. S. levar aí, com a maior urgência, ao conhecimento de S. Ex. o Ministro das Relações Exteriores, seguinte comunicação: Tendo o governo português oferecido seus bons ofícios ao governo britânico para amigável solução no conflito suscitado acerca da Ilha da Trindade, bons ofícios que pelas duas potências foram aceitos e ponderado devidamente o assunto, expôs o governo português as razões que lhe determinaram convicção de que aos Estados Unidos do Brasil assiste direito de plena soberania sobre aquela ilha. Em presença da razão dada, o governo britânico nobremente declarou já ao governo português que reconhece a soberania do Brasil sobre a Ilha da Trindade, o que com muita satisfação me apresso a comunicar". Citado por: CERQUEIRA, Dionisio E. de Castro. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores em 14 de maio de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. p. 3.

¹³ Nota do Governo Brasileiro à Legação de Portugal de 6 de agosto de 1896. In: CERQUEIRA. p. 4.

os "sinais de ocupação daquela ilha"¹⁴. A devolução da ilha levou o governo brasileiro a preparar uma solenidade especial que demarcasse aquele fato, para tanto foi deslocado à Trindade o navio *Benjamin Constant*, cujos tripulantes, a 24 de janeiro de 1897, após enfrentarem as dificuldades de acesso à ilha, colocaram uma haste de bronze alusiva aquela retomada. Estava oficializada a reintegração da Ilha da Trindade ao território brasileiro¹⁵.

Ficava assim encerrada mais uma das questões de limites do Brasil, esta considerada – inclusive pelos próprios responsáveis pela diplomacia brasileira à época – como de menor monta em relação a outras que envolviam as fronteiras territoriais com as regiões limítrofes. Dessa maneira, a controvérsia

¹⁴ Nota da Legação Britânica ao Governo Brasileiro de 21 de agosto de 1896. In: CERQUEIRA. p. 6.

¹⁵ Este ato de reintegração da ilha ficou documentado em um "Termo justificativo de posse", com o seguinte conteúdo: "Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e noventa e sete (...), na Ilha da Trindade, no lugar denominado Forte da Rainha, (...) colocou-se uma haste de bronze (...) com a inscrição – Brasil – e junto uma caixa de madeira de cedro (...) envolvida em cimento, tendo na parte superior uma chapa com a seguinte inscrição - Este marco foi colocado pelo cruzador Benjamin Constant (...) em consequência de não se poder erigir o marco-padrão que trouxe este navio para ser colocado na referida ilha, devido isso a não possuir o navio uma jangada apropriada para o desembarque das peças do mesmo marcopadrão, em número de doze, porquanto a enseada do lado de oeste, adequada para semelhante fim, arrebenta continuamente e é toda margeada de arrecifes, impossibilitando a aproximação de qualquer embarcação, sob pena de virar, sacrificando todo o pessoal. Não satisfazendo a prancha que o navio trouxe para esse serviço, visto ser a praia rampada, improvisou-se a bordo uma jangada (...) a qual só prestou-se, com bastante dificuldade, a passar um cabo de vai-e-vem em terra e transportar o sinal acima mencionado, a fim de denotar que a referida ilha pertence à República dos Estados Unidos do Brasil, tendo assim cumprido fielmente as ordens do governo. E para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado por todos os oficiais de bordo e comandante. Bordo do Benjamin Constant na Ilha da Trindade, em 24 de janeiro de 1897.

envolvendo a Ilha da Trindade chegou a ser apreciada como um empecilho, bastante prejudicial às demais negociações que o país realizava, principalmente com as nações europeias, sobre os limites com as Guianas. As manifestações de algumas autoridades públicas de então, referindo-se à Trindade com expressões como "ilha deserta", "estéril rochedo", "rochedo que nada vale" ou ainda "maldita Trindade" revelavam o pequeno interesse das mesmas por aquele território insular, de modo que a reação governamental à ocupação britânica deu-se, em grande parte, a partir da pressão da opinião pública. Não ficava evidenciada nas declarações governamentais uma maior preocupação com o avanço de uma potência como a Inglaterra, em plena fase de expansão imperialista e esplendor de um império colonial, cujo estabelecimento de uma base à costa brasileira, poderia parecer, imediatamente, de pouca importância, porém, a médio e longo prazo, deixaria em aberto a possibilidade de tornar-se um estratégico ponto de apoio à política imperialista britânica, como fora realizado, por exemplo, nas Ilhas Malvinas, na costa da Argentina.

Refletia-se também nas entrelinhas das discussões acerca da questão da Ilha da Trindade, a nova tendência que passara a orientar a política externa brasileira a partir da República, voltada a uma *americanização* das relações exteriores. Nesse sentido, boa parte das manifestações da opinião pública contrárias à ocupação inglesa na ilha – fator essencial para as providências tomadas pelo governo brasileiro – tinham por raiz a reação contra o desrespeito à soberania territorial brasileira e a atitude imperialista da Grã-Bretanha, antiga

 $^{^{\}rm 16}\,$ Expressões citadas por VIANNA FILHO. p. 251-253.

tutora do Brasil Imperial e, portanto, um dos símbolos do retrocesso, ou seja, do passado europeísta da época da Monarquia. Também manifestava-se no âmago dessa questão os primórdios de um processo que levaria à lenta e gradual mudança na esfera de influências do Brasil, da tutela britânica para a estadunidense, pois, embora, não houvesse nenhuma manifestação direta da potência norte-americana sobre a contenda brasileiro-britânica, nessa mesma época, os Estados Unidos, buscando ampliar seu domínio sobre a América Latina, fazia constantes referências a uma defesa dos interesses panamericanos, através da apologia da Doutrina Monroe, como no caso de uma disputa por limites territoriais entre a Inglaterra e a Venezuela¹⁷.

Assim, a questão da Ilha da Trindade foi mais um dos microcosmos que caracterizaram as novas práticas de política exterior empregadas a partir do Brasil Republicano, estando no seu cerne diversos dos componentes que marcaram essa nova tendência diplomática. Porém, a reocupação brasileira da ilha, ainda por muito tempo, não passaria do ato do simbólico da colocação de uma haste de bronze e, as dificuldades encontradas na época para o desembarque das peças do mesmo marco-padrão, parecem ter persistido como fator limitador a uma presença mais efetiva naquelas terras. Nas próximas décadas, o "estéril rochedo" permaneceria ainda abandonado, sobrevivendo também as lendas sobre os "tesouros" da ilha, aqueles mesmos destacados

¹⁷ Uma referência ao papel norte-americano nessa época (alinhando-se ao monroismo), é feita em: CALMON, Pedro. *História do Brasil – século XX : a República e o desenvolvimento nacional.* 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971. v. 6. p. 2104.

jocosamente na edição do *Financial News*, através do qual se tomaria conhecimento da ocupação britânica no território insular brasileiro, podendo-se denotar isso através dos bem humorado soneto publicado, mais de dois decênios após aquela ação inglesa, no jornal caricato rio-grandino *Bisturi*, intitulados *Os tesouros da Ilha da Trindade*¹⁸:

Esse que além demora, ermo rochedo. Da garra inglesa felizmente escapo. Fabulosas riquezas tem no papo, Diz uma lenda de engenhoso enredo.

> E de cúpido olhar e ânimo tredo. Os bens torrando até o último trapo. Partem, disposta a mão para o sopapo, Homens a desvendar esse segredo.

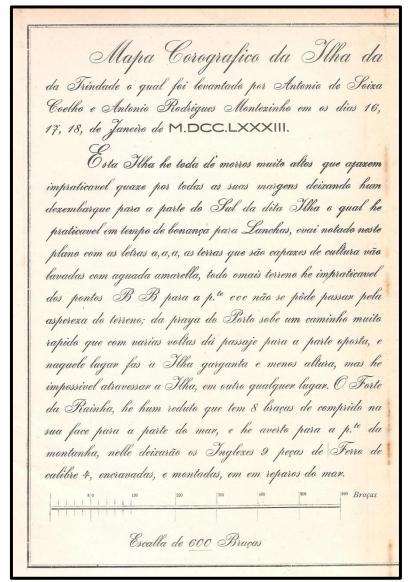
> > Poucos dias depois volve a cruzada. Cheias de terras as unhas cavadoras, Maldizendo da sorte a crueldade.

> > > E o mistério da ilha abandonada. fica, entre o céu e as ondas rugidoras, Tal qual o da Santíssima Trindade.¹⁹

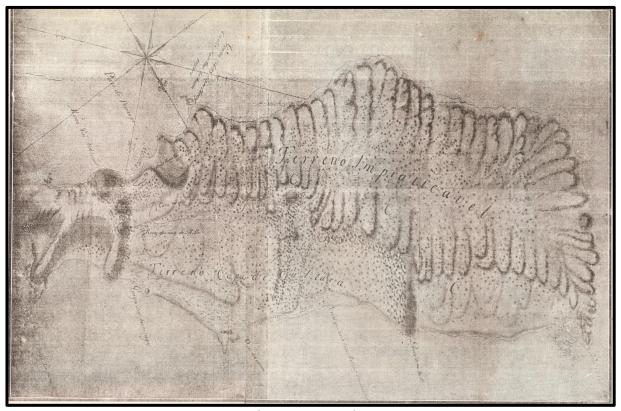
-

¹⁸ BISTURI. Rio Grande, 20 jun. 1915. p. 2.

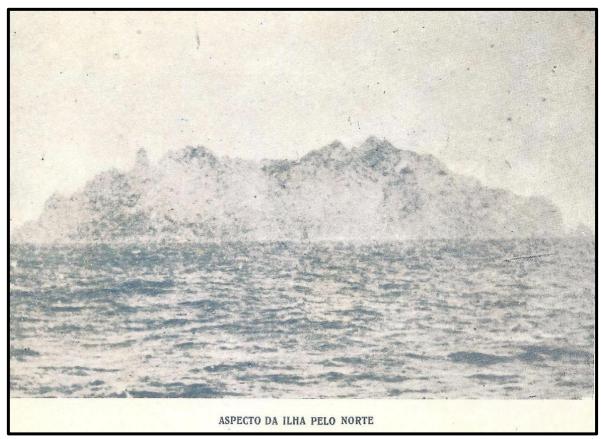
¹⁹ Texto ampliado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Política exterior brasileira à época da República Velha: a questão da Ilha da Trindade. In: *Biblos*, v.13, p.105-112.Rio Grande: Editora da FURG, 2001.



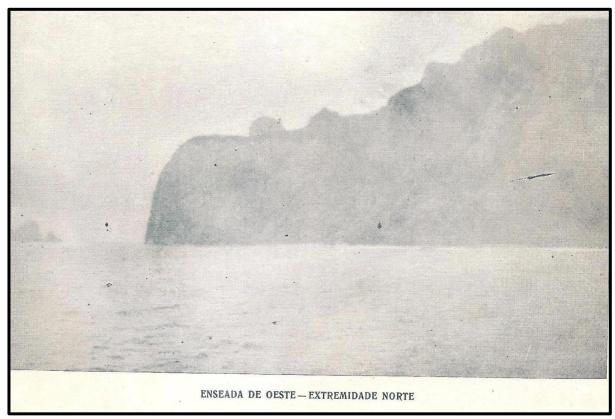
(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)

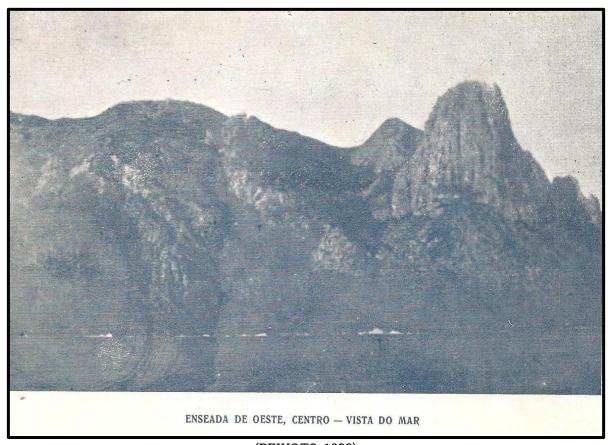


(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA

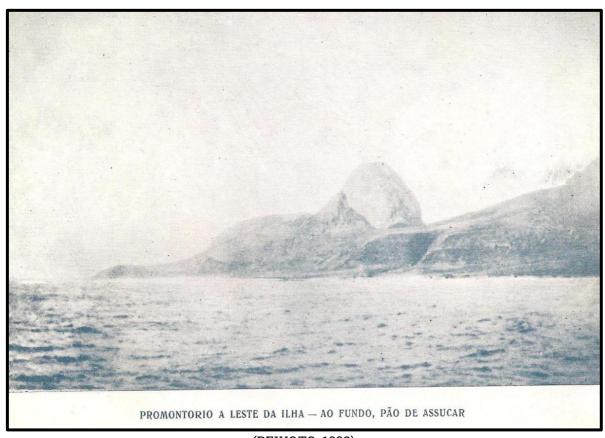


(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA



(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA

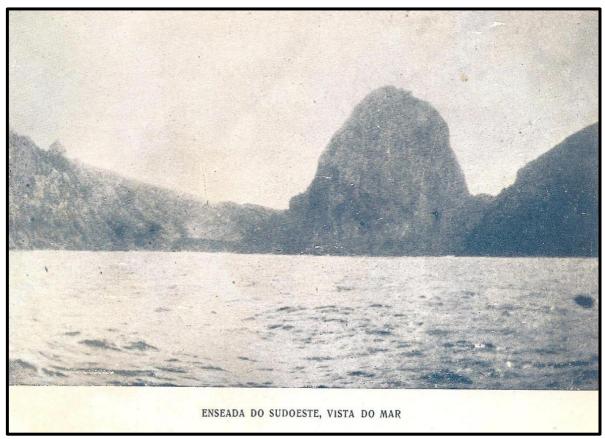


(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)

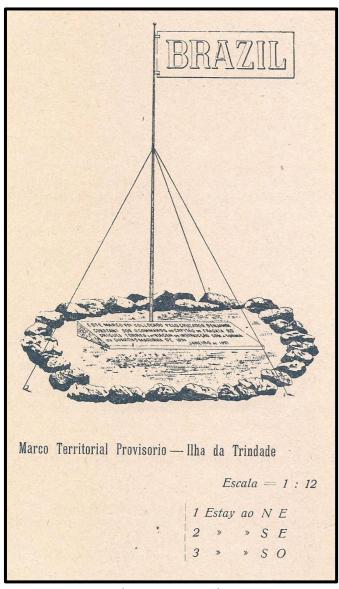
A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA



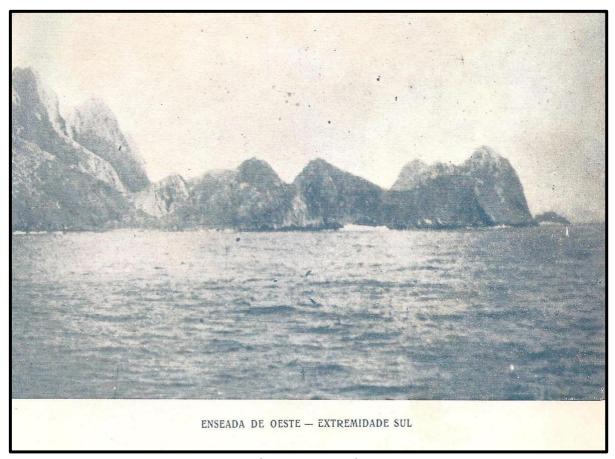
(PEIXOTO, 1932)



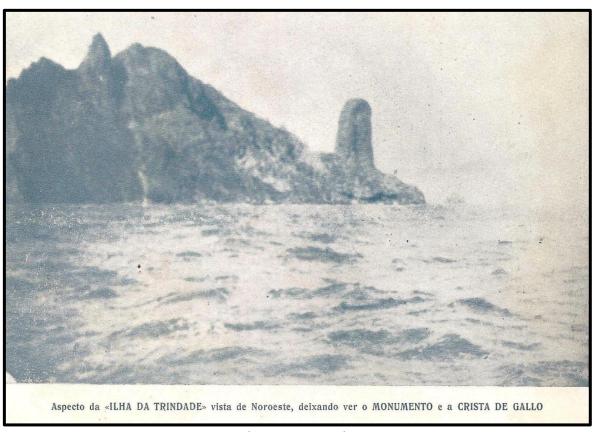
(PEIXOTO, 1932)



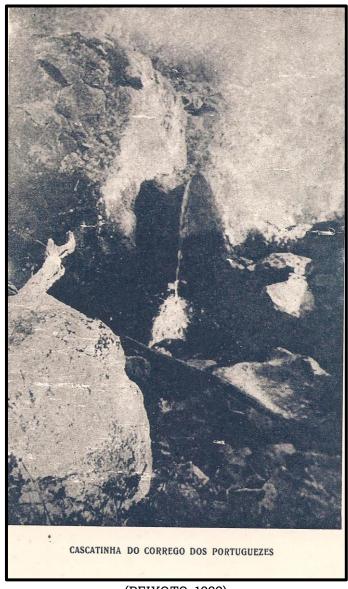
(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)



(PEIXOTO, 1932)



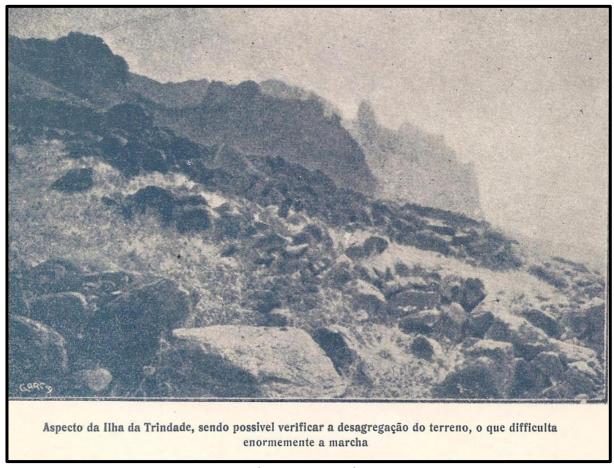
(PEIXOTO, 1932)



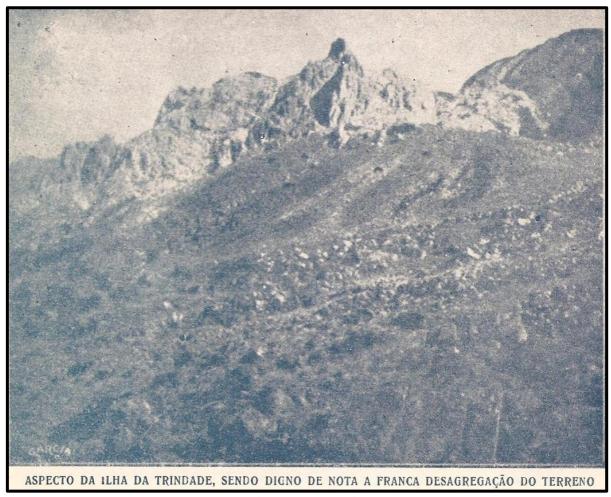
(PEIXOTO, 1932)



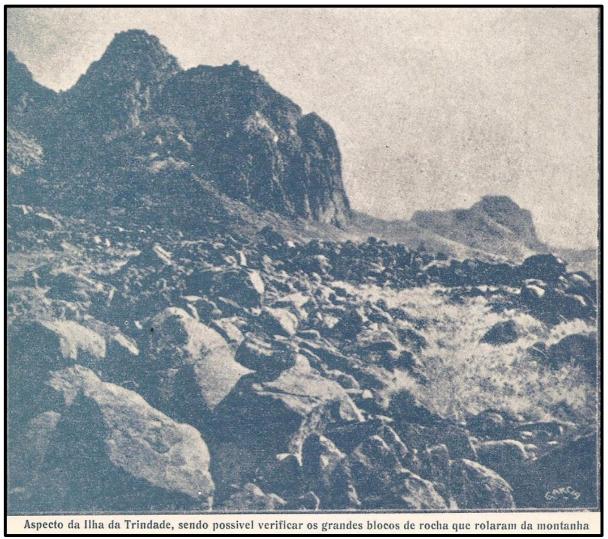
(PEIXOTO, 1932)



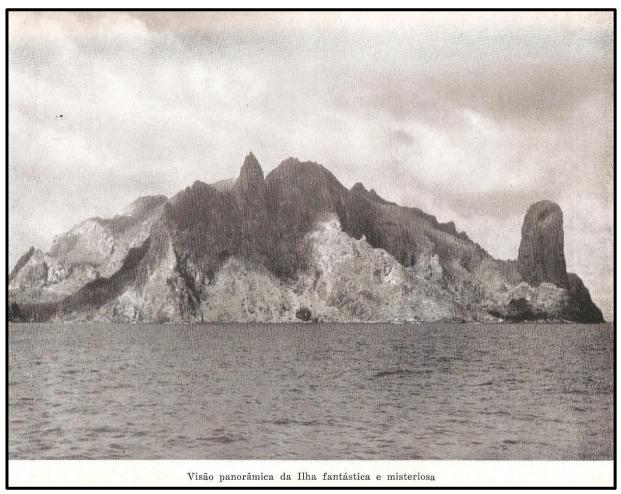
(PEIXOTO, 1932)



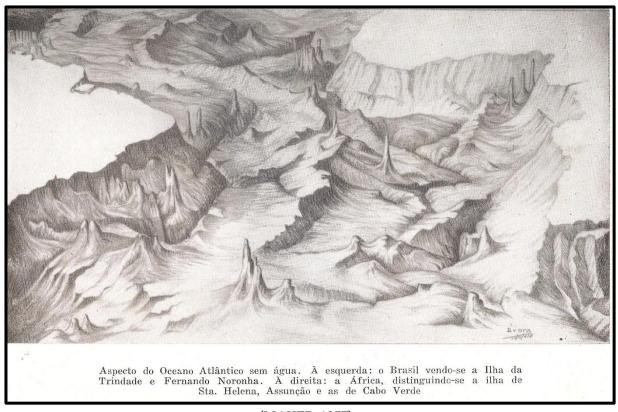
(PEIXOTO, 1932)



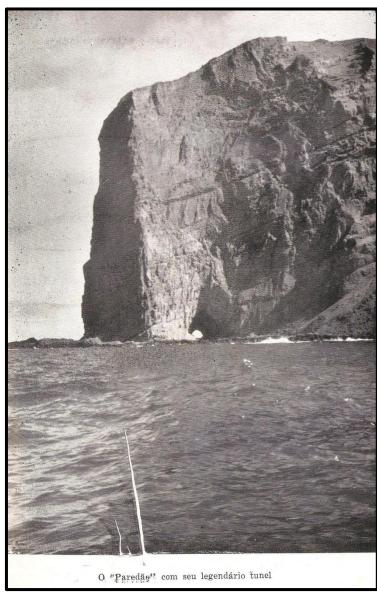
(PEIXOTO, 1932)



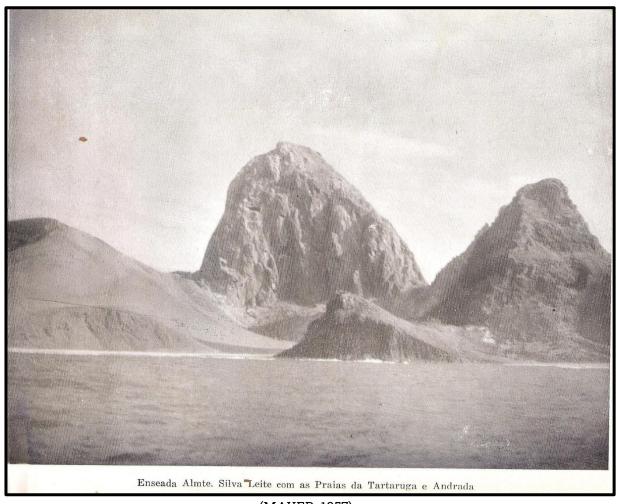
(MAYER, 1957)



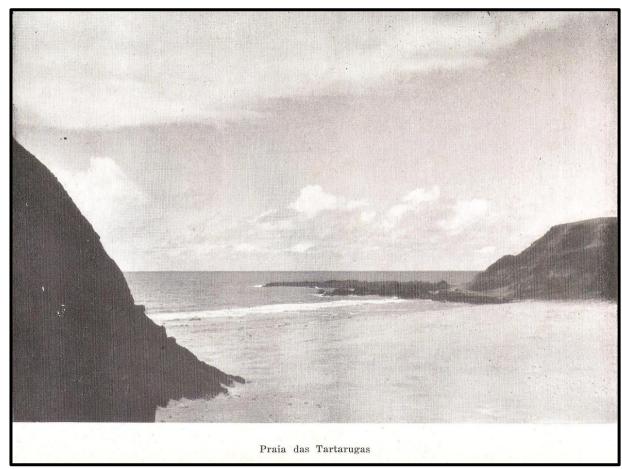
(MAYER, 1957)



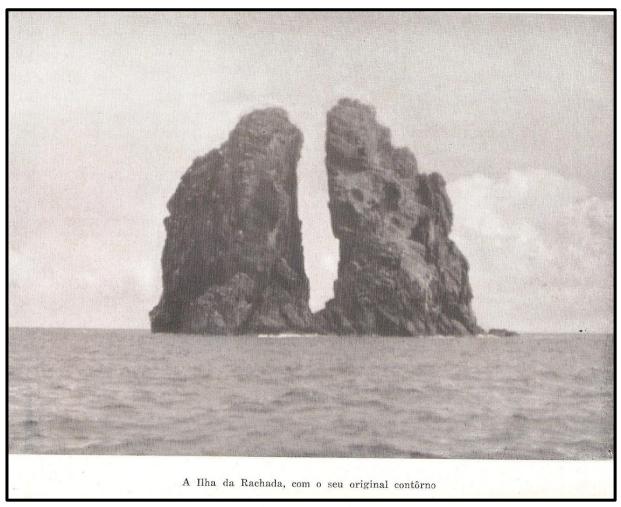
(MAYER, 1957)



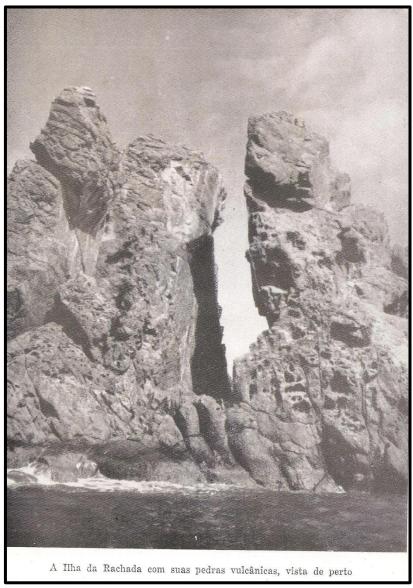
(MAYER, 1957)



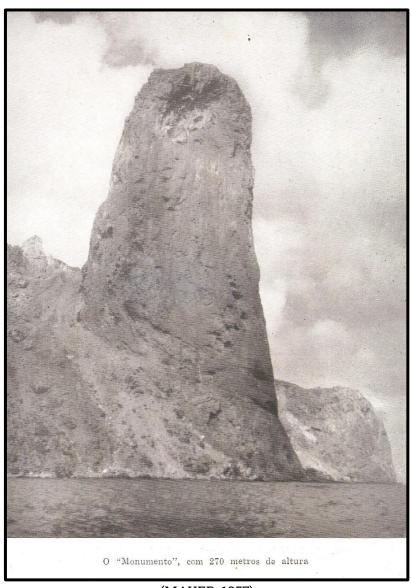
(MAYER, 1957)



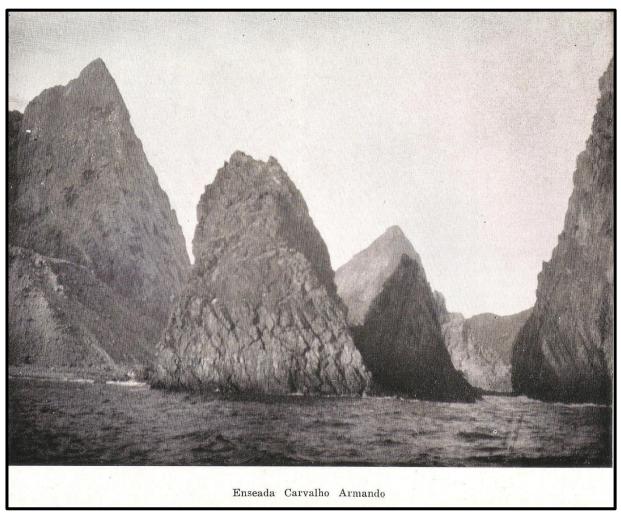
(MAYER, 1957)



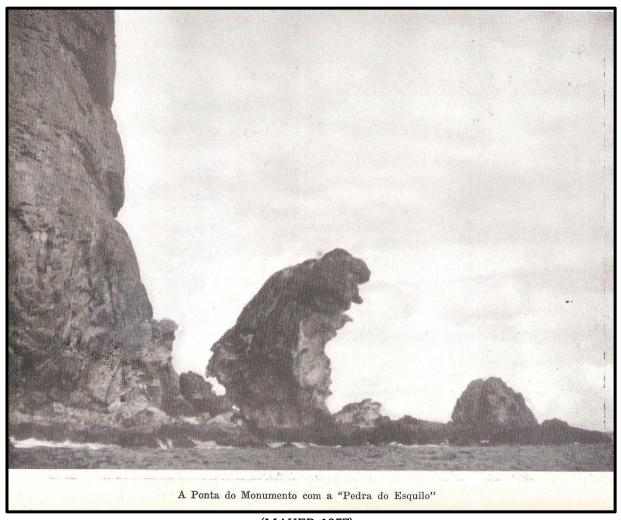
(MAYER, 1957)



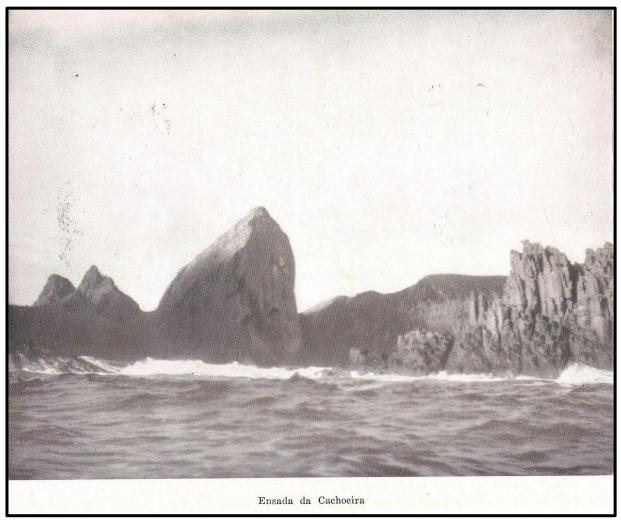
(MAYER, 1957)



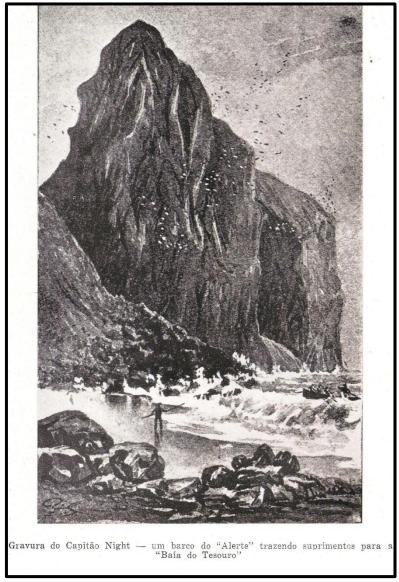
(MAYER, 1957)



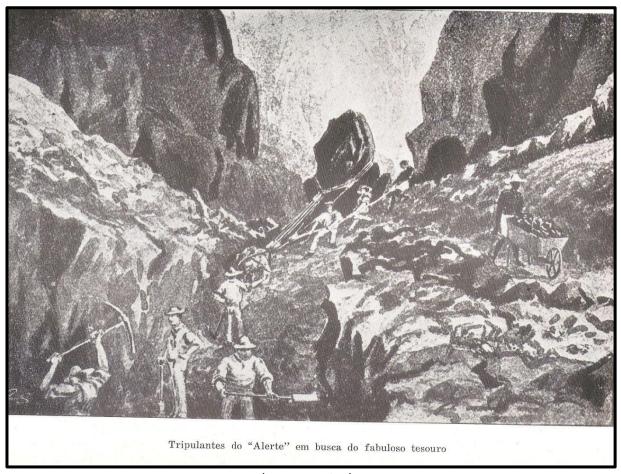
(MAYER, 1957)



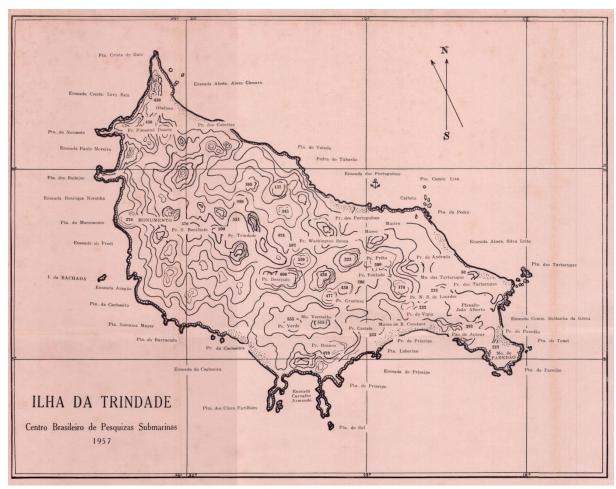
(MAYER, 1957)



(MAYER, 1957)



(MAYER, 1957)



(MAYER, 1957)

O CONFLITO DIPLOMÁTICO BRASILEIRO-BRITÂNICO E A MEDIAÇÃO LUSITANA: REPERCUSSÕES NA IMPRENSA PORTUGUESA

Ainda que Portugal estivesse passando por uma série crise econômicofinanceira ao final do século XIX, sua imprensa encontrava-se em franca expansão, com avanços quantitativos e qualitativos e uma diversificação de seu jornalismo, com a circulação de periódicos de variados gêneros²⁰. No seio do periodismo luso, os temas relacionados ao Brasil foram recorrentemente divulgados, tendo em vista as raízes históricas e culturais em comum entre os dois países, bem como à presença de numerosa colônia lusitana no território brasileiro. As repercussões dos acontecimentos brasileiros por meio da imprensa portuguesa chegaram a ser um dos fatores motores do processo que levou a um estremecimento nas relações luso-brasileiras, que culminaram com o rompimento diplomático entre ambos os países. Passada essa época, iniciou-

_

²⁰ Texto adaptado a partir de ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além mar.* Rio Grande: Editora da FURG, 2017. Em tal referência podem ser observados breves históricos a respeito de cada um dos periódicos abordados neste capítulo. Sobre a imprensa portuguesa ao final do século XIX, ver: TENGARRINHA, José M. História da imprensa periódica portuguesa. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.; TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise - 1er. Congrès International de la Presse (1894 - Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Sciencias Lettras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

se uma nova tendência de distensão e busca de harmonia e conciliação, em cujo projeto, o jornalismo teve um papel essencial. A ação lusa na mediação dentre Brasil e Grã-Bretanha na disputa pela Ilha da Trindade viria a representar um momento marcante nessa perspectiva de congraçamento.

Nessa linha, no jornalismo português, à medida que foi realizada a mediação lusa na busca pela solução de tal disputa diplomática, o tema da Ilha da Trindade passou a ser frequente. Ainda que não tivesse atingido a mesma repercussão de outros assuntos brasileiros, tal questão foi vivamente discutida pelo periodismo lusitano que bem refletiu a perspectiva pela qual ficava plasmada uma nova oportunidade de reaproximação luso-brasileira a partir da participação portuguesa em tal querela internacional. Em linhas gerais, as publicações lusitanas voltaram seu discurso em direção a um enaltecimento geral do sucesso brasileiro naquela questão, não adotando posturas partidaristas e vislumbrando ali a potencialidade de renovação dos laços entre Portugal e Brasil. Por outro lado, as disputas entre regeneradores, progressistas e republicanos também se fez sentir nessa ocasião, de modo que, mesmo sem deixar de exaltar a possibilidade de recrudescimento de tal irmanação, certos periódicos observaram os acontecimentos sob um viés predominantemente partidário, ao lado do governo, ou na oposição ao mesmo.

Jornalismo e enaltecimento diante da questão da Ilha da Trindade

A maior parte dos jornais portugueses que voltou suas páginas a abordar a questão da Ilha da Trindade buscou observá-la sob um prisma essencialmente voltado ao enaltecimento do episódio, sem necessariamente realizar apreciações calcadas no debate e, notadamente, na discussão em termos partidários. A essência de tal abordagem se encerrava na visão pela qual a participação lusitana naquela disputa diplomática poderia significar um verdadeiro renascimento de Portugal no cenário internacional, firmando uma posição de um país que, ainda que pequeno, teria o seu nível de relevância. O outro ponto essencial destacado por tais periódicos foi o da exaltação daquela mediação como uma real oportunidade de vencer os óbices recentes e marchar definitivamente em direção a uma reaproximação com o Brasil.

O entusiasmo era espírito reinante entre os jornais que preferiram adotar a postura de essencialmente enaltecer os acontecimentos que cercaram a restituição da Ilha da Trindade ao Brasil e, nesse âmbito, até renasceriam algumas esperanças em relação aos cambaleantes destinos lusos e o pessimismo geral reinante, imaginando-se que Portugal poderia até mesmo recuperar ao menos um fragmento do brilho perdido com a passagem dos séculos. O Comércio do Porto foi um dos jornais que aprofundou tal tema, destacando que o fim da disputa era "uma notícia que sobremaneira" alegrava e lisonjeava "o orgulho dos portugueses". Explicava que "a mediação de Portugal no conflito que se suscitou entre o Brasil e a Inglaterra, por causa da ocupação da Ilha da Trindade, por esta última potência", acabara "de ter uma solução que

a própria Grã-Bretanha" aceitara "como justa" e que iria "converter em fato, desocupando a mencionada ilha". De acordo com a folha, "por qualquer lado" que se encarasse tal "acontecimento, não poderia deixar de ser agradável à nação portuguesa"²¹.

Ainda de acordo com o mesmo jornal, "a aceitação de Portugal para medianeiro representava, de per si, um título de consideração pelo país, que tanto" carecia "de levantar o seu bom nome e o seu crédito aos olhos do mundo" e, "tanto mais honrosa se tornava essa escolha quanto era certo haver surgido o conflito entre dois grandes Estados", que ocupavam "posição dominante, um no antigo, outro no novo continente". Nesse contexto, o periódico considerava que "se essa escolha" fora "uma honra para o país, a solução dada ao conflito, por forma a ser aceita pelos dois Estados litigantes", representava "a melhor e mais alta consagração dessa honra". Dizia aguardar "ansiosamente a publicação dos documentos" que se referiam "a este importante assunto, e nos quais se demonstrariam de forma superabundante as razões de alta ponderação" que abonaram "a posse da Ilha da Trindade pelo Brasil" e "que a Grã-Bretanha julgou aceitáveis"²².

No mesmo sentido, *O Comércio do Porto* explicava que estava em jogo "a posse do humilde rochedo, plantado no Atlântico, e quase não falado até ao momento em que a Inglaterra quisera fazer dele um ponto de apoio" voltado à colocação "de um cabo submarino para a América do Sul". A partir de tal êxito, o

²¹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 5 ago. 1896. A. 43. N. 184. p. 1.

²² O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 5 ago. 1896. A. 43. N. 184. p. 1.

periódico manifestava sua congratulação "com o país, com o querido Portugal", pelo modo ele se libertara "das graves responsabilidades" que aceitara "perante o mundo, tomando o papel de árbitro numa questão que para o Brasil representava o brio nacional e direito incontroverso", ao passo que, "para a Grã-Bretanha envolvia também supostos direitos e os seus brios de potência de primeira ordem". Diante de tal conjuntura, o jornal sugeria que aprendesse "a Grã-Bretanha a reconhecer" como aquele "pequeno país, que tão avantajadamente dilatara o seu nome pelo mundo", sabia "respeitar e dirimir" o que era "de justiça, fazendo sobressair a nítida noção do direito, e só essa, quando se tratava de reconhecer até que ponto eram fundadas as reivindicações do Brasil"²³.

Tal visão era também expressa pelo *Diário de Notícias*, ao afirmar que era "com a mais viva satisfação" que reproduzia aquela "nota sobremaneira honrosa e grata para o país", pois a partir da solução da questão diplomática, os lusos "evidentemente ainda" poderiam dizer que não constituíam "uma nação sem valor nem estima no conceito das potências estrangeiras". O jornal destacava ainda que não se deveria "deixar de notar como deveras significativa a prontidão com que a Inglaterra" aceitara "os bons ofícios" lusitanos, conformando-se "com a solução que lhe foi proposta". Assim, o periódico explicitava que, "tanto nesta prova de consideração e deferência de uma nação poderosíssima, da qual nem sempre infelizmente" os portugueses tinham "recebido semelhantes demonstrações de estima, como no fato" deles estarem

-

²³ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 5 ago. 1896. A. 43. N. 184. p. 1.

conseguindo "dar um categórico desmentido às insinuações dos que pretenderam indispô-los com os irmãos da República Brasileira", consistiam motivos para regozijo e "felicitações ao país". Finalmente, o diário desejava que pudesse "continuar a noticiar acontecimentos de tão elevada significação e de tão feliz augúrio" como aquele registrado "com verdadeiro e sincero júbilo"²⁴.

O tom entusiástico se fez presente também nas páginas do *Correio da Europa*, segundo o qual tinham "as nações, como os indivíduos, os seus dias amargos e os seus dias felizes", que se sucediam rapidamente. Desse modo, lembrava que os últimos anos vinham sendo apreciados muito negativamente, "quando tudo eram trevas e dúvidas em torno" dos lusos, "quando aves agourentas previam próximo o fim de Portugal, ou, pelo menos, o começo da sua lenta e inevitável agonia" e "quando nem um só fanal de esperança luzia nos horizontes da pátria", quem poderia dizer que, "em período tão curto, a fortuna" haveria "de mudar, e o decrépito país, berço e túmulo de tantas glórias, havia de rejuvenescer, em crédito, em consideração, em prestígio, em legítimas esperanças para o futuro"²⁵.

Com linguagem beirando à poética, o jornal destacava que "insondáveis decretos da providência", que velava "pelas nações, que, não raro", escrevia "direito por linhas tortas", que fazia "da podridão brotar a flor, da lama erguer-se a pérola do orvalho, do frio inverno nascer a ridente primavera, da morte levantar-se pujante a vida". Para o periódico esse reviver da nação lusa dera-se

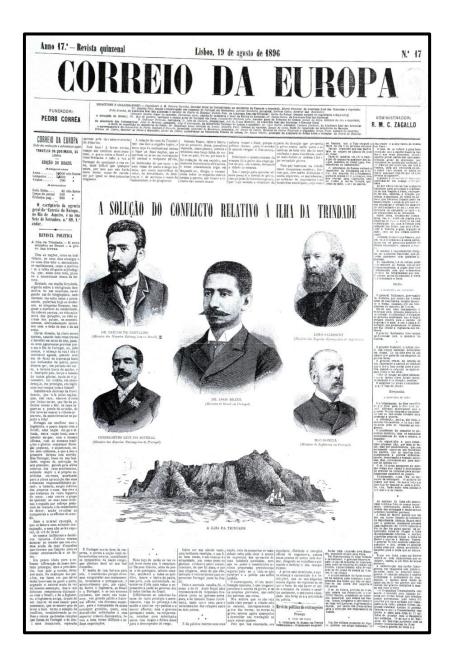
²⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 32. N. 11.004. p. 1.

²⁵ CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 17. N. 17. p. 1.

pouco depois de Portugal estar "em conflito com a Inglaterra" e, mais tarde, "com o Brasil, uma nação amiga e aliada, outra nação irmã, com o mesmo sangue, com o mesmo idioma, com as mesmas tradições e glórias comuns". Nesse quadro, o *Correio da Europa* destacava que era um "Portugal pequeno e alquebrado, entre dois colossos, a que a boa e próspera fortuna" tinha sorrido, dando-lhe a oportunidade de participar da disputa diplomática anglo-brasileira, mediando-a e chegando a uma decisão conciliatória. A folha ilustrava sua primeira página com um conjunto de retratos, sob o título "A solução do conflito relativo à Ilha da Trindade", em que apareciam Carlos de Carvalho, Lord Salisbury, Assis Brasil, Luiz Soveral e Macdonell, todos ligados às relações exteriores daqueles três países e uma gravura da Ilha da Trindade²⁶.

-

²⁶ CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 17. N. 17. p. 1.



Na concepção deste mesmo jornal, diante da querela diplomática entre britânicos e brasileiros, Portugal se mantivera "firme na sua lealdade, seguro da correção do seu proceder, guiado pela altiva nobreza dos seus sentimentos, sabendo impor a si próprio sacrifícios enormes" e "acordando para a plena apreciação das suas altíssimas responsabilidades perante a história", de modo que surgira "redivivo das próprias cinzas que restavam da vasta fogueira de erros, onde esteve a pique de queimar os seus bons créditos". Dessa forma o *Correio da Europa* acreditava que Portugal havia se "erguido pelo esforço poderoso de vontade e de consciência do dever" sabendo "conciliar as simpatias e os afetos do mundo", num "raro e notável exemplo, a que só faltava uma solene consagração, e essa não" se faria esperar, surgindo a oportunidade com o conflito em torno da Ilha da Trindade²⁷.

Ainda segundo o *Correio da Europa*, às vitórias portuguesas na África somara-se a questão da Ilha da Trindade que daria novos horizontes à política exterior lusa, já que Portugal saíra-se "bem da empresa", e prestara "à nação irmã relevantíssimo serviço, conciliando as simpatias da nação amiga", que obedecera "dócil ao seu leal conselho". Considerava que aquilo seria de "muito de boa fortuna" para os lusitanos, devendo eles congratular-se com os brasileiros, bem como constituía um "acontecimento que, por igual", dava "honra à Inglaterra, ao Brasil e a Portugal", o qual, "com desveladas solicitudes e com superior critério diplomático", levara a "bom termo difíceis e árduas negociações". O jornal destacava, enfim, que "a solução do caso da Trindade",

²⁷ CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 17. N. 17. p. 1.

sem ferir "o orgulho inglês", era "novo laço de confraternal estima a ligar as duas nações", que se apertavam "as mãos em testemunho de cordial e recíproco afeto, só lembradas de que tanto" era "de uma como da outra a larga história" comum, que contava "maravilhas de valor, de heroicidade, de dedicação e de serviços à causa da humanidade e do progresso"²⁸.

Mantendo uma linha informativa, sem deixar de lado o entusiasmo, *O Ocidente* explicava que "um conflito diplomático levantado entre Brasil e Inglaterra" viera a "tornar falada a Ilha da Trindade, pequeno ponto de terra destacado no meio do Oceano Atlântico do Sul, meio esquecido" até então "a não ser dos ingleses" que já haviam feito incursões àquele pequeno território insular. Segundo a folha, tal "ocupação, porém, era de fato, mas não de direito, de modo que, "para reivindicar a posse da ilha trocaram-se notas entre o governo do Brasil e o gabinete de S. James, mas a Inglaterra, alegando a sua ocupação de mais de meio século", não se teria mostrado "disposta a ceder, chegando as relações diplomáticas entre as duas potências a uma forte tensão agravada ainda pelas discussões que se levantaram no parlamento e na imprensa brasileira"²⁹.

A publicação ilustrada lusa narrava ainda que, diante do impasse anglobrasileira, a "arbitragem fora rejeitada pelo Brasil", diante o que Portugal oferecera "os seus bons ofícios para ser o medianeiro entre as duas potências e decidir de que parte estava o direito", sendo tal oferecimento "bem aceite tanto

²⁸ CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 17. N. 17. p. 1.

²⁹ O OCIDENTE. Lisboa, 15 ago. 1896. A. 19. N. 635. p. 3.

por parte do governo da República como pela do governo inglês". Intentado demonstrar quão intrincado era o caso para a solução lusitana, *O Ocidente* dizia que "era melindrosa a questão", pois, "se de um lado estava o direito do Brasil à Ilha da Trindade visto ela se encontrar nas proximidades da sua costa e dentro dos seus mares, por outro lado era certo que o Brasil nunca" havia "feito caso dela nem os portugueses, que a descobriram, nos princípios do século XVI, e os ingleses tinham uma ocupação quase secular"³⁰.

Diante disso a folha ilustrada concluía que a questão fora "examinada e estudada escrupulosa e conscienciosamente" pelos representantes lusitanos e "as negociações entabuladas" entre Portugal e Grã-Bretanha "foram conduzidas de modo que o governo inglês cavalheirosamente" reconhecera "os direitos do Brasil e a questão" terminara "favoravelmente para a diplomacia portuguesa, sem quebra de dignidade para nenhuma das partes". *O Ocidente* considerava que "raras vezes a diplomacia" lusa tinha "alcançado destes triunfos e por isso tanto maior" era a sua "glória", devendo ser aplaudido o "bom resultado da mediação portuguesa" e felicitados os "irmãos do Brasil pela justiça que lhes fora feita". Para demarcar o episódio, a folha publicaria o retrato do ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, Luiz do Soveral, e uma gravura da Ilha da Trindade³¹.

³⁰ O OCIDENTE. Lisboa, 15 ago. 1896. A. 19. N. 635. p. 3.

³¹ O OCIDENTE. Lisboa, 15 ago. 1896. A. 19. N. 635. p. 3-4.

O OCCIDENTE

A QUESTÃO DA ILHA DA TRINDADE



CONSELHEIRO LUIZ DO SOVERAL B MINISTRO DOS NEGOCIOS EXTRANGEIROS DE PORTUGAL

á igreja de St. Estevão de Alemquer; mas hoje está profanada, e a sua parochial faz parte da de Santa Quiteria de Meca. O edificio em si nada tem de notavel, Parece ter sido reedificado em tempos comparativamen-te modernos, ficando a obra por concluir. Não te modernos, ficando a obra por concluir. Não tardará a cair em ruinas, porque está completamente abandonado, e é pena que, antes de assim acontecer, se não recolha para logar mais seguro o unico objecto de interesse que encerra, que é o sarcophago de que apresentamos a gravura, cujo original devemos á solicitude do ex. "" sr. commendador Antonio Maximo Lopes de Carvalho, incansavel e erudito investigador da historia do conceiho de Alemquer, onde vive e d'onde é natural, e zeloso promotor da conservação dos seus monumentos historicos.

O epitaphio l'avrado na frente do tumulo da-

O epitaphio lavrado na frente do tumulo da-nos o nome e a cathegoria do cavalleiro effi-giado na tampa d'elle nas seguintes palavras:

Sepultura de Fr. João Boto Pimentel, da Ordem de S. João Baptista, Commendador de Tabora e Aboim, e de Santarem, e de Nossa Senhora da Portella de Vey, e de S. João de Valladares, O qual falleceu no anno de 1613, a 8 de

Quanto ao brazão, vemos no escudo as cinco vieiras de prata, postas em santor, que, em cam-po verde, são as armas dos Pimenteis; mas as fachas não podemos interpretar pela falta de indicação da cór.

Recorrendo ás genealogias achamos que Ruy

Boto, o chanceller de D. João n, e o celebre reformador dos foraes no reinado seguinte, teve
nove filhos da sua mulher, D. Mecia Machado, fiha de Pedro Machado Carregueiro, desembargador de el-rei D. Affonso v, e da sua mulher, D.
Branca Coelho. D'estes nove filhos o quarto foi:
Pero Boto Machado, que, succedendo ao pae
na casa, casou com senhora cujo nome não sabemos, e teve della sete filhos conhecidos, afora
outras que, por se fazerem freiras, não deixaram
memoris. Entre elles a quarta foi:
D. Brites Boto, que casou com Luiç de Meirelles Pimentel, porteiro da camara d'el-rei D. Manuel, e de D. Filhpa de Avellar, filha de João de
Avellar; neto de Pero Fernandes Pimentel de D.
Maria Borges, filha de Diogo Fernandes Borges,
Senhor da Torre de Moncorvo; bisneto de Diogo
Fernandes Pimentel, que era da mesma familia,
como João Affonso Pimentel, Senhor de Bragança.
De D. Brites e seu marido nasceram:

De D. Brites e seu marido nasceram:

1.º — Pero Boto de Meirelles, que morreu na India sem deixar successão:

2.º — Diogo de Meirelles Boto, tambem sem geração;
3.º — Antonio Boto Pimentel;

3.*— Antonio Boto Pumentel;
4.*— João Boto Pimentel, maltez;
5.*— D. Luiza Boto Pimentel;
6.*— D. Lignet Boto, freira em Evora.
D'estes, o quarto, João Boto Pimentel, é o cavalleiro cujos restos mortase estão ou estiveram no sarcophago. Nos poucos papeis da Ordem de Malta que existem no Archivo Nacional, nada ha da epocha d'elle, e nos mais documentos d'aquel-

Travessuras ou incitações de cupido, assim o artista autor do nos-so quadro o intitulou. Pureza de costumes é o que elle synthetiza. O jovem pastor beija apaixonado os cabellos da sua querida, que lhe fesiste docemente. Cupido incita os dos dois amantes com o seu olhar tra-

Allegoria para todos os tempos. A simplicidade dos costumes casa-se tão bem a mocidade e com a belleza, que a scena é bella, verdadeira, sentida e ha de sel-o eternamente ; pelo menos emquanto houver sobre a terra dois corações jovens, puros, apaixonados.

----FR. JOÃO BOTO PIMENTEL

A uns quatro kilometros para no-roeste da villa de Alemquer, e à beira do lanço da estrada, ainda por acabar, que devia ligar a estrada de Alemquer a Runa com a de Aldêa Gallega da Merceana ao Sobral do Monte Agraço, no sitio da Curu-jeira, ergue-se a pequena egreja de S. Sebastido da Espeçandeira, no logar do mesmo nome. Foi, outr'or-ra, a narochial de um cuesto anoseo. ra, a parochial de um curato annexo



A ILHA DA TRINDADE

O Comércio de Portugal era outro periódico que se mostrava entusiasta com a ação diplomática lusitana, dizendo que "sinceramente" estimava as "condições tão simpáticas", com que se dera "a intervenção portuguesa no conflito diplomático suscitado entre a Inglaterra e o Brasil a propósito da ocupação da Ilha da Trindade" e elogiava igualmente que, "aceita a mediação de Portugal, ela fosse levada a bom termo, com satisfação para as duas altas partes litigantes". O jornal considerava que "à Ilha da Trindade" estavam "vinculadas tradições ilustres para Portugal e o direito, invocado pelo Brasil nas suas reivindicações de domínio e posse, era constituído por documentos que por mais de um título" faziam honra à pátria lusa. Afirmava ainda que mediação lusitana, "tão nobremente aceita pelos dois governos", representava "uma significativa homenagem à honra e à lealdade portuguesa, da nação irmã e amiga afetuosíssima do Brasil, aliada e amiga da Inglaterra" desde que esta lhe ajudara "a cimentar a independência, valentemente assegurada nos campos de batalha". E enfatizava que a "mediação portuguesa no litígio anglo-brasileiro, na sua oferta", fora "um ato de bizarria cavalheirosa" e, "na sua aceitação incondicional, um ato" que fazia "honra aos sentimentos dos dois governos"32.

Para tal periódico, "o nome de Portugal, o prestígio das suas tradições, o caráter de nação honrada e leal, animada dos mais sinceros sentimentos conciliadores", foram os principais fatores para que se restabelecessem, "em condições honrosas, as relações diplomáticas entre a Inglaterra e o Brasil". Diante disso, propunha que se abrisse "um momentâneo parênteses nas

³² COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 18. N. 5.103. p. 1.

dissenções domésticas" para se congratulassem "portugueses e brasileiros pela solução dada à questão da Ilha da Trindade". Nesse sentido, o *Comércio de Portugal* dizia entender que deveriam "as questões da política partidária ser completamente postas de parte" quando se tratava "dos interesses da nação, do seu prestígio e decoro, devendo prevalecer a exaltação à intervenção no litígio diplomático entre a Inglaterra e o Brasil, devendo-se felicitar Portugal "sinceramente pelo serviço" que prestara, "colocando-o tão vantajosamente numa questão internacional da importância" daquela³³. Na mesma linha, *O Valenciano* enaltecia o fato "de Portugal, na sua qualidade de aliado tradicional da Inglaterra e em vista dos seus laços de sangue com o Brasil", ter atuado decisivamente para que "persistissem as cordiais relações entre os dois países", de modo que, "graças ao seu cuidado e zelo" ficara "aceite que a Trindade era realmente uma possessão brasileira e que a Grã-Bretanha não tinha direito a ocupá-la"³⁴.

O Século que, desde 1895, já havia abandonado seu papel doutrinário republicano ao tratar dos assuntos brasileiros, mantém a postura de voltar-se ao enaltecimento daquilo que denominava como uma "feliz nova", esclarecendo que havia "tempos que a notícia da ocupação pelos ingleses da Ilha da Trindade, nas costas do Brasil", causara "o receio de um conflito grave entre as duas importantes nações". Lembrava que a complexidade da situação era tal que "o alvitre de uma arbitragem, proposto pelo governo do Reino Unido", encontrara

³³ COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 18. N. 5.103. p. 1.

³⁴ O VALENCIANO. Valença, 23 ago. 1896. A. 17. N. 1.680. p. 1.

"no Brasil uma violenta oposição", resultando em uma "conjuntura grave, cheia de riscos e de perigos", diante da qual Portugal oferecera "aos dois países os seus bons ofícios, a fim de se chegar a uma conciliação igualmente honrosa e útil". Explicava que, uma vez "aceita esta mediação", Portugal ocupara-se "do estudo atento do assunto", e, "convencido pelo exame consciencioso dos documentos e das alegações apresentadas", decidira "que ao Brasil assistia o direito da posse daquela ilha", lealmente expondo "ao governo da Inglaterra as razões que lhe determinavam esse convencimento", vindo este a "reconhecer a plena soberania do Brasil sobre a Ilha da Trindade"35.

A partir de tal circunstância, o jornal lisbonense declarava que fora "com a mais viva satisfação" que recebera "esta boa nova, não só pelo que ela" significava "de agradável para o sentimento patriótico dos irmãos d'além-mar, como pelo que ela" tinha "de prestigioso para" Portugal, "tão pouco acostumado ao favor e ao respeito da política internacional". A folha ressaltava que deveria ser assinalada, "neste importante acontecimento a lealdade e nobreza do procedimento da Inglaterra, concordando não só com o parecer do governo português, desfavorável aliás" aos seus interesses, "mas aceitando a interferência na questão de um país que, já disputara ao Reino Unido a posse dessa mesma ilha". Lembrava que, naquela "época, tendo a Inglaterra se apoderado da Ilha da Trindade, Portugal" reclamara "contra o esbulho, com tais razões e tão valiosos subsídios", que lhe fora "reconhecida a justiça do protesto". Dessa maneira, aceitando os mesmos "medianeiros em conflito idêntico, o

³⁵ O SÉCULO. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 16. N. 5.227. p.1.

governo britânico" teria dado "uma evidente prova de lealdade e de nobreza de ânimo" digna de aplausos, atuando os lusos "com o mesmo desassombro e a mesma altivez" com que haviam condenado "os seus processos de violência e as usurpações sem escrúpulo" praticados anteriormente³⁶.

Permanecendo em tal abordagem *O Século* voltaria a enfatizar que era digna de celebração a "afortunada solução e o resultado obtido pela mediação" portuguesa "no conflito entre o Brasil e a Inglaterra", o qual, "por muito tempo", se afigurara para "muitos como irredutível". A folha dizia que ainda celebrava "com um maior júbilo", por tratar-se da certeza de que "tal acontecimento tinha também uma altíssima significação", notadamente a de revalorizar os laços fraternais com o Brasil, ao passo que, da potência britânica fora conseguido "o assentimento a essa opinião pela força dos argumentos aduzidos por certo por uma pressão moral" emanada de um "país, humilde e fraco, tão desacostumado a considerações de tal espécie", como Portugal, de maneira que constituía "um verdadeiro triunfo"³⁷.

A respeito de tais vitórias, este jornal constatava que, em Portugal havia um "defeito comum", uma vez que, mesmo "nos casos" que lidavam "com o brio da nação, com a glorificação do seu nome e com a consolidação do seu prestígio, tão frequentemente abatido e malsinado por estranhos", havia "a voz do suspeito ou do rancor a antepor-se, por mesquinhas conveniências de ocasião, à verdade dos fatos, ao aplauso justiceiro" e "a sincera confissão" do que deveria ser "para a

³⁶ O SÉCULO. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 16. N. 5.227. p.1.

³⁷ O SÉCULO. Lisboa, 25 ago. 1896. A. 16.n. 5.247. p. 1.

pátria um título de glória e um elemento talvez de ressurgimento e de fortuna". Diante disso, *O Século* questionava os motivos do país não "entrar finalmente no caminho largo da sinceridade, da justiça e da rigorosa verdade", já que a ação lusa na questão da Ilha da Trindade dava "o testemunho eloquente de que alguma coisa" surgira "de bom e útil", de modo que não haveria razão para "fazer restrição ao louvor e amesquinhar a causa, e malsinar as intenções". Retornando às saudações, o periódico reiterava "os parabéns ao país", afirmando ainda que faria também "justiça à lealdade de proceder da Inglaterra no caso sujeito", bem como dava "ao Brasil os mais sinceros e cordiais parabéns", louvando o resultado daquelas "diligências" que, "afortunadamente" deram "para Portugal e para a nação irmã" a coroação "de um êxito completo e felicíssimo"³⁸.

A toada de exortação era também mantida pelo *Vimaranense*, o qual afirmava que "graças ao velho Portugal, tão generoso e tão bom", desaparecera "o conflito entre o Brasil e a Inglaterra sobre o domínio da Ilha da Trindade", da qual fora "reconhecida" a propriedade para o Brasil, "pelo governo inglês mediante a benéfica intervenção" portuguesa. O jornal destacava que se tratava "de uma nação pequena, mas nobre e valorosa, a quem as maiores potências europeias" teriam sabido "respeitar por sua seriedade e gloriosas tradições". Em alusão às publicações voltadas ao engajamento partidário, o periódico de Guimarães defendia que deveriam ser "estimamos o resultado da Trindade para mostrar aos espíritos obcecados pelo ódio e pela inveja, que Portugal", que tinha

³⁸ O SÉCULO. Lisboa, 25 ago. 1896. A. 16.n. 5.247. p. 1.

"uma vida de séculos e glórias", não precisava "de indulgências e proteção para ocupar o lugar de honra" que mantinha "entre as nações civilizadas, muitas das quais aprenderam nos seus exemplos". Com manifesto orgulho patriótico, a folha concluía que se "a pátria" não se sobressaía "pela fortuna", poderia imporse "pela honra" e, quando não se impunha "pelo poder dos seus exércitos", poderia sobressair-se "pela fama de seus feitos"³⁹.

Até mesmo a pequena imprensa, por meio de um periódico caricato⁴⁰, se voltaria ao enaltecimento da reconciliação no conflito pela Ilha da Trindade, mediada por Portugal. Mais uma vez o espírito crítico e opinativo foi deixado de lado, predominando a opção de exaltar o papel diplomático luso em direção à solução da querela diplomática. Nem mesmo a caricatura prevalecia nas páginas do semanário *Os Pontos*, que preferiu a publicação de uma alegoria para homenagear o evento. No desenho, o velho cavaleiro, símbolo de Portugal, era o responsável por promover o aperto de mãos entre outros dois cavaleiros, cada um representando Brasil e Grã-Bretanha. Os três cavaleiros ostentavam seus escudos que traziam as armas dos países envolvidos no conflito, ou seja, os dois litigantes e o medianeiro e se posicionavam atrás dos rochedos da Ilha da Trindade. A representação de Portugal por meio de um cavaleiro era comum, numa alusão aos tempos considerados heroicos, em que o país constituía uma

³⁹ VIMARANENSE. Guimarães, 29 set. 1896. A. 6. N. 559. p. 1.

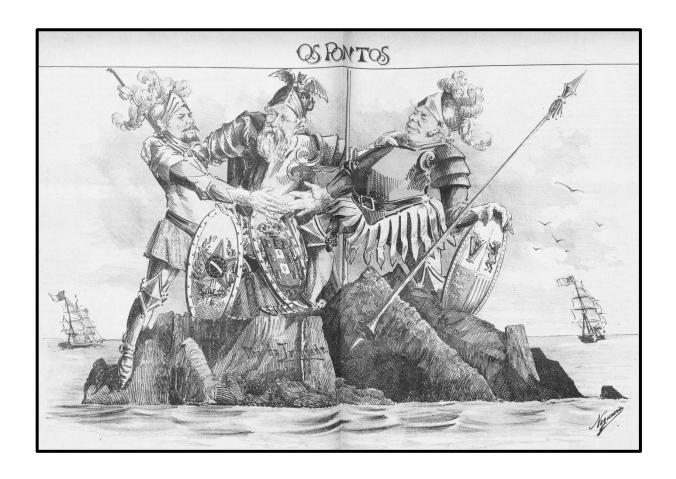
⁴⁰ No que tange à pequena imprensa, neste período, só houve referência à questão da Ilha da Trindade no hebdomadário caricato *Os Pontos* por meio da publicação de uma gravura. Na época ainda era publicado *O Antônio Maria*, mas ele sofreu uma interrupção em sua circulação no período entre julho e setembro de 1896.

potência mundial, mas o mesmo não se dava necessariamente em relação às outras duas nações. A essência em colocar os três países com igual identificação, prendia-se ao intento de demonstrar que as negociações teriam se dado entre Estados supostamente iguais e com níveis de identidade entre si. A legenda era "Portugal, o velho guerreiro, descobridor do Brasil, intervém na questão da Ilha da Trindade e a sua voz autorizada é escutada com respeito pelos dois contendores"⁴¹.

_

⁴¹ OS PONTOS. Porto, 16 ago. 1896. A. 1. N. 33. p. 4-5.

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA



Outro ponto recorrente na abordagem das publicações que preferiram o predomínio da exaltação em relação ao bom termo a que chegou o conflito pela Ilha da Trindade, foi aquele voltado a enaltecer a ação mediadora lusa como um fator essencial para um estreitamento dos laços com os brasileiros. Mantendo seu discurso conservador, *A Nação* descrevia o surgimento daquela questão

"entre o Brasil e a Inglaterra", a qual seria proveitosa, "por mais de um modo, a Portugal". Explicava que se tal querela "houvesse de resolver-se à força", ninguém duvidaria "a favor de quem se liquidaria", diante do que Portugal propusera "a sua mediação", a qual foi aceita "pelas duas partes, e, como bom pai", decidira "a favor do filho d'além-mar e contra uma potência sua aliada", e, de quem estava "na mais completa dependência"⁴².

Este mesmo periódico recorria à história, para justificar que a ação lusitana em prol do Brasil não fora um fato isolado e, ao contrário, tinha suas raízes no passado. Desse modo, lembrava que "quando uma potência formidável, a França", tentara "apossar-se do Brasil, Portugal" aconchegara "seu filho ao peito e, empunhando a espada, desalojou primeiro do Rio de Janeiro e depois do Maranhão os usurpadores franceses", citando que o mesmo se dera em relação aos "holandeses, que depois tentaram apoderar-se do Brasil". Sem fazer referência às condições e às relações de domínio entre metrópole e colônia, A Nação ressaltava a quantidade de "sacrifícios de vidas e fazendas" que então foram feitas por "Portugal pelo Brasil". De acordo com suas ideias nacionalistas, a publicação dizia que "cônscio da sua grandeza, da sua prosperidade, o Brasil nunca" esperara "precisar de Portugal", chegando "talvez a esquecer que lhe devia amor de filho", mas Portugal acabara "de provar-lhe" que poderia "ser-lhe prestável" e não se esquecia de que era "pai". A folha concluía que tal episódio poderia constituir uma "dupla lição a ambos os países, ou seja, os emigrantes lusos que se comportavam "mal no Brasil", deveriam ser castigados conforme a

⁴² A NAÇÃO. Lisboa, 30 ago. 1896. A. 49. N. 12.180. p. 1.

lei; mas não seria "razoável que o justo" pagasse "pelo pecador", de modo que o português não poderia ser tornado "sinônimo de galego" e ser tratado "na ação aviltante do epíteto", devendo, portanto, "as relações entre os dois países" serem vista "bem do alto", prevalecendo a razoabilidade de parte a parte⁴³.

O Jornal do Comércio também via na solução da questão da Ilha da Trindade uma alternativa para a eliminação das manifestações lusófobas no Brasil. Manifestando um pensamento até certo ponto elitista, o periódico defendia que os intelectuais brasileiros admiravam Portugal e somente as classes mais baixas, voltadas ao nativismo pensavam o contrário. A respeito das manifestações de regozijo pelo fim daquele conflito diplomático revelavam que não poderiam "ser nem mais expressivos, nem mais eloquentes, os sentimentos de puro afeto e de inalterável cordialidade, que a parte culta e pensante do Brasil moderno" consagrava a Portugal. Apesar disso, lamentava que, "dDe quando em quando", chegavam "os irritantes e desagradáveis ecos de um certo nativismo" que lavrava "nas baixas classes d'além-mar", de modo que "a sincera e tradicional amizade que os portugueses" nutriam "sempre pelos seus irmãos brasileiros", sofria "profundamente com a notícia de semelhante desamor e de tão ingrata antipatia"44.

Esta mesma publicação, ressaltava que, entretanto, não se deveria dar maior relevância a tais manifestações, já que "o exagero do *nativismo* brasileiro" provara "também a insignificância e a falsidade de tal campanha difamatória",

⁴³ A NAÇÃO. Lisboa, 30 ago. 1896. A. 49. N. 12.180. p. 1.

⁴⁴ O JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 1. N. 7. p. 1.

provocando, "ao mesmo tempo uma salutar reação de simpatia e de afeto a favor dos portugueses residentes no Brasil, e dos portugueses de Portugal". Dizia que, para aqueles que conheciam "de perto o Brasil" teriam a "exata expressão da amizade que a grande maioria da nação brasileira" consagrava "à nação amiga e irmã", que vivia do outro "lado do oceano". Ainda "quanto à Ilha da Trindade", a folha destacava que, "reconhecendo a Inglaterra que era abusiva a posse que dela pretendia tomar, abuso que não podia disfarçar, em vez de se limitar a declará-lo", achara por bem "que isso se fizesse com prévia intervenção de Portugal". Dessa maneira, considerava que o papel atribuído à nação portuguesa naquela questão fora "agradável e satisfatório", devendo "ser celebrado" ainda mais pelo maior estreitamento das relações luso-brasileiras⁴⁵.

Uma síntese dessa perspectiva de uma intensificação da proximidade entre lusitanos e brasileiros era realizada por *O Comércio do Porto:*

O Brasil, que pode hoje ufanar-se da integridade do seu território, da qual tão cioso se tem mostrado, em vários transes da sua vida nacional — o Brasil, sim, recebe de Portugal mais uma prova, se prova fora necessário dar-se, da correção das intenções do nosso país para com aquela nação irmã e, ao mesmo tempo, ficam selados por um timbre tão sagrado como é o da honra nacional, os laços de uma união que vem de séculos e que as tradições, os laços étnicos e a comunidade de interesses consolidam de cada vez mais. Seja qual for a orientação política do Brasil, seja qual for a marcha da sua administração interna, para Portugal as prosperidades do Brasil, o seu engrandecimento e as suas glórias hão de ser sempre tidas como se fossem prosperidades, engrandecimento e glórias de nós mesmos. (...)

⁴⁵ O JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 1. N. 7. p. 1.; e 15 ago. 1896. A. 1. N. 13. p. 1.

O Brasil, esse creia que nem um só português deixa de estimar sinceramente a boa solução do conflito diplomático que a ocupação da Ilha da Trindade motivou; creia que poucas coisas serão tão agradáveis a Portugal como dar à grande e auspiciosa nação brasileira testemunhos do muito apreço em que temos o seu largo progredimento, a segura conquista de um nome que lhe mantenha com vantagens, dia a dia mais assinaladas, a situação primacial entre os Estados sul-americanos.⁴⁶

Na mesma linha, o *Diário de Notícias* explicitava que, diante da medição lusa, fora dada ao Brasil "a prova mais solene de que Portugal" continuava "a ser a nação sua irmã e amiga lealíssima, destruindo-se assim por fatos e por serviços de relevante valia" uma "desconfiança que intrigas de recente data sugeriram e alimentaram por algum tempo"⁴⁷. Já *O Primeiro de Janeiro* saudava a maior aproximação com o Brasil, confessando que Portugal não poderia viver "sem aquela jovem e ubérrima nação, quer para colocar os seus produtos, quer para campo de atividade de muitos conterrâneos", considerando que o Brasil, "pelas afinidades intelectuais e de sangue e pelas relações de comércio e da indústria" constituía "uma prolongação da pátria portuguesa"⁴⁸. *O Correio da Europa*, por sua vez, lembrava a "solene afirmação do honrado prestígio" português, aplacando "um conflito temeroso e grave entre o Brasil e a Grã-Bretanha", apaziguando uma "contenda difícil", na qual "não havia meio termo capaz de satisfazer por igual as potências litigantes" e revivificando "as velhas e

⁴⁶ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 5 ago. 1896. A. 43. N. 184. p. 1.

⁴⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 32. N. 11.004. p. 1.

⁴⁸ O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 6 ago. 1896. A. 28. N. 183. p. 1.

nunca quebradas relações" que faziam "de Portugal e do Brasil uma irmandade, separada apenas pela imensa extensão do Atlântico"⁴⁹.

Essa mudança de perspectiva em relação aos lusitanos no Brasil era também interpretada por *O Século*, segundo o qual, "a atitude amigável" e Portugal contribuía para destruir "a opinião, infelizmente ainda vigorosa no Brasil, de que a diferença de instituições políticas quebrasse os laços de parentesco e a forte corrente de amizade que unia o povo brasileiro" ao luso. Dessa maneira, o periódico apontava que o papel medianeiro português assegurara à "briosa nação" brasileira que, em Portugal, encontraria "sempre as mesmas simpatias vivas e ardentes, a mesma dedicação entusiástica, que por tanto tempo" unira ambos os países. A folha considerava que não se poderia quebrar "duradouramente, por presunções erradas ou por excessos de ardor político, as íntimas ligações, seculares e contínuas", as quais teriam sido "mantidas através de todas as perturbações e de todos os solavancos da evolução social", sem que ocorresse "um desfalecimento na amizade mútua, sem alteração nas relações econômicas e afetivas dos dois povos" ⁵⁰.

Ainda de acordo com a convicção deste jornal, "a solução favorável da pendência" anglo-brasileira dava "a prova irrefragável de que o Brasil" poderia "contar com a amizade" lusitana, "sem sobressaltos e sem sombra de desconfiança". Dessa maneira, *O Século* criava a figura de linguagem pela qual ambos os países poderiam "estender os braços por sobre o mar e estreitar-se as

⁴⁹ CORREIO DA EUROPA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 17. N. 17. p. 1.

⁵⁰ O SÉCULO. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 16. N. 5.227. p.1.

mãos as duas nações irmãs, leal, aberta, firmemente, como aberto, leal e firme" era "o caráter nacional dos dois países", uma vez que, não se disfarçava "na manifestação dessa amizade o sentimento oculto de um pensamento ruim". O periódico sustentava também que o parecer português "num conflito que tinha já atingido uma excessiva gravidade", dera "ao Brasil o testemunho insuspeito de uma amizade leal e profunda, que os excessos da paixão e perdoáveis excessos", haviam tentado "inutilmente desvirtuar" ⁵¹.

Em direção similar ia o *Vimaranense*, afirmando que a função lusitana na questão da Ilha da Trindade tinha uma "tanto maior importância", à medida que viera a "prender mais", se isso fosse "possível, as relações entre dois povos, entre portugueses e brasileiros ou por outra, entre pais e filhos, que como tais" poderiam e deveriam "ser considerados, sem embargo de pequenas e loucas imprudências", as quais jamais conseguiriam "amortecer a estima, a amizade e a mútua correspondência de afetos", que pendiam "pelo amor e pelo sangue povos de igual valor e da mesma origem". Na opinião da folha, "os fatos constantes" no entorno da querela diplomática provavam "a estima que os portugueses" votavam "ao Brasil", o qual não teria "melhor aliado que Portugal, pela igualdade de sentimentos, de língua, de costumes e de religião". Perante tais condições, o periódico manifestava o desejo de que jamais se quebrasse "o laço de tão sérias e doces afeições, sempre aumentadas por novos atos de respeito e simpatias", de maneira que, Portugal, "compreendendo bem as íntimas ligações dos dois povos", não perdia "ocasião de apertá-las sempre mais,

⁵¹ O SÉCULO. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 16. N. 5.227. p.1.; e 25 ago. 1896. A. 16.n. 5.247. p. 1.

adiantando-se em belas lições de generosidade", dispensadas "sem alarde e sem reserva"⁵².

Em sua narrativa sobre a disputa anglo-brasileira, o *Comércio de Coimbra* destacava que, uma vez decidido que "ao Brasil assistia o direito de soberania sobre aquela ilha", terminara de "maneira honrosíssima o conflito" do qual resultara o estreitamente da "boa harmonia entre as duas nações", devendo ser felicitado "calorosamente o governo da grande República e os irmãos de alémmar, por ter sido reconhecido por uma potência ambiciosa e invariável de conquistas territoriais, o incontestável direito que tinha sobre a Ilha da Trindade"53. A Mala da Europa também se referia ao término da questão que ameaçara "envolver em um conflito a Inglaterra e os Estados Unidos do sul da América", constituindo tal ato em um "triunfo da mais alta importância para o povo brasileiro", mas tendo também para os "portugueses uma grande significação". Tal periódico acreditava que assim ficaria provado "que nem mesmo a mudança de instituições operada no Brasil, nem quaisquer outras circunstâncias", conseguiriam "quebrar os laços de sangue" que unia os portugueses a tal povo, de modo que o "interesse e os anelos pelas suas prosperidades e glórias" de parte dos lusos, eram "justamente aqueles" que deveriam "nutrir povos irmãos pela mútua prosperidade". Segundo este jornal, só poderia "pretender a desarmonia entre brasileiros e portugueses", quem não tivesse "nas veias uma gota seguer de sangue lusitano, e guem tanto mal"

⁵² VIMARANENSE. Guimarães, 29 set. 1896. A. 6. N. 559. p. 1.

⁵³ COMÉRCIO DE COIMBRA. Coimbra, 6 ago. 1896. A. 5. N. 480. p. 2.

desejasse "à sua pátria", que folgasse em vê-la "malquistada com a sua tradicional e natural amiga"⁵⁴.

Assim, grande parte das publicações periódicas lusitanas voltaram seus discursos para um enaltecimento da questão da Ilha da Trindade, encarando-a como uma vitória tanto para a nação brasileira quanto para a portuguesa. Era uma forma de ressaltar as glórias do passado, afirmando que ainda haveria espaço para o orgulho pátrio, ainda mais por ter sido Portugal a medianeira entre a maior potência mundial de então e uma República considerada ascendente e até hegemônica em termos subcontinentais, de maneira que os lusos poderiam voltar a ter orgulho de seu país que estaria a recuperar, ao menos em um fragmento, a sua relevância pretérita. Ficava também vislumbrada a possibilidade de superação das tendências refratárias que vinham marcando as inter-relações luso-brasileiras nos últimos anos, de modo que, após a reconciliação de 1895, a mediação lusitana na querela anglobrasileira, foi considerada como outro importante passo em direção a uma reaproximação cada vez maior e embasada na amizade, na fraternidade e nos laços comuns entre brasileiros e portugueses.

O conflito diplomático anglo-brasileiro e a imprensa governista lusa

As publicações governistas lusitanas também se utilizaram em larga escala da abordagem em torno da questão da Ilha da Trindade para divulgar o

⁵⁴ MALA DA EUROPA. Lisboa, 10 ago. 1896. Ano 2. N. 55. p. 2.

vislumbre de uma nova fase do Estado português no contexto internacional, atuando com certa força no campo diplomático. Mas, ao lado de tal visão, tais jornais exalçavam extremamente o papel do governo luso e de seus agentes nas ações em torno da querela internacional. Nesse sentido, tais periódicos consideravam que a mediação lusitana na questão anglo-brasileira fora uma enorme vitória não só de Portugal, mas também de seus governantes, sendo enaltecidas e propaladas a competência e a capacidade dos mesmos em tão melindrosa e intricada situação. Essas folhas não deixaram de também exaltar o potencial que a participação portuguesa na solução da posse da Ilha da Trindade poderia trazer para a reconciliação plena entre Brasil e Portugal.

No âmbito do júbilo pela participação exitosa de Portugal na disputa territorial entre britânicos e brasileiros, a imprensa governista portuguesa não poupou adjetivações no intento de demonstrar o avanço que tal ação significara para o país. Nesse sentido, *A Terceira* anunciava que estava "finalmente resolvida a importantíssima questão que se dirimia entre a poderosa Inglaterra e a opulenta República Brasileira, graças à intervenção do governo português", considerando que tal "fato, altamente significativo", demonstrava "por si só o alto apreço em que Portugal" era "tido no estrangeiro", e honrava "sobremaneira o gabinete que tão habilmente" soubera "desempenhar-se dessa missão diplomática". Para o jornal, não havia dúvidas de que tal episódio deveria ser registrado "como uma glória para o país" 55.

⁵⁵ A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 29 ago. 1896. A. 38. N. 1.935. p. 1.

De acordo com a publicação de Angra do Heroísmo, sem que fosse levado "à conta de afeição partidária", poderia "afiançar-se, sem o menor receio de contradita, que a alvorada de um futuro auspicioso" começara a "raiar para Portugal". A folha fazia referência às "recentes vitórias dos soldados nas regiões africanas", ao "desenvolvimento da riqueza nacional" e à "paz inalterável" que se mantinha no país, impunham "ao nome português, no congresso universal das nacionalidades, os caráteres indispensáveis de uma reputação respeitada". Para corroborar suas asserções, *A Terceira* argumentava que, "se assim não fosse, nem o governo" teria aceitado "a missão de juiz num processo de arbitragem em que disputavam dois países poderosos, nem estes lhe confiariam a decisão sobre pleito de tamanha importância" 56.

A renovação do valor lusitano no cenário internacional era também destacada pela *Correspondência de Coimbra*, ao afirmar que "em todo o país" fora "recebida com aplauso a boa nova de ter felizmente terminado a questão entre o Brasil e a Inglaterra, por intermédio do ministro dos negócios exteriores" português, garantindo que não havia "jornal no país que não recebesse jubilosamente esta boa nova". Na visão do periódico, uma "boa estrela" tinha "ultimamente presidido os destinos de Portugal", a partir da "incomparável campanha da África", que fora "uma epopeia", e que restituíra Portugal "à consideração universal", uma vez que "o esforçado exército português" agitara "vitoriosa a bandeira das quinas, atraindo sobre" os lusos "a atenção dos que tinham esquecido, julgando morta a gloriosíssima nação". Para a folha, a tais

⁵⁶ A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 29 ago. 1896. A. 38. N. 1.935. p. 1.

vitórias somara-se o fato de que "dois grandes países, ambos fortes e poderosos, a alevantassem nos seus braços, confiando-lhe a arbitragem de uma questão para um e outro igualmente importante", e que fora "decidida com dignidade e honra para todos que nela intervieram"⁵⁷.

A propaganda das folhas governistas em torno do sucesso luso na questão da Ilha da Trindade foi reproduzida nas páginas do *Diário Ilustrado*, na forma de desenho, estampado uma ilustração da referida ilha em sua primeira página e de um editorial no qual bem expressava a ideia de que a mediação portuguesa no conflito anglo-brasileiro fora um extraordinário sucesso, advindo da capacidade de negociação dos seus governantes, bem como teria por significado uma realocação de Portugal no intrincado jogo diplomático internacional, recuperando ao menos em uma pequena parte, a relevância que gozara em tempos já bastante pretéritos:

Tem palpitante caráter de atualidade a publicação da nossa gravura de hoje. Representa ela a ilha, cuja a posse a Inglaterra acaba de reconhecer ao Brasil, graças aos bons ofícios de Portugal, que gentilmente ofereceu àquelas duas potências a sua mediação para a solução do conflito.

A questão da Ilha da Trindade, satisfatoriamente resolvida pelo governo português, é o verdadeiro assunto do dia. Para ela convergem todas as atenções; sobre o tema por ela fornecido recaem todas as palestras nos círculos políticos; a ela se consubstancia todo o interesse dos que presam a afirmação do bom nome e do prestígio do seu país, perante o estrangeiro. É profundamente consolador.

A impressão que a excelente notícia produziu, reconforta-nos o espírito e enchenos a alma de intraduzível júbilo, porque representa a compreensão nítida do grande

⁵⁷ CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 7 ago. 1896. A. 25. N. 58. p. 1.

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA

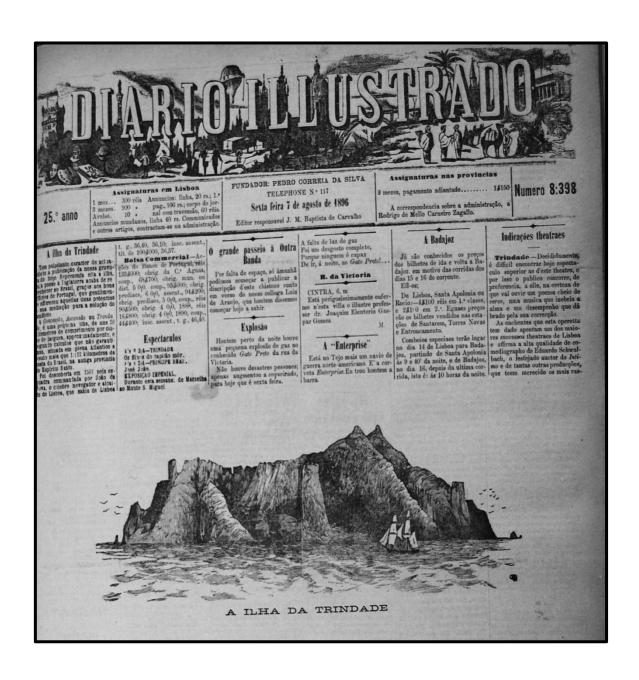
alcance dessas importantíssimas negociações, tão felizmente levadas a cabo pelos representantes e dirigentes de Portugal. Poucas vezes a nação portuguesa tem tido, nos tempos modernos, a glória de acrescentar à sua honrosa história o registro de um acontecimento desta ordem; poucas vezes o livro de ouro dos seus triunfos materiais e morais tem sido aberto para receber nas suas páginas a inscrição de um feito desta grandeza. Não há, por certo, um português de lei que se atreva a negá-lo; não há, por certo, facciosismo político, por mais apaixonado que seja, que consiga resistir ao imperioso dever de aceitar com alegria e aplausos a notícia de um tão notável sucesso.

Depois da vitória das nossas armas, a vitória da nossa diplomacia; a ação dos nossos argumentos e do nosso prestígio moral, reforçando a seção do nosso esforço patriótico e do nosso heroísmo; os lutadores de gabinete sucedendo-se aos lutadores dos campos de batalha; o êxito de negociações importantes e melindrosas seguindo, de perto, o êxito de combates gloriosos!

Decididamente, uma boa estrela tem presidido, nos últimos anos, aos destinos de Portugal, aos destinos desta nação que encerra na sua pequenez maior grandeza que muitas das mais poderosas nações do mundo, na sua força onipotente.

Faltava apenas o feliz acontecimento de que nos estamos ocupando, para coroar essa obra meritória e justa do destino; faltava apenas a solução do conflito anglo-brasileiro, por intermédio de Portugal, para completar a obra perseverante e gloriosa do nosso rejuvenescimento moral e político; faltava apenas o resultado admirável das negociações entabuladas entre os gabinetes de Londres, Rio de Janeiro e Lisboa, pra nos restituir, no concerto das nações europeias, o lugar de honra a que temos direito incontestável pelos esplendores da nossa história, pela glória incomparável das nossas tradições, e pela justificada e prestigiosa fama do nosso alto e esforçado patriotismo.⁵⁸

⁵⁸ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 ago. 1896. A. 25. N. 8.398. p.1-2.



O Diário Ilustrado lançava mão do noticiário internacional para enfatizar as propaladas glórias lusas, destacando que começara "a imprensa estrangeira a ocupar-se da solução da questão da Ilha da Trindade" que, como era "de justiça", e como prognosticara, estava "constituindo um verdadeiro acontecimento internacional, digno da atenção dos círculos políticos e diplomáticos". Fazendo transcrições de jornais do exterior, o periódico dizia que registrava "com a maior satisfação estas palavras importantes", com as quais se fazia "justiça ao alto serviço prestado por Portugal ao Brasil, na melindrosa questão" que ameaçara "provocar um rompimento de relações entre a Grã-Bretanha e a República Brasileira". Explicava, assim, que várias publicações estrangeiras vinham divulgando "o resultado das importantes negociações entabuladas entre os governos brasileiro, inglês e português, registrando o êxito diplomático de Portugal", que seria, "incontestavelmente um dos mais notáveis dos últimos tempos, no campo da diplomacia". Afirmava ainda que não lhe surpreendia esse tipo de "manifestação", a qual alegrava "profundamente", proporcionando "mais um motivo de justo orgulho", pois, o "fato de ser esperada", não deixava "ela de ser significativa e penhorante em extremo"59.

O ufanismo se fazia presente também nas páginas da *Tarde*, ao opinar que continuava "a brilhar a boa estrela" lusitana, pois, "às brilhantes vitórias na África – que tão alto levantaram o nome português, e acabaram de vez com a lenda, forjada pelos detratores lá de fora, ajudados pelos de cá de dentro", pela qual "Portugal não possuía nem meios, nem condições, nem força para

⁵⁹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 10 ago. 1896. A. 25. N. 8.401. p. 2.

assegurar a soberania nos seus vastos territórios d'além-mar" — seguira-se, "com curto intervalo, um triunfo diplomático, que seria celebrado com justo orgulho por qualquer grande potência". A folha comentava que "esse triunfo" acabara de ser obtido por "uma pequena nação", que não se fazia "temer nem pelas suas esquadras, nem pela força dos seus exércitos" e que, havia "poucos anos, num período angustioso e da mais cruel provação, muitos consideravam fatal e irremediavelmente perdida", numa perspectiva pela qual "a história dentro em pouco teria de lavrar o epitáfio" da pátria portuguesa. Em resposta, o periódico dizia que se "enganaram os agourentos profetas", já que "a nação" ressurgira e "o nome português ainda" havia "pouco proferido no estrangeiro por entre desdéns e motejos", voltava "a ser repetido com respeito e admiração" 60.

A manifestação de júbilo permaneceria nas apreciações da *Tarde*, ao referir-se à participação lusa na questão da Ilha da Trindade como uma "consoladora glória" que constituíra "um ato, cuja alta significação" não careceria "de exageros de frase, nem de favores de apreciação". Para a folha, aquele "êxito brilhantíssimo" haveria de ficar conhecido como "uma glória diplomática, pura e rutilíssima glória, resultante da tríplice cooperação da iniciativa mediadora do governo português, da sincera e afetuosa confiança da nação brasileira", que entregara aos lusos "a defesa dos seus direitos, e da honrosa e leal condescendência da Grã-Bretanha", que confiara àqueles "a ponderação das suas pretensões e das suas suscetibilidades". Insistindo na apreciação o periódico afirmava que era uma "bendita glória que, em nome da

⁶⁰ TARDE. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 9. N. 2.604. p. 1.

justiça e em prol da civilização humana", se repartia "equitativamente pela nação ilustre" que esperara "tranquilamente a consagração do seu direito, pela nação poderosíssima que a esse direito" prestara "a alta homenagem da sua força, e pela nação pequena, que, no convívio amigável de ambas, irmã da menos forte e aliada da mais potente", alcançara "levantar dentre as suscetibilidades hostis de uma e de outra a solução", que as conciliara "no mesmo honrosíssimo acordo"⁶¹.

Este mesmo jornal descrevia que, "desde que a Inglaterra" mantivera "a pretensão à Ilha da Trindade, cujo direito de posse fora já pleiteado pela nação portuguesa, como legítima dominadora do Brasil, e desde que a nação brasileira" rejeitara "qualquer arbitragem na apreciação de um direito que reputava indiscutível", poderia "de um momento para o outro, levantar-se um conflito de forças, sob todos os pontos de vista lastimoso". Reforçando os supostos méritos lusos, a folha dizia que em tal ambiente, "o governo português, num impulso de generosa dedicação pela paz e num sentimento de leal e afetuosa confraternidade pela gloriosa irmã da pátria portuguesa e pela mais antiga e valiosa aliada do seu país", tomara "para si a melindrosa tarefa de medianeiro entre as duas nações litigantes". Segundo a *Tarde*, Portugal não "desconhecia os perigos enormes, mas nem só nos campos de batalha" se poderia manter "corajosamente os deveres e os encargos de uma nacionalidade", restando

⁶¹ TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

também "a diplomacia, com as suas cruzadas, as suas conquistas e o seu posto de honra"62.

Para tal folha, Portugal levara em frente, "pela civilização, a sua generosa cruzada" e "seria pela justiça a sua abençoada conquista", atuando "entre as duas nações amigas, a conciliá-las, a congraçar no campo neutro da sua leal iniciativa todas as legítimas suscetibilidades e todos os legítimos interesses", exercendo um "alto posto de honra, em nome" de uma "heroica pátria antiga de uma" e "o remoto e dedicadíssimo aliado da outra". Argumentava que era "a missão de um árbitro imensamente mais fácil e de muito menos risco do que a tarefa de um medianeiro", uma vez que o primeiro era "escolhido de comum acordo pelos litigantes", resolvia e sentenciava, "livre e tranquilamente, segundo o seu critério e a sua consciência, e o seu veredito", qualquer que fosse, impunha-se "onipotente", diante de qualquer nação "do mundo cujos direitos e interesses" estivessem em julgamento. E completava a ideia, destacando que o mesmo não sucedia "com o medianeiro, sobretudo quando era o governo de uma nação pequena, colocado entre os direitos e as pretensões opostas de duas potências de forças desigualíssimas", tornando-se "a tarefa diplomática espinhosíssima", vindo a carecer "de excepcionais desvelos, para que um passo irrefletido" não se transformasse "em suspeição irritante ou para que uma palavra de menos ponderado alcance" não viesse a "agravar o conflito, em que a iniciativa conciliadora" poderia "ficar fatalmente envolvida"63.

⁶² TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

⁶³ TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

Buscando demonstrar os obstáculos oferecidos à Portugal, a Tarde argumentava que, "na questão anglo-brasileira era ainda mais difícil e de maiores perigos a tarefa diplomática do governo português", já que tal país estava "ligado ao Brasil por afinidades de história, de raça e de profundas simpatias, que a Grã-Bretanha não desconhecia" e, por outro lado, "sabia perfeitamente a nação brasileira que Portugal" era "um aliado dedicadíssimo da Inglaterra, com a qual durante quatro séculos tão estreitamente" havia "travado os seus mais altos interesses políticos", e que "em muitos lances os seus marinheiros e os seus soldados batalharam unidos" aos lusitanos. Nesse sentido, enfatizava a "plena e honrosíssima confiança" que os contendores tiveram "na sinceridade do governo português, para lhe aceitarem o oferecimento", diante do que, "com escrúpulos de lealdade, de primorosa cortesia e de lúcido conselho" tivera "de proceder a diplomacia portuguesa, para conquistar, na mesma honrada conciliação", tanto a "transigência nobilíssima da nação mais forte", quanto "o reconhecimento dos direitos históricos da nação menos poderosa"64.

Dessa maneira, a *Tarde* concluía que fora "uma obra benemerente da hábil orientação" diplomática portuguesa e, "principalmente, uma abençoada conquista da sua lealdade". Acrescentava a tal premissa, a ideia de que, "prestando um alto e fulgidíssimo serviço à justiça e à humanidade, a diplomacia portuguesa" alcançara a "prova triunfal" de que "era falso o boato de qualquer resfriamento de relações entre Portugal e Grã-Bretanha", bem como

_

⁶⁴ TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

seria "simplesmente caluniosa a afirmação de que o governo português, por um sentimento de hostilidade ao novo regime político da nação brasileira", buscara "quebrar os estreitos laços de amizade", que uniam "a velha metrópole europeia à filha gloriosíssima da sua obra civilizadora". Quase que em estase, a folha exaltava a "bendita hora de renascimento", que parecia "chegar em fulgurações de extremada glória", em um quadro pelo qual, "em breve período", refulgiam "na África as mais envaidecedoras vitórias" e aditava-se "aos fastos da diplomacia europeia a mais bela e gloriosa página que a justiça e a civilização" poderiam proporcionar à pátria lusitana⁶⁵.

A partir de tal regozijo em torno do renascimento luso, *O Repórter* propunha a união de todos diante do triunfo diplomático português, declarando que, "se o patriotismo e o aferro ao torrão nacional" não era "ainda uma palavra vã", seria "certo que o reconhecimento à República do Brasil do direito de posse da Ilha da Trindade", deveria trazer aos lusitanos "um movimento do mais legítimo e cantante alvoroço", bem como "fazer vibrar do mais intenso e entranhado júbilo por um acontecimento que, altamente honroso e digno para quantos nele interviram, para Portugal" assumia "as proporções de uma data" que ficaria "memorável na história, por inconfundivelmente mostrar como por vezes as nações pequenas, quando sábia e oportunamente dirigidas", poderiam "ter peso e valor nas resoluções e nos atos dos países grandes e poderosos"66.

⁶⁵ TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

⁶⁶ O REPÓRTER. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 5. N. 1.384. p. 1.

Perante tal certeza, o mesmo jornal detalhava sua asserção, destacando que, "grande e poderoso" era "o Brasil, nação ainda na infância, pujantíssima de recursos, tendo na ridentíssima alvorada do seu viver iluminado já o caminho pelos clarões de um perdurável e grandioso futuro", assim como, "igualmente poderosa e grande" era "a Grã-Bretanha, pletórica de riqueza, filha dileta da glória, respeitada e temida". A folha explicava que, ainda assim "uma e outra não hesitaram", e até tiveram "particular prazer em honrarem e alevantarem perante à consideração universal, honrando-se a si mesmas, um pequeno e modesto país, ultimamente tão amesquinhado e caluniado, mas cujas fidalgas tradições" não tinham "par na história de todo o mundo, e a cujo saber, iniciativa e audácia toda a civilização moderna" devia "a impulsão e o início" 67.

Ainda aparecia como um elemento constitutivo das construções discursivas elaboradas pelas publicações governistas acerca da questão anglobrasileira, a premissa pela qual da participação diplomática lusa resultara uma mais intensa aproximação entre Portugal e Brasil. Nessa linha, a *Correspondência de Coimbra* afirmava que todos viam "no reconhecimento da posse da Ilha da Trindade, a favor do Brasil, uma promessa de afeição deste país, para com a nação a quem todas as tradições" tendiam a ligá-lo, e que acabara "de prestar-lhe um serviço, cujo valor ninguém, do outro lado do Atlântico", deixaria "de pesar e agradecer"⁶⁸. Em direção justaposta ia o *Diário Ilustrado*, ao enfatizar que "o governo português" tinha "mais um título de reconhecimento e

⁶⁷ O REPÓRTER. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 5. N. 1.384. p. 1.

⁶⁸ CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 7 ago. 1896. A. 25. N. 58. p. 1.

de louvor do país", tendo em vista que o Brasil recebera "uma prova mais da estima sincera e inquebrantável" dos lusitanos, "que nem de leve" se deixava "influenciar pela diferença de instituições políticas". Também "a propósito da solução satisfatória da questão" diplomática, o mesmo periódico destacava o envolvimento do "povo português" com "o grande povo, irmão e amigo, da florescente República sul-americana", os quais, "através do oceano", que os separava, sem desuni-los, abraçavam-se "estreitamente, num amplexo afetuoso e consolador", e dando-se "as mãos para caminharem juntos na senda da civilização e do progresso" 69.

A mais intrínseca proximidade luso-brasileira era também a tese levantada pelo *Jornal de Notícias*, para o qual a ação lusa na questão da Trindade conseguira "cimentar as bases duradouras de sincero afeto da aliança dos dois povos irmãos, aos quais a etnologia, a língua, e os laços estreitos de consanguinidade" indicavam "que marchassem unidos no caminho do progresso". O periódico ressaltava que Portugal sentia-se "feliz por ver afugentar de vez as ligeiras nuvens que enturvavam as fraternas relações dos dois povos", já que, a partir de então, "o Brasil inteiro" tinha "recebido uma satisfação ao seu legítimo amor próprio", bendizendo "a intervenção em defesa dos seus sagrados direitos, do governo de um país onde todos" estimavam e presavam, "como se fossem seus compatriotas os cidadãos da grande e florescente confederação americana". Segundo esse jornal, "não poderia haver dúvida sobre este caloroso movimento de simpatia dadas as manifestações de reconhecimento e

-

⁶⁹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 25. N. 8.399. p. 2.; e 9 ago. 1896. A. 25. N. 8.400. p. 2.

congratulação que os representantes dos poderes constituídos" dos dois países "mutuaram entre si, bem como as associações representantes dos altos interesses do comércio e da indústria, e os membros da diplomacia das duas nações"⁷⁰.

Tal publicação portuense buscava corroborar suas asserções, citando que o presidente brasileiro, "os seus ministros e embaixadores exprimiram-se com reconhecimento perante a feliz resolução do conflito" e todo o Brasil sentira "a repercussão dessa vitória", reconhecendo "que nenhuma nação da Europa" o estimava "tão íntima e profundamente como Portugal". O Jornal de Notícias enfatizava que, dentre "as manifestações oficiais que o telégrafo" ia registrando, uma comovera "sobremaneira, e era digna de ser lembrada, pela origem donde" procedia e "pela significação" que encerrava, referindo-se a uma "representação afetuosíssima" que partira do Rio de Janeiro, a qual agradecia "em termos alevantados a feliz intervenção do governo português". Explicava que tal manifesto constituía "o intérprete legal dos sentimentos da capital brasileira" e "a sua palavra" dava o "testemunho da fraternização entre os habitantes do Rio de Janeiro e a nação portuguesa". De acordo com a folha, dali em diante, haveria a certeza de que estavam "desvanecidas as tentativas de um pequeno partido exaltado que não respeitava a sinceridade desta afeição comum aos dois povos irmãos"71.

⁷⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 14 ago. 1896. A. 9. N. 188. p. 1.

 $^{^{71}}$ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 14 ago. 1896. A. 9. N. 188. p. 1.

O *Jornal de Notícias* dava ainda a garantia de que poderia "o Brasil ter certeza de que em Portugal" não encontraria "senão dedicação e amizade sincera", pois "o povo português" considerara "sempre o povo brasileiro com profunda simpatia", não se sustentando tais afeições nos "interesses materiais", e sim na "amizade de dois povos", que tinham "o mesmo sangue", e possuíam "as mesmas tradições heroicas". Demonstrando suas tendências partidárias, o periódico defendia que, naquele momento, cabiam "ao governo português razões de sobejo para se vangloriar da sua obra, sendo-lhe devido o reconhecimento tanto do país em geral como da grande colônia portuguesa no Brasil", a qual se associara "com entusiasmo às manifestações de geral contentamento"⁷². Em igual direção ia a *Tarde*, ao afirmar que "o Brasil, em face da sincera intervenção do gabinete" luso, "num assunto que estava preocupando e desassossegando seriamente aquele país", enchera-se "de entusiasmo e de reconhecimento para com Portugal", ficando demonstrado "mais uma vez que entre dois povos tão irmãos só" poderiam "existir laços de consideração e de afeto"⁷³.

No mesmo sentido, *O Repórter* dizia que folgava "com o resultado obtido" na questão da Ilha da Trindade, ainda mais porque, a partir dele, o Brasil deveria "muita gratidão ao governo" português, "pela maneira como as negociações sobre o assunto foram encetadas, dirigidas e concluídas, com tanta decisão interesse e amor, como entusiasmo e fé no resultado". Além disso, o jornal considerava que, diante daquele fato, o Brasil poderia "começar a convencer-se

⁷² JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 14 ago. 1896. A. 9. N. 188. p. 1.

⁷³ TARDE. Lisboa, 25 ago. 1896. A. 9. N. 2.620. p. 1.

de que Portugal, não obstante a diversidade das respectivas instituições, longe de ser madrasta bruta e desnaturada, antes, na sua qualidade de mãe solícita e extremosa", não desejava "senão a prosperidade e a integridade moral e material da sua filha dileta", ainda mais por tratar-se de uma "grande, bondosa e sofredora nação" que constituía "o mais legítimo e completo reflexo e repercussão das qualidades selecionais" lusas, "poderosamente vigorizadas e ampliadas, de novo restituídas ao seu antigo poder fecundante, pelo alento vivificador dos trópicos"⁷⁴.

Um dos mais intensos pontos da pauta das folhas governistas era o de indicar, incansavelmente, os méritos do governo português em sua atuação no confronto diplomático anglo-brasileiro. Nesse sentido, pronunciou-se *A Terceira*, afirmando que "a par do restabelecimento do crédito" luso "perante os gabinetes estrangeiros", continuavam "na administração do país a observar-se os mais severos princípios de moralidade e justiça, e, sob esse benéfico influxo, o desenvolvimento da riqueza nacional" acentuara-se "cada vez mais", consolidando-se "a paz no país". Destacava ainda que era em tal "caminho e norma de vida que o governo" se mantinha "nos conselhos da coroa, cuja inteira confiança" se radicava "dia a dia na justa proporção das vitórias" alcançadas, e que, "acima de tudo", representavam "o engrandecimento do nome português". Diante disso, a folha concluía que "a questão diplomática da Trindade" fora "inegavelmente mais uma vitória do governo e mais uma glória do país" "55.

_

⁷⁴ O REPÓRTER. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 5. N. 1.384. p. 1.

⁷⁵ A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 29 ago. 1896. A. 38. N. 1.935. p. 1.

Um dos personagens mais elogiados pelos jornais governistas era o ministro português dos negócios estrangeiros. Assim, a *Correspondência de Coimbra* declarava que o serviço que tal homem público acabara "de prestar ao país" era dos que faziam "a reputação de um ministro", e lhe asseguravam "um lugar eminente na situação" de que fizera parte. Destacava também que "a habilidade" por ele revelada, "as dificuldades que teve de vencer, os receios que o sobressaltaram, e até por momentos lhe puseram em prova a coragem e a confiança", teriam sido "largamente retribuídos pelo resultado da negociação". O periódico citava ainda outros funcionários do ministério que tiveram "grande parcela de interferência", atuando como "primorosos colaboradores do ministro", e correspondendo, "sem o mínimo desvio, à confiança plena do seu chefe", que seria "o primeiro a reconhecer a excelência" de tais serviços. Segundo a folha, "todos os jornais" haviam publicado "palavras lisonjeiras", exaltando "o nome do ministro, de uma forma calorosa e desusada" 6.

As manifestações louvaminheiras eram também realizadas pelo *Diário Ilustrado* que noticiava "com o mais sincero júbilo e com o maior entusiasmo", a nota governamental que anunciava o encerramento da questão brasileiro-britânica e congratulava-se "com o governo pelo triunfo alcançado na resolução de um conflito" que ameaçara "seriamente a boa harmonia estabelecida entre o Brasil e a Inglaterra, dois países que, por diversos títulos", mereciam dos lusitanos "particular afeição". Ao expedir tais louvores, o jornal dizia estar cumprindo "um dever de justiça", destinando suas "felicitações e calorosos

⁷⁶ CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 7 ago. 1896. A. 25. N. 58. p. 1.

elogios" ao "nobre ministro dos estrangeiros", a quem seria devido "o admirável resultado do importante negócio diplomático confiado a Portugal" pelo Reino Unido e pelo Brasil⁷⁷.

Na opinião desta folha, "Luiz do Soveral não carecia do êxito extraordinário da questão daI da Trindade para afirmar os seus créditos de diplomata notabilíssimo, nem para erguer em bases sólidas a sua reputação de estadista", pois já teria prestado "serviços excepcionais" ao país, os quais seriam "mais que suficientes para a conquista de um nome ilustre no campo da diplomacia". Mantendo a direção elogiosa, o *Diário Ilustrado* dizia que a "forma proficiente, alevantada e digna" com que tal ministro vinha dirigindo "os negócios da sua pasta", garantia-lhe "a posse justificada dos mais legítimos e invejáveis foros de homem de Estado". E complementava a ideia, destacando que seria "fora de dúvida que as negociações da delicadíssima questão da Ilha da Trindade, em todas as suas fases", constituiriam "um novo título de glória para a brilhante carreira do talentoso ministro" consolidando, "definitivamente, o prestígio das suas altas faculdades de diplomata e de político" e "impondo-o ao reconhecimento da sua pátria, e à admiração de duas potências de primeira ordem"⁷⁸.

No mesmo tom, a publicação ilustrada lisbonense, garantia que deveria "sentir-se verdadeiramente orgulhoso o ilustre titular da pasta dos negócios estrangeiros", uma vez que tal orgulho não poderia "ser mais nobre nem mais

⁷⁷ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 ago. 1896. A. 25. N. 8.398. p. 2.

⁷⁸ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 ago. 1896. A. 25. N. 8.398. p. 2.

legítimo", porque representava "a satisfação de ter cumprido um sagrado dever cívico e de ter posto ao serviço do seu país", perante uma "causa melindrosa e difícil, a sua fina Inteligência, o seu acrisolado patriotismo, os seus eminentes dotes de trabalho e a grande e prestigiosa influência pessoal" que possuía no exterior e, "nomeadamente, na corte da Inglaterra". Dessa maneira, o *Diário Ilustrado* enfatizava "as manifestações de simpatia e reconhecimento de que Soveral" vinha sendo "alvo, por parte de portugueses e brasileiros" e apontava para "a popularidade" que conquistara "o seu nome ilustre entre os irmãos de além-mar", a qual constituía "uma recompensa consoladora, que, justamente", deveria "ter envaidecido o notável homem público". Não poupando adjetivações positivas, o jornal exaltava "os admiráveis dotes de inteligência, de finura e de penetração que caracterizam" o ministro, o qual possuiria "aptidões tão eminentes para a ciência e para a prática das relações internacionais", de modo que, para ele, "a diplomacia" era "a mais bela situação que um espírito esclarecido" poderia desejar⁷⁹.

As folhas situacionistas não só sustentavam o ministério, como partiam para o ataque aos jornais oposicionistas quando estes criticavam os governistas. Nesse contexto, o *Diário Ilustrado* referia-se a uma "lição proveitosa", destacando que, "enquanto a oposição, pela boca dos seus órgãos mais qualificados, tratava de amesquinhar Luiz Soveral" com palavras "de mau gosto e graciosidades de ruim quilate, alguma coisa de bem grande se passava nos domínios da diplomacia", a qual estaria "destinada a castigar aquelas

⁷⁹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 ago. 1896. A. 25. N. 8.398. p. 2.

achincalhações grosseiras", e "a por em evidência os talentos e serviços" do ministro. Mais uma vez enaltecia a ação de tal homem público, por "estreitar mais e mais as relações" com o Brasil, e por "provar aos incrédulos e aos mistificados por informações aleivosas, que o Reino Unido" contava com "Portugal no número das nações que maiores afetos e simpatias" lhe mereciam⁸⁰.

Permanecendo na reação às folhas de oposição, o *Diário Ilustrado* reiterava que a "intervenção eficaz do governo português no conflito da Ilha da Trindade", deveria "ser para todos os bons patriotas um motivo de legítimo orgulho imperecível", constituindo "uma lição de alto proveito dada àqueles" que passavam "a vida a deprimir" a nação "em face do estrangeiro e a pretenderem" malquistá-la "com todo o mundo". O periódico dizia-se "seguro de que essa lição" haveria "de produzir bons frutos, porque diante dos fatos de tal ordem toda a politiquice" teria de conter "os dentes" com que costumava morder e "entibiar a audácia" com que agredia "a torto e a direito". De uma forma praticamente didática, o jornal retomava seus argumentos elogiosos, afirmando que diante de todas as notícias ficavam "assentes e provadas" as asserções de que Luiz Soveral era "um estadista de altíssimo valor e que a sua entrada para o governo, numa conjuntura difícil", só tinha "motivos para ser aplaudida"; "no conceito das potências", Portugal era "ainda, a despeito de tudo, uma nação altamente

⁸⁰ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 25. N. 8.399. p. 2.

cotada"; e que o Brasil poderia "contar sempre, confiadamente, com a amizade leal e puríssima" dos portugueses⁸¹.

A tais argumentações, a publicação governista reiterava que "a Inglaterra, aceitando os bons ofícios de Portugal, e conformando-se com a solução proposta pelo seu governo em conflito tão delicado", dera-lhe "um eloquentíssimo testemunho de consideração e estima valiosa", os quais, apesar das críticas anteriores originadas de "testemunhos malsinados por torpes especuladores", poderiam vir a ser "garantia segura de novas e cativantes demonstrações de amizade e apreço". Diante disso, o *Diário Ilustrado* reagia aos adversários, exclamando que poderiam "os refilões da politiquice indígena dizer" o que quisessem "e inventar o que lhes" agradasse, uma vez que estaria tudo "assente e evidenciado", e, "contra a evidência dos fatos", não haveria "cabalas nem artimanhas" que tivessem valor⁸².

Ainda no ritmo das venerações, o *Diário Ilustrado* "no desejo de mais uma vez homenagear aos ilustres estadistas e diplomatas que contribuíram para a solução do conflito anglo-brasileiro", publicaria os retratos do Marquês de Salisbury, de Carlos de Carvalho e de Luiz Soveral, "os três ilustres estadistas" que tiveram "os seus nomes ligados à solução da questão honrosíssima da Ilha da Trindade, um dos mais notáveis acontecimentos diplomáticos dos últimos anos, de que justificadamente" os portugueses poderiam se orgulhar, por tratarse de uma "importantíssima e melindrosa questão". Tais homenagens seriam

⁸¹ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 25. N. 8.399. p. 2.

⁸² DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 25. N. 8.399. p. 2.

A QUESTÃO DIPLOMÁTICA DA ILHA DA TRINDADE E A IMPRENSA

complementadas em outra edição, com a publicação dos retratos de Hugh Guion Mac-Donnell, ministro da Inglaterra em Portugal e Assis Brasil, ministro do Brasil em Portugal⁸³.

_

⁸³ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 25. N. 8.399. p. 2.; 14 ago. 1896. A. 25. N. 8.405. p. 2.; 16 ago. 1896. A. 25. N. 8.407. p. 1.; e 17 ago. 1896. A. 25. N. 8.408. p. 1.





Incansável em sua campanha favorável ao governo, o Diário Ilustrado ainda destacaria as atitudes dos situacionistas, aos quais "a nação portuguesa" deveria "o triunfo" que acabara "de robustecer o seu prestígio entre as nações europeias", em uma atuação que ficaria "assinalada por fatos de excepcional valor e de indiscutível importância para o país", sendo "a solução satisfatória do conflito anglo-brasileiro um acontecimento de primeira grandeza" que honrava a pátria84. Em apreciação similar, o Jornal de Notícias declarava que não poderiam "ser mais lisonjeiras para o governo português e para Portugal as demonstrações de toda a espécie" que coroavam "a feliz mediação" lusa no caso da Ilha da Trindade. Este periódico garantia que muito deveria ser louvado "o governo por tal motivo, e especialmente o ministro dos negócios estrangeiros", que conseguira "a um tempo erguer o prestígio da nação portuguesa" e aproximá-la ainda mais do Brasil. O mesmo jornal enfatizava que, no contexto lusitano, "afora umas escusadas retaliações" de algumas folhas "que bem poderiam encarar este sucesso por um prisma superior e generoso, e deixar em paz a sua animadversão contra o governo", não houvera "uma só voz que não exprimisse sincero prazer ante a solução do conflito anglo-brasileiro"85.

Era também a atitude da *Tarde*, ao afirmar que não poderia deixar de "por em relevo toda a importância e todo o alcance da vitória diplomática" que era devida "ao governo e, especialmente, ao ministro dos negócios estrangeiros". Para a folha, o "êxito conciliador da mediação" haveria "de ficar na história

⁸⁴ DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 16 ago. 1896. A. 25. N. 8.407. p. 1.

⁸⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 14 ago. 1896. A. 9. N. 188. p. 1.

como o maior título de honra e o mais brilhante e assinalado serviço" que poderia ser prestado "à causa da civilização e ao prestígio da pátria portuguesa". Nesse sentido, declarava que o nome do responsável pela pasta dos negócios estrangeiros e o dos "seus beneméritos auxiliares" ficariam "vinculados, em fulgidíssimos caráteres, à página de ouro da diplomacia portuguesa, para nunca mais se apagar. O periódico revelava que não tinha recordação de "notícia de caráter político que fosse recebida com tanta satisfação, e com mais sinceras demonstrações de verdadeiro júbilo" do que aquela "de estar terminada, graças à intervenção do governo, a questão entre o Brasil e a Inglaterra, por causa da Ilha da Trindade"86.

Adotando a postura de alguns de seus colegas governistas, a *Tarde* simplesmente buscava demonstrar que despreza as provocações dos adversários, afirmando que, "de tantos jornais" publicados, se poderia dizer que não haveria "um só que não felicitasse calorosamente o governo, e especialmente o ilustre ministro dos estrangeiros pela honrosíssima solução dada ao conflito". A folha dizia ainda que tais publicações haviam conseguido observar "todo o alcance da negociação diplomática com tanta felicidade concluída" por Luiz Soveral, bem como "todas as vantagens que dessa negociação" deveriam "resultar para o país". Descava ainda que tais periódicos se congratulavam "em termos fervorosos com o governo e com a nação pelo brilhante resultado obtido", gerando uma onda "de júbilo para a alma nacional", com extensa vibração "de patriótico entusiasmo". Assim, concluía que era

⁸⁶ TARDE. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 9. N. 2.604. p. 1.; e 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

"consolador dizer que toda a imprensa" aplaudia "unanimemente o bom êxito da intervenção portuguesa no conflito anglo-brasileiro", pondo "em relevo que esse bom êxito" se devia "ao governo português"⁸⁷.

Mas como tal unanimidade não correspondia à realidade lusa, a própria *Tarde* acabaria por reconhecê-lo, tecendo críticas às folhas adversárias. Nessa linha, afirmava que não era "a retórica balofa" que poderia "firmar e consolidar um governo na estima pública", uma vez que "os atos, que em matéria administrativa" tinham "a vantagem da eloquência inabalável", e não poderiam "ser destruídos por palavras, mais ou menos arbitrárias, inspiradas muitas vezes num sentimento de fanatismo partidário". Segundo o periódico, não poderia ser negado que "o governo português, oferecendo os seus bons ofícios para solução de uma pendência entre duas importantes nações", obedecera "a um generoso e nobre intuito" e contribuíra decisivamente para que tal pendência fosse "satisfatoriamente liquidada"88.

Persistindo no combate aos inimigos políticos, a *Tarde* sustentava que, "a despeito de todos os pessimismos, tanto a Inglaterra como o Brasil aceitaram logo a intervenção do governo português", em um quadro no qual "o gabinete brasileiro recusara insistentemente a arbitragem e a mediação" proposta pelo "governo inglês, fato este que parecia tornar insolúvel o litígio, pelos meios da paz e da conciliação". Argumentava que a aquiescência brasileira só se dera tendo "como medianeiro o governo português", o qual acabara por formulara "a

⁸⁷ TARDE. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 9. N. 2.605. p. 1.

⁸⁸ TARDE. Lisboa, 25 ago. 1896. A. 9. N. 2.620. p. 1.

sua opinião favorável ao Brasil, justificando-a plenamente", diante do que "a Inglaterra, altiva e orgulhosa", aceitara "a opinião do gabinete" luso e conformara-se "com ela". Segundo a convicção do jornal, aquele era um "sucesso diplomático daqueles" que deveria ser registrado "nas páginas de ouro de um país", de modo que, todos "os verdadeiros patriotas", ou seja, aqueles "que em nome de uma facção ou de um partido", não renegavam "o primacial amor da sua terra", haveriam "de sentir-se orgulhosos em face" daquele "enorme e fulgente triunfo, alcançado pela diplomacia portuguesa, com elevadíssima honra para o governo e grande utilidade para o país"89.

A ação do governo lusitano, examinando "com a devida ponderação o assunto" e chegando ao "convencimento pleno de que a razão estava toda do lado do Brasil", era também aplaudida por *O Repórter*. Na opinião do jornal, fora somente graças à mediação de parte das autoridades públicas lusitanas que teria terminado "de um modo honrosíssimo para as duas altas partes, um conflito que por vezes" ameaçara "perturbar a boa harmonia entre aquelas duas importantes nações". Assim, chamava atenção para a "feliz negociação", que honrava, nobilitava e enaltecia "a diligência e os créditos da diplomacia" lusa, sendo o caso de felicitar "o país" e dar "a consagração do aplauso ao governo", cujas "diligências decerto muito valeram, para o conseguimento de tão honroso resultado"90.

⁸⁹ TARDE. Lisboa, 25 ago. 1896. A. 9. N. 2.620. p. 1.

⁹⁰ O REPÓRTER. Lisboa, 5 ago. 1896. A. 5. N. 1.383. p. 1.

Também *O Repórter* insistiria na propalada unanimidade do periodismo em torno da apreciação da atuação governamental na questão da Ilha da Trindade. Dessa maneira, destacava que via "felizmente, sobre este auspicioso assunto", que não haveria "duas opiniões na imprensa, e que todos os colegas" celebravam, "una voce, o grande e significativo triunfo alcançado pela diplomacia" lusa. O periódico enfatizava que fora aquele "o grande, prestimoso e inolvidável serviço que a seu país" acabara de prestar o governo, mormente na figura de seu ministro dos estrangeiros. A folha dizia que tal serviço era "da ordem dagueles" que imortalizavam "o nome de um estadista, e para sempre" lhe vinculavam "a entusiástica e afetuosa gratidão de um povo". Para corroborar sua asserção, explicava que "a enormidade e a extensão desse serviço e a soma incalculável de dificuldades, de morosos cuidados, de penosas diligências que a sua obtenção havia de custar", só poderiam ser medidas a partir do conhecimento do "melindroso e esquivo trato das chancelarias, nomeadamente da inglesa", diante do qual era necessário "o meticuloso culto da altivez e dos brios internacionais", como "o meio de resolver as questões ainda mais simples"91.

De acordo com tais necessidade, *O Repórter* garantia que a diplomacia lusa tivera ampla competência, sabendo "levar a bom termo o seu ideal, e com singular inteligência e tino amaciar dificuldades e remover atritos", merecendo, por isso "o elogio incondicional de todos os bons portugueses", pelo "decisivo e brilhante serviço" prestado ao "seu país". Voltando à temática dos supostos

⁹¹ O REPÓRTER. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 5. N. 1.384. p. 1.

aplausos gerais no jornalismo, o periódico dizia que "felizmente, neste assunto o patriotismo" arrefecera "rancores", abafara "despeitos" e soubera "falar mais alto que todas as considerações da política facciosa". A folha elogiava tal procedimento, acreditando que não poderia ter sido "de outra forma", já que merecera "a consagração fervente e unânime de toda a imprensa" aquela "felicíssima e brilhantíssima diligência", a qual valeria "de certo tanto no terreno da ação diplomática, como a epopeia ultimamente traçada em África pelas armas" portuguesas⁹².

Nessa linha, as folhas governistas portuguesas refletiam em suas páginas a grande oportunidade vista pelos situacionistas de buscarem uma recuperação de sua imagem, utilizando-se da propalada vitória na questão da Ilha da Trindade para tanto. Combalido pelo enfrentamento da seríssima crise que assolava o país e acusado pelas oposições de inumeráveis erros em termos de política externa, notadamente no que tange às relações com o Brasil, o governo lusitano intentou criar um clima favorável à sua atuação, propagandeando uma recuperação da projeção portuguesa no cenário internacional e uma retomada ainda mais intensa nas afinidades luso-brasileiras. A ideia central era mostrar os novos horizontes que se anunciavam para Portugal e que tais prosperidades só teriam um caminho de continuidade com a permanência dos situacionistas no poder.

⁹² O REPÓRTER. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 5. N. 1.384. p. 1.

O desentendimento brasileiro-britânico e os periódicos da oposição monárquica e republicana portuguesa

Após várias oportunidades nas quais puderam concentrar forças em ataques ao que consideravam como graves erros governamentais, as publicações oposicionistas portuguesas tiveram de se desdobrar na intenção de demonstrar que a participação lusitana na questão da Ilha da Trindade não constituía, de modo algum, um triunfo governamental. Nesse sentido, os jornais de oposição, fosse a de cunho monárquico, fosse a republicana, não pouparam esforços para desmerecer a ação lusa na querela internacional, sem fazer referência a um possível crescimento da visibilidade portuguesa no contexto internacional e ainda que abordando o tema, não dando destaque a um potencial recrudescimento da aproximação luso-brasileira. A base discursiva dos periódicos contrários ao governo era demonstrar que na mediação não houvera qualquer mérito governamental, além de imputar a tal atitude diplomática a qualificação de mais um erro dos governistas, tendo em vista a possibilidade de futuros reveses em relação ao imperialismo britânico.

As folhas oposicionistas, voltadas a sua maior meta de atacar o governo, não tiveram maiores pontos de intersecção com os discursos das demais publicações. Elas não reconheceram que houvera uma revalorização de Portugal em âmbito internacional por causa da questão da Ilha da Trindade e um dos únicos elementos nos quais houve identidade com outros jornais foi ao tratar, ainda que em breves referências, da tendência de uma reaproximação com o Brasil. Em consonância com isso, *A Província* destacava que aquilo que mais

deveria "rejubilar a consciência da nação", constituindo "o fato que, na aceitação da mediação" portuguesa, mais se salientava era a "homenagem à lealdade" lusa para com a nação brasileira. A folha citava "os precedentes funestos que fizeram afastar, politicamente, os dois povos", diante dos quais seria "lícito supor que o Brasil não aceitasse a cooperação" lusitana, mas, ao contrário, aquiescera com ela, "confiando a decisão de um tão grave litígio" e demonstrando "a confiança que Portugal" merecia. Para o periódico, esse era um "motivo para justos desvanecimentos e para encher de grande consolação a alma dos portugueses"⁹³.

Sobre o mesmo tema, a folha portuense dirigia ao Brasil suas "felicitações, por ver afinal assegurada a posse da sua ilha", afirmando que era "com o maior contentamento que ao endereçar essas felicitações", podia "citar o nome de Portugal", a quem coubera "entender em tão melindroso assunto e decidi-lo em última instância". Segundo *A Província*, diante de tais provas, teria "a vasta República a certeza" de que Portugal a estimava e respeitava, e que sempre encontraria "na alma portuguesa a mais decidida e franca cooperação". Tal folha afirmava ainda que se alegrava por brasileiros e portugueses diante daquele "resultado feliz", que viera "demonstrar mais uma vez que Portugal" estava "ao lado do Brasil, e que os vínculos" que ligavam "os dois países" se consolidavam e apertavam "de maneira a tornarem-se indestrutíveis" Mais sucinto acerca desse assunto, o *Tempo* limitava-se a saudar os "irmãos do Brasil

⁹³ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

⁹⁴ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

por terem conseguido por meios pacíficos o reconhecimento dos seus direitos à Ilha da Trindade, que à Inglaterra disputava"⁹⁵.

Sem ressaltar a ação portuguesa e fazendo poucas referências à afirmação dos laços com o Brasil, o ponto alto das construções discursivas dos periódicos oposicionistas, concentrou-se nas críticas aos governistas. Foi o caso de *O Tribuno Popular* que, em brevíssima nota desmerecia a "participação "do governo" luso na "questão da Ilha da Trindade" Já *A Província* dizia que "a diplomacia portuguesa", estava "habituada a tantos e tão repetidos revezes, mercê dos desatinados processos" que utilizava, "em detrimento do seu nome e dos interesses do país" de maneira que deveriam ser combatidos, "com energia e veemência, os atos atentatórios do governo, que, pela sua administração e pela sua incoerência", vinha conduzindo "o país à mais perigosa situação em que um povo" poderia encontrar-se⁹⁷.

Mesmo reconhecendo que a participação lusa na questão anglo-brasileira tivesse algum significado positivo, *A Província* não admitia os méritos governamentais, uma vez que "não seria pela sua habilidade e pelo seu tino político que o gabinete triunfara", pois sua ação "derivara em linha reta da *sorte*" que o acompanhava, de modo que se houve um possível acerto, ele ocorrera para consertar os erros recentes do mesmo ministério. Buscando desvalorizar as ações governamentais, a folha argumentava que, "oferecendo os seus bons

⁹⁵ TEMPO. Lisboa, 9 ago. 1896. A. 1. N. 24. p. 1.

⁹⁶ O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 19 ago. 1896. A. 41. N. 4.214. p. 1.

⁹⁷ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

ofícios ao Brasil," seria "de crer que o governo pretendesse, até certo ponto, querer ser agradável a uma potência, que a diplomacia funesta de Hintze Ribeiro" ofendera "a ponto de se produzir um rompimento de relações". Além disso, considerava que, "por seu turno, a chancelaria inglesa, aceitando a mediação", pretendera, "na frase popular, adoçar a boca" dos lusitanos. De acordo com o periódico, era "certo que, em situações melindrosas, essa diplomacia" tinha "dado funestos resultados", de modo que mesmo que se reconhecesse que a participação lusa na questão da ilha da Trindade fosse um trunfo, ele não seria completo, tendo em vista os "tantos e tão vergonhosos desastres" anteriores⁹⁸.

Com certos toques de ironia, *O Progresso* de Lamego dizia que fora "despojada de outro enfeite a aréola fulgentíssima com que o ministro dos negócios estrangeiros" quisera "embelezar-se na questão da Ilha da Trindade, em que os seus bons ofícios" teriam sido "guindados a estonteantes alturas por algumas folhas do governo". Segundo o periódico, "para salvar Soveral das justas censuras, do verdadeiro foro em que a crítica o trazia pelo desastre de lhe ter aparecido o nome no cifrante", a ação propagandística da imprensa governista seria um "ótimo recurso", entretanto, "como era falso o ouro do ouropéis", não tardara "que a ferrugem das desilusões viesse embaciar todo o brilho que andava com pretensões de cegar meio mundo". Afirmava que para "esta gente" era "tudo comédia", resultando em "serem atingidos pelo ridículo e corridos pelo desprezo geral os funâmbulos e os vaidosos" e, mesmo assim, não

⁹⁸ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

eram apeados de seu cargos, uma vez que "a vergonha" era "coisa que já perderam" havia muito tempo, "por amor às lantejoulas do poder" 99.

Para comprovar suas asserções, tal periódico citava o periodismo britânico, o qual informava que fora iniciativa da Grã-Bretanha a desistência da ocupação da Ilha da Trindade, por faltarem ali as condições para a instalação da "estação do cabo telegráfico entre a Europa e Brasil". De acordo com o *Progresso* de Lamego, a partir de tal constatação, ficara a nada "reduzido o triunfo diplomático de Soveral". Com base nesse argumento, a folha tecia vários qualificativos à ação governista, considerando-a como "uma verdadeira roda" que desandava "para o lado dos desastres", uma "estátua de barro" que se desfazia, uma "gralha a quem os ventos da má sorte levaram as penas alheias" e uma "vaidade derrotada e perseguida pelo *pied de nez* da crítica" ficando "o ministro reduzido à expressão mais crítica, ridícula e vergonhosa". Na opinião do jornal, "estes fracassos" eram "muito inferiores à ambição de governar", de maneira que os situacionistas permaneciam "agarrados ao poder", tendo perdido "as mais simples noções do decoro", pois era gente que só sairia enxotada "para fora das bancadas do poder", mas, como não o eram, iam se "conservando apesar de tudo" que pudesse vir "a suceder"100.

A folha republicana *A Vanguarda* também argumentava que o governo queria "tornar espetaculosa a sua *vitória* diplomática na questão da Ilha da Trindade", chegando a pedir "à Inglaterra para que solicitasse de Portugal a

⁹⁹ O PROGRESSO. Lamego, 22 ago. 1896. A. 12. N. 585. p. 1.

¹⁰⁰ O PROGRESSO. Lamego, 22 ago. 1896. A. 12. N. 585. p. 1.

presença de um vaso de guerra português na cerimônia de restituição oficial daquela ilha ao Brasil". Diante da solicitação, ironicamente, a publicação dizia que a "fiel aliada" lusa teria se prontificado "da melhor vontade a representar no aproposito patriótico-diplomático do seu dedicado amigo", consultando o presidente brasileiro sobre tal possibilidade e, contando com a aquiescência deste, iria "o *Pimpão* até ao Rio de Janeiro para coroar o grande triunfo de Soveral", ficando reduzido a apenas isso "o aproposito diplomático" em que ele teria sido "o protagonista"¹⁰¹.

A desvalorização da diplomacia governamental lusa era também realizada por outra publicação republicana, *A Voz Pública* que informava sobre declaração que teria surgido na Inglaterra, de que ela "abandonara as suas pretensões à Ilha da Trindade, em vista da declaração de Portugal de que tinha dado" a mesma "em 1825 ao Brasil". Para a folha, aquela, "além de ser diferente da versão oficial portuguesa", verificando-se "que a Inglaterra não" obedecera "a uma sentença arbitral lusitana, mas espontaneamente" deliberara "em vista de uma simples declaração de Portugal", vinha a oferecer uma "curiosidade", ou seja, "a Inglaterra botara a mão à Ilha da Trindade, porque ignorava que Portugal a tivesse dado ao Brasil". Perante tais dúvidas, o periódico fazia um jogo de palavras, mantendo o tom irônico, afirmando que os portugueses deveriam valer-se da "Santíssima Trindade com tanto triunfo" 102.

¹⁰¹ A VANGUARDA. Lisboa, 19 ago. 1896. A. 6. N. 1.861. p. 1.

 $^{^{102}\} A\ VOZ\ PÚBLICA.$ Porto, 16 ago. 1896. A. 7. N. 1.955. p. 1.

A presença oposicionista republicana, em combate ao governo, era também representada por *O País*, para o qual o ministério dos estrangeiros vinha afagando "a sua vaidade com os telegramas" que denotavam "a simpatia da República Brasileira", respondendo com amplos "agradecimentos para as terras de Santa Cruz", apropriando-se de méritos que não tinha. Em resposta aos "jornais governamentais", que continuavam "elogiando desmedidamente a Soveral, porque a Inglaterra" reconhecera "a soberania da República brasileira na Ilha da Trindade", *O País* dizia que isso somente ocorrera por estar o gabinete britânico "convencido que o governo daquela República não era o português", que se curvava "às mais insólitas imposições" e que se deixava "abdicar dos mais indiscutíveis direitos". O periódico acusava o ministro dos negócios estrangeiros lusos de ter negócios e interesses com a Grã-Bretanha, criticando os jornais por se atreverem a apoiar tal governo, elogiando tal membro do gabinete, "com um cinismo ou uma inépcia" que significariam "nada menos do que a cumplicidade com um traidor"¹⁰³.

O *Tempo* era outra publicação que intentava desmerecer a ação governamental no conflito brasileiro-britânico e desmentir a propaganda feita por meio da imprensa:

O governo inglês, que é essencialmente prático, como essencialmente prático é o povo, cujos destinos lhe estão confiados, reconheceu, sem maior estrépito, a soberania da República brasileira sobre aquela ilha.

À Inglaterra não convinha, decerto, nem criar mais atritos políticos na América, onde já tem bastante, nem quebrar as suas relações comerciais com um povo, com que está ligada por altos interesses. (...)

¹⁰³ O PAÍS. Lisboa, 8 ago. 1896. A. 1. N. 279. p. 2.; 9 ago. 1896. A. 1. N. 280. p. 2.; e 10 ago. 1896. A. 1. N. 281. p. 2.

O governo português quis para si as glórias de um triunfo que não alcançara, e desejou adornar-se com as penas de pavão, com o mesmo direito e com a mesma autoridade com que quisera para si a glória das vitórias alcançadas pelas armas portuguesas, e só por elas, nos sertões da África.

Tão entusiasmado ficou o governo português com a justiça que ao povo brasileiro fez o governo da Inglaterra, que reservou a notícia da solução da pendência para o caso sensacional.

Aproveitou a ocasião para espalhar aos quatro ventos da terra que fizera ao governo brasileiro um serviço assinalado.

Mandou a notícia para os jornais, como caso de arromba, e prometeu a publicação dos respectivos documentos, publicação em que não acreditamos, pela simples razão de que tais documentos não havia e, sobretudo, porque o gabinete prometera publicação.

Vieram afinal uns documentos.

Esses documentos reduzem-se a quatro telegramas: um do presidente da República brasileira ao rei de Portugal, outro do ministro dos negócios estrangeiros do Brasil ao ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, outro do nosso encarregado de negócios no Brasil ao ministro dos negócios estrangeiros de Lisboa, e outro do ministro do Brasil em Portugal ao nosso ministro dos negócios estrangeiros.

Em nenhum desses telegramas, que são de saudações e parabéns, há uma linha ou sequer uma palavra de qualquer dos membros do gabinete português. (...)

Onde estão, pois, documentados, os serviços prestados pelo governo à causa da civilização?!

Invocam os arautos ministeriais os artigos de alguns jornais da oposição, que eles chamam *intransigente*.

Mas esses artigos laudatórios não podem suprir a falta de documentos comprovativos dos serviços prestados pelo governo à solução da pendência entre Inglaterra e Brasil.

Também, valha a verdade, que, para obter elogios das tais folhas da oposição *intransigente*, não precisa o governo de documentar os seus serviços.

Uns e outros estão à altura.104

125

¹⁰⁴ TEMPO. Lisboa, 9 ago. 1896. A. 1. N. 24. p. 1.

A crítica contundente permanecia nas páginas do *Tempo* que anunciava ironicamente a publicação dos "documentos comprovativos das *grandes e nunca vistas* habilidades diplomáticas do governo", destacando que não se conseguia perceber "o motivo da publicação", só podendo ser "para apanhar os elogios dos ministeriais e dos *compadres da oposição*, escusada era aquela publicidade". De acordo com a narrativa do periódico, "os ministeriais e, sobretudo, *os compadres da oposição*" haviam entoado "hinos de louvor aos ministros, antes mesmo de verem os papéis", pois, "para louvar o poder" não precisavam "aqueles aliados ver documentos", de maneira que, "para elogiar", tinha "o gabinete uma *claque* numerosa", a qual não precisaria "de provas nem de razões". Buscando trazer ao público a renovação da discussão de pretéritos erros atribuídos ao governo, o jornal questionava porque o ministério, que fora "tão pronto em publicar os papéis relativos à Ilha da Trindade", não publicara "a correspondência diplomática" de outros casos, nos quais teria fracassado¹⁰⁵.

Na concepção desta mesma publicação, o governo publicara "a correspondência sobre a Ilha da Trindade" porque ela era "soberanamente ridícula, sem deixar de ter algo de vergonhosa", de modo que eles sequer mereceriam receber publicidade. Para o *Tempo*, a partir de tal documentação só poderia ser detectado "o estado de abatimento e abandalhamento reles a que tudo" chegara, não tendo "fundo nem forma semelhante escrito", podendo ser "tudo, menos um ato internacional de governo a governo". O jornal sentenciava que, "logo as primeiras palavras" já denunciavam que o conjunto de documentos

¹⁰⁵ TEMPO. Lisboa, 28 ago. 1896. A. 1. N. 39. p. 1.

fora "elaborado na administração de qualquer concelho sertanejo, e não nas repartições superiores do ministério" que tinha "a seu cargo as relações internacionais"¹⁰⁶.

Segundo a perspectiva do *Tempo*, a documentação divulgada pelo governo, bem como a própria ação governamental, bem demonstravam que tais homens públicos estariam a executar uma "ridícula diplomacia". Explicava que os governantes lusos só haviam oferecido Portugal para ser mediador, porque "os *Bismarcks de cá*" se julgavam "os mais competentes pela sua ilustração e pela sua imparcialidade para decidir o pleito entre as duas nações amigas". Mantendo a ironia, o jornal declarava que "efetivamente, nenhuma das nações cultas no mundo" possuía ministros que tivessem "dado tantas provas de *tino diplomático* como os membros do gabinete português". Com palavras duras, a folha comentava que aquele era o "período revelador de uma imbecilidade extrema", ostentando "em toda a sua nitidez a comédia que o governo da Inglaterra" obrigara o ministério luso a representar¹⁰⁷.

Retomando questões do passado, o *Tempo* insistia que, mais uma vez, Portugal fora transformada em um instrumento dos interesses britânicos, contando para isso com a conivência dos governantes lusitanos. Nesse sentido, dizia que o governo andara "neste azo, como em tudo", ou seja, da pior maneira possível. A folha argumentava que "regular uma questão diplomática" não era o mesmo que "acomodar uma legião de amigos à sombra da fiscalização do selo

¹⁰⁶ TEMPO. Lisboa, 28 ago. 1896. A. 1. N. 39. p. 1.

¹⁰⁷ TEMPO. Lisboa, 28 ago. 1896. A. 1. N. 39. p. 1.

ou dos serviços de emigração, nem manejar uma intriga nas camarilhas para conservar durante mais algum tempo o poder", fazendo referência a outros pontos de crítica ao governo. Segundo o periódico, "a missão de governar um povo" era "mais nobre e mais elevada", não estando à altura daqueles situacionistas, já que nem todos os indivíduos poderiam servir "para tudo". Persistindo na toada crítica e irônica, o *Tempo* vaticinava que o governo poderia continuar "a sentar amigos à mesa do orçamento, a aumentar a despesa pública, dando só parte ao manifesto e deixando o resto nos segredos das secretárias", bem como "a elevar o prêmio do ouro até que tudo" fosse "à vela", mas que, pelo menos, "correspondência diplomática" não publicasse mais¹⁰⁸.

A outra essência crítica movida pelas folhas oposicionistas lusas por ocasião da questão da Ilha da Trindade era uma acirrada desconfiança em relação às reais intenções britânicas aos aceitar a mediação portuguesa e concordar com a perda do litígio territorial para o Brasil. Nesse sentido, A Província alertava que convinha que os lusitanos não se deixassem deslumbrar pela solução da querela anglo-brasileira, afirmando que a Inglaterra realmente cedera "perante as razões apresentadas", mas questionava se ela recuara "uma vez, no caminho das suas ambições desmedidas, por sinceridade ou por cálculo". De acordo com a folha, "os fatos" levavam "a duvidar dessa sinceridade", apontando que, mesmo quando "a evidência" demonstrava "a legitimidade dos direitos à posse dos territórios" de parte dos lusos, o que prevalecia era "a cupidez britânica". Afirmava que os ingleses sempre

¹⁰⁸ TEMPO. Lisboa, 28 ago. 1896. A. 1. N. 39. p. 1.

mantinham "uma atitude "brutal e insolente" e, nas negociações com eles entabuladas, os portugueses haviam sido ultrajados "em sucessivas desconsiderações, que o bretão arrogante se comprazia em praticar para que maior fosse a humilhação" lusitana¹⁰⁹.

Tendo em vista tais percepções calcadas em experiências passadas remotas e recentes, *A Província* manifestava seu olhar de "desconfiança para a abnegação britânica". Em linguagem figurada, a folha dizia que, "quando o leopardo" deitava "a garra" e deixava "fugir a presa", era "porque os seus olhos se fixaram em outra que mais" desafiara "a sua cobiça". Nesse sentido, o periódico questionava o que pretenderia a Inglaterra "a troco da Ilha da Trindade", lembrando que os territórios lusos na África desafiavam "a sua gula, e o bretão sôfrego", quando apetecia "qualquer coisa", não desistia "do seu intento". Recordando negociações pretéritas, a publicação argumentava que, "pela letra de sucessivos tratados, a Inglaterra" teria "obrigação de não consentir que Portugal" perdesse "um palmo" que fosse "do seu território", mas questionava se tal "proteção" teria apenas por objetivo que ela fosse a única "em campo a disputá-lo e a possuí-lo", apostando que havia possibilidades, sentenciando que a Grã-Bretanha seria capaz de tudo¹¹⁰.

Dessa maneira, a questão da Ilha da Trindade servia como um mote de argumentação em relação à angústias antigas no seio da sociedade lusa, tanto que *A Província* vaticinava que era necessário "muito cuidado", pois todos

¹⁰⁹ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

¹¹⁰ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

sabiam "que a amizade da Inglaterra" tinha "custado caríssima" para os portugueses, e que, quando ela se mostrava a seu favor, era preciso "desconfiar de tanta amabilidade". A folha recordava as formas pejorativas pelas quais os lusos seriam vistos pelos ingleses, afirmando que estes consideravam aqueles, "para todos os efeitos, um feudo, um tributário e uma colônia". Destacava ainda que a Inglaterra julgava "o povo português *a set of donkeys*" olhando-os "com desdém e sobreposse", havendo, portanto, "sobejos motivos para desconfiar sempre dela". Com base em tais observações, o periódico alertava que "a diplomacia dos governantes" de Portugal deveria "exatamente convergir para este ponto, dispondo as coisas de modo" que o povo não tivesse "de pagar por bom preço uma intervenção" que fizera a Grã-Bretanha "recuar no caminho das suas desmedidas ambições"¹¹¹.

Dentre os representantes do jornalismo luso oposicionista, as folhas republicanas tiveram uma preocupação especial em relação a potenciais riscos advindos da Grã-Bretanha, tendo em vista a mediação portuguesa na questão territorial entre ingleses e brasileiros. Nesse sentido, *A Vanguarda* destacava que a Inglaterra reconhecera "o direito que o Brasil" tinha "sobre a Ilha da Trindade", o que constituía um caso para que todos felicitassem "cordialmente os irmãos de além-mar". Mas, em seguida, lançava o alerta de que "uma dúvida" persistia "no espírito", pois, diante da leitura "das mais importantes folhas portuguesas", observara que fora "antes devido às *relações pessoais* de Soveral com a chancelaria britânica, do que às negociações diplomáticas propriamente

¹¹¹ A PROVÍNCIA. Porto, 7 ago. 1896. A. 12. N. 182. p.1.

ditas" que se obtivera "a resolução favorável para a República dos Estados Unidos do Brasil", o que constituía, segundo a folha, um grande risco¹¹².

Para A Vanguarda, tal "amabilidade por parte da Inglaterra", que não era "muito dada a essas expansões", principalmente para com os lusos, assustava a todos, ainda mais quando era citada "como causa primordial as tais relações pessoais de Soveral". A partir de tal constatação, a folha manifestava o desejo de que "os irmãos brasileiros" não tivessem de "ficar duplamente agradecidos" aos portugueses, "não só pelo acórdão favorável, mas justo, que alcançaram, como também pelos sacrifícios que talvez" os lusitanos tivessem "que fazer em prol da Inglaterra, pelo favor alcançado". A publicação republicana lembrava que em questões passadas, "apesar dos laços de parentesco existentes entre as famílias reinantes", a Grã-Bretanha não cedera "uma polegada de terreno" em suas reivindicações, de modo que era por isso que receava "muito da generosidade" britânica, "pouco afeita a sentimentalismo platônicos", e que se cingia "sempre ao ditado: bilha de leite por bilha de azeite" podendo vir a "fazer pagar caro as tais relações pessoais". O periódico até manifestava o anseio de que suas previsões não se realizassem, mas se dizia "sempre de pé atrás com tudo o que do gabinete" inglês saía "a respeito de Portugal", ainda que fosse ao seu favor. Lançando mão da história, o jornal concluía que, "desde 1640, os exemplos" tinham "sido bem frisantes para que não" aproveitassem os portugueses a

 $^{^{112}}$ A VANGUARDA. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 6. N. 1.848. p. 1.

"ocasião de aprender" às suas próprias custas, de maneira que "o futuro" diria" se os seus "receios" eram "bem fundados"¹¹³.

Também se mostrando intensamente preocupada com as intenções britânicas, *A Voz Pública* questionava quem encomendaria "o sermão" e o que pretenderia a Grã-Bretanha "com as suas palinódias". Mantendo o tom do vaticínio, a folha republicana alertava "que o patriotismo português" deveria permanecer "de sobreaviso", pois "todos os sinais" indicavam tal necessidade. Lançando mão de frases que faziam parte do imaginário popular e até dos medos coletivos no seio da sociedade portuguesa, a publicação portuense lembrava que "*Andam mouros na terra*, era o grito de alarme dos primeiros antepassados" lusitanos, preocupados com a presença do estrangeiro inimigo. Sem maior sutileza, o periódico dizia que, com o passar do tempo, a expressão mudara para "*Anda inglês na costa*", que deveria passar a "ser a prevenção moderna", detalhando que o cuidado deveria ser ainda maior, pois o britânico estaria a andar "na costa da África", em referência ao apetite imperialista bretão¹¹⁴.

Ainda quanto às desconfianças em relação aos britânicos, *O País* denunciava uma suposta conspiração inglesa para assenhorar-se de possessões lusas africanas. Dessa maneira, a folha destacava que, a partir da questão da Ilha da Trindade, o governo lusitano tentava, "sem dúvida, por um lado, fazer esquecer todas as provas, já publicadas, de que o ministro dos estrangeiros"

¹¹³ A VANGUARDA. Lisboa, 6 ago. 1896. A. 6. N. 1.848. p. 1.

¹¹⁴ A VOZ PÚBLICA. Porto, 16 ago. 1896. A. 7. N. 1.955. p. 1.

estava a serviço do imperialismo inglês e, "por outro, preparar terreno para a realização das antigas ambições" britânicas "acerca do destino da África" portuguesa. Perante tal contingência, o jornal alertava que se tornava "necessário que a nação" tomasse "a atitude dos papéis governamentais como um aviso" e que não esquecesse "tudo" que se vinha dizendo a respeito de "Soveral, como prova das suas relações com os flibusteiros" britânicos¹¹⁵.

Para corroborar com suas denúncias, *O País* acusava Luiz de Soveral, que pela sua participação na questão anglo-brasileira, vinha sendo chamado "de grande patriota e grande diplomata" de, quando fora "ministro em Londres", consentira "que ingleses construíssem e explorassem caminhos de ferro, estradas e telégrafos em territórios" da África portuguesa. As acusações contra Soveral prosseguiam de parte do jornal, ao afirmar que tal político, ainda "como ministro em Londres", não entabulara "as negociações que o governo" lhe determinara "para evitar que os mesmos ingleses tomassem conta daqueles territórios, construindo e explorando o caminho de ferro". Mantendo o tema das ambições inglesas para com as colônias lusas na África, o periódico prosseguia fazendo severas denúncias contra o ministro dos negócios estrangeiros¹¹⁶.

Concluindo sua proposta acusatória contra o governo português, notadamente na figura do responsável pela pasta voltada às relações exteriores, *O País* argumentava que "a existência de todos estes fatos" deixava "crer que a Inglaterra, vendo-se obrigada a desistir da Ilha da Trindade", aceitara "a

¹¹⁵ O PAÍS. Lisboa, 10 ago. 1896. A. 1. N. 281. p. 2.

¹¹⁶ O PAÍS. Lisboa, 10 ago. 1896. A. 1. N. 281. p. 2.

mediação de Portugal no assunto para assim favorecer as suas pretensões sobre a África" portuguesa. O periódico denunciava ainda que "a imprensa governamental" estava "se servindo do assunto para desviar a atenção do público de avisos tão graves", bem como para que o governo pudesse "satisfazer as ambições dos ingleses". Em termos de um alerta público, a folha exclamava que era "necessário que a nação" visse "a questão sob este aspecto" e que se mostrasse "disposta a não consentir que o governo" fizesse "qualquer espoliação a favor da Inglaterra" ou de seus "salteadores" 1117.

Desse modo, como forma de criar mecanismos que visavam a anular a propaganda governamental, as publicações oposicionistas lusas reforçaram suas manifestações em torno de desmerecer a ação dos situacionistas diante da opinião pública. Na concepção de tais folhas, a participação portuguesa na questão anglo-brasileira não poderia ser encarada como uma vitória governamental, apontando para um conjunto de fracassos no campo diplomático que a eles imputava nos últimos anos e não reconhecendo qualquer valor naquele ato medianeiro, considerando-o pouco decisivo no âmbito geral da disputa. Esses periódicos não conseguiam ver em tal ação diplomática o propalado renascimento luso em questões internacionais, sob o argumento de que, em verdade, Portugal não passara de um títere nas mãos dos ingleses. Além disso, eles davam pouca ênfase a uma possível tendência de reaproximação com o Brasil a partir da solução da pendenga territorial. Um dos aspectos que os oposicionistas, tanto os monarquistas quanto os republicanos, mormente estes

 $^{^{117}}$ O PAÍS. Lisboa, 10 ago. 1896. A. 1. N. 281. p. 2.

últimos, não deixaram de lembrar foram os possíveis custos daquela participação lusa, decidindo contra a Grã-Bretanha, os quais poderiam ser extremamente elevados, notadamente no que tange aos recentes avanços britânicos em direção ao território colonial português na África.

Assim, apesar de uma tendência de predominante exaltação no que tange ao sucesso brasileiro na disputa diplomática pela Ilha da Trindade com a Grã-Bretanha, com a direta participação portuguesa, não chegou a haver uma unanimidade entre os jornais lusitanos na forma de abordar a temática. A maior parte deles buscou suprimir os esquecer as disputas partidárias, observando no papel luso naquela questão um momento de sucesso da nação portuguesa e até de uma retomada de alguma relevância do país no contexto internacional. Outras folhas optaram por um engajamento partidário, algumas voltadas ao governo, buscando construir a imagem, a partir de Trindade, de uma grande vitória não só para Portugal, mas, principalmente, para os situacionistas; e, por outro lado, as publicações oposicionistas tanto monárquicas quanto republicanas que intentavam descontruir o discurso das adversárias, objetivando anular o suposto triunfo dos governantes. Um ponto em comum na maior parte dos jornais foi o de traçar a conjetura de que, a partir daquela mediação na querela diplomática, tinha sido dado mais um importante passo na

aproximação plena entre Portugal e Brasil, completando o caminho iniciado com a retomada das relações diplomáticas no ano de 1895.

A ILHA DA TRINDADE E A CRUZADA ANTIBRITÂNICA NA IMPRENSA ILUSTRADA E HUMORÍSTICA CARIOCA: REVISTA ILUSTRADA E DOM QUIXOTE

A reação do governo brasileiro diante da presença britânica na Ilha da Trindade adveio fundamentalmente da reação da opinião pública, a qual gerou uma pressão por providências diante daquilo que se se considerou como grave agressão da potência, ferindo os ditames do direito internacional e invadindo o território nacional. Tal movimento chegou a constituir verdadeira cruzada de fé patriótica, a qual encontrou praticamente unanimidade nos mais variados representantes da imprensa brasileira ao longo de todo o território nacional. Fossem noticiosos, políticos, comerciais, literários, humorísticos, entre tantos outros, os jornais vociferaram com veemência contra a ação britânica, transformada em principal inimiga pública da nação. Um dos segmentos do periodismo em que se fez presente essa tendência foi o representado pela imprensa ilustrada e humorística, cujos representantes foram alguns dos mais populares do século XIX e sua circulação constituiu um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira da época¹¹⁸. Ao representar uma alternativa à imprensa dita séria, o jornalismo caricato trazia em si uma força de apelo visual extraordinária, expressa através da imagem, levando ao público não somente a caricatura, mas, também, a representação realista de pessoas e fatos¹¹⁹. Tal periodismo, através de suas ilustrações, poderia atingir até mesmo os segmentos populacionais pouco letrados, além do que, rápidos traços sobre o

¹¹⁸ MOREL, Marcos & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 69.

¹¹⁹ ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil.* Florianópolis: Insular, 2007. p. 64.

papel, muitas vezes, poderiam expressar uma opinião de forma mais objetiva do que através de um longo texto¹²⁰.

Praticantes da crítica política, da social e a de costumes, por meio da associação entre as representações imagéticas e a construção textual, as publicações caricatas abordaram largamente a conjuntura nacional, sem que a política internacional escapasse ao registro crítico e irônico dos caricaturistas. Nesse sentido, não somente o que ocorria nos outros países, mas, principalmente, os estremecimentos da opinião pública ante qualquer tentativa de interferência na vida interna brasileira e em especial toda manobra de tolhimento da liberdade nacional, tudo se achava consignado, com veemência nas revistas da época. Esses comentários internacionais, formulados normalmente com um espírito altamente satírico, como no caso da questão da Ilha da Trindade, constituíam um reflexo das reações populares no Brasil, manifestado por meio da caricatura e trazendo ao público diversas cenas resultantes dos reflexos acerca da exaltação patriótica nas ruas¹²¹. Tais reações ficaram bem expressas nas páginas de dois dos principais periódicos ilustrados e humorísticos do Brasil daquela época, a *Revista Ilustrada* e o *Dom Quixote*.

_

¹²⁰ FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. t.80. p. 584.

¹²¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 247; 250-252; 259.

A Revista Ilustrada

Dentre as publicações caricatas brasileiras, uma de sua mais notáveis representantes foi a *Revista Ilustrada*, editada no Rio de Janeiro, entre 1876 e 1898, com excelente qualidade gráfica e uma tiragem sem equivalente em qualquer periódico ilustrado da América do Sul. Tinha grande abrangência, sendo regularmente distribuída em todas as províncias e nas principais cidades do interior, com assinaturas por toda parte. Seu idealizador e principal responsável pela sua edição, Ângelo Agostini, foi um dos maiores expoentes da arte caricata brasileira, engrandecendo suas criações com sentido político, manejando o lápis como arma eficaz. Ilustrador meticuloso, ele apanhava com o seu traço inconfundível não apenas os pormenores que a observação colhia, mas a profundidade e a significação que se exteriorizava em tais detalhes 122.

Ao apresentar-se em seu número inaugural, a *Revista Ilustrada* exclamava que abrissem caminho bem franco para mais um campeão que se apresentava na arena, de lápis em riste, pronto a combater os abusos, de onde quer que eles viessem, e a distribuir justiça com a hombridade de Salomão. Revelando sua experiência nas lides jornalísticas, o redator destacava que ele não era nenhum calouro, que pretendesse entrar com pés de lã na contenda jornalística para afinar a sua voz pelo diapasão da grande orquestra da imprensa humorística carioca. Inclusive, enfatizava que se dava o contrário, por tratar-se de um veterano, já muito calejado nas lides semanais que voltava

¹²² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 217-218.

resfolgado à cena. Dizia que seu programa é dos mais simples, podendo ser resumido em poucas palavras: falar a verdade, sempre a verdade, ainda que por isso lhe caísse algum dente. Perguntava se os leitores estariam prevenidos, pois quem se zangasse com ele poderia ficar certo de perder o seu latim¹²³.

A *Revista Ilustrada* foi uma das mais importantes do seu gênero¹²⁴ bem como representou a forma de expressão de uma "arte participante", uma vez que sua redação foi um dos mais expressivos exemplos de como a militância política poderia enriquecer, ampliar e multiplicar efeito das criações artísticas autênticas, sentindo, compreendendo e expressando não apenas o que era característico dentre os brasileiros, daí a sua autenticidade, além de uma representação de conteúdo popular¹²⁵. Ela chegou a ser considerada o periódico de maior popularidade de sua época, registrando melhor do que qualquer outra publicação de matriz caricatural, a história política do Brasil sob o ângulo do humor¹²⁶, vindo a constituir verdadeiro marco na história do jornalismo brasileiro e tendo uma repercussão extraordinária dentre os jornais ilustrados de sua época¹²⁷.

-

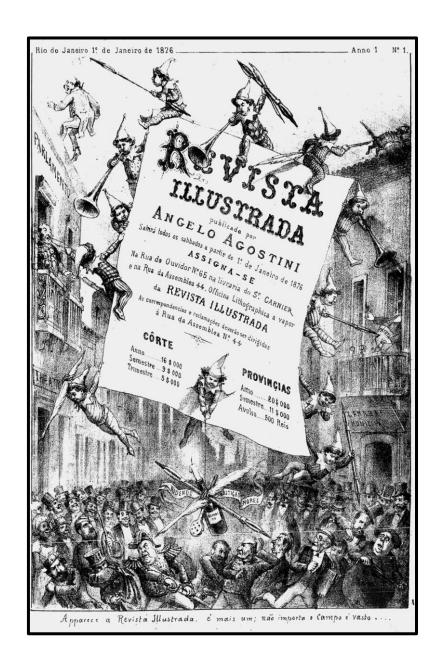
¹²³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 1º jan. 1876. A. 1. N. 1. p. 2.

¹²⁴ LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo Brasiliense, 1955. p. 18.

¹²⁵ SODRÉ, 1999, p. 218.

¹²⁶ TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura.* São Paulo: Documentário, 1976. p. 10-12.

¹²⁷ MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil.* Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012. p. 196 e 208



Acompanhando o processo histórico que marcou a transição da forma de governo brasileira, a Revista Ilustrada teve destaque nas campanhas que moveu em torno da abolição da escravatura e da propagação do ideário republicano. Implantada a República, já sem a presença de Agostini, a folha caricata se colocaria ao lado dos primeiros governantes, defendendo a causa da "Revolução" de 15 de Novembro de 1889", e atacando com veemência os grupos políticos que, na concepção dos novos governantes, representavam a ideia da restauração monárquica. À época da deflagração da questão da Ilha da Trindade, a própria Revista ratificava suas convicções e norte editorial, afirmando que, durante o período de sua circulação, contando com aplausos do público e da imprensa, procurara servir às boas causas do país e, ao mesmo tempo, dar uma nota alegre e divertida sobre os principais acontecimentos. Destacava ainda que, calma e sem exageros, não adulava as paixões de momento, nem procurava esconder as suas opiniões, proclamando-se como republicana conservadora¹²⁸. Diante da querela com a Inglaterra, a Revista Ilustrada participaria ativamente da "cruzada santa" contra o invasor e da profissão de fé patriótica, exortando os brasileiros à reação contra o ato daquela nação, na maioria das vezes, representada pela sua imagem-símbolo, designada pela figura de John Bull.

Em matéria de página inteira, sob o título "A Ilha da Trindade – atentado da Inglaterra – veemente protesto do Brasil", a folha argumentava que francamente relutava em acreditar na ocupação da ilha por forças inglesas, tendo em vista que tal atitude viria a constituir um monstruoso atentado,

 $^{^{128}}$ REVISTA ILUSTRADA, nov. 1895. A. 20. N. 700, p. 2.

levando em frente um extravagante objetivo. Com indignação, o periódico questionava se seria crível que, em pleno século XIX e em face do mundo, ocorresse um ato de pirataria tão revoltante, com a tentativa britânica de se apropriar à mão armada do que não era seu, atirando, loucamente, um cartel de desafio ao Brasil e à América. Diante de tal pergunta, o caricato dizia que em tudo aquilo deveria haver algum equívoco, pois, a serem verídicas as versões que corriam, a Inglaterra estaria desonrada para sempre e a América se armaria contra a sua invasora temerária e, ao Brasil, restaria só o dever de castigar tão ousada e aviltante aventura¹²⁹.

2

REVISTA ILLUSTRADA

A ILMA DA TRINDADE

Attentado da Inglaterra

VEHEMENTE PROTESTO DO BRAZIL

¹²⁹ REVISTA ILUSTRADA, jul. 1895. A. 20. N. 691, p. 2.

Perante a argumentação britânica de que tal desembarque não importaria em nenhuma manifestação hostil à nação brasileira, a *Revista Ilustrada* desejava que isso se confirmasse, pois, caso contrário, previa que a potência deveria recuar, já que a luta pela reconquista do que era dos brasileiros iria até o desespero, em um empenho de honra, sem ficar aquém do que deles esperaria o mundo. De acordo com o periódico, seria impossível que por imprudência ou intuitos ambiciosos, um povo como o inglês se abalançasse a um ato de tal ordem, uma vez que, no próprio seio dessa culta nacionalidade, haveriam de surgir protestos contra essa política da traição e da rapinagem. Fazendo referência à repulsa nacional, o semanário caricato destacava que os ânimos, no Brasil, tinham chegado ao apogeu da indignação e dos protestos, sendo bem visível que ninguém recuaria do cumprimento de um dever sagrado, para desalojar o ocupante sem escrúpulos, que se apoderara da propriedade alheia¹³⁰.

Citando outra publicação, o hebdomadário informava acerca das repercussões que o ato britânico provocara na Argentina, onde observava paridade no caso da Trindade com o das Malvinas, apontando para a necessidade de um convênio americano, para pôr termo à ligeireza de procedimento das potências europeias, no que dizia respeito à ocupação de territórios que de direito não lhes pertenciam. Segundo a folha, a Ilha da Trindade era brasileira, nunca tendo havido a menor dúvida a tal respeito, e ninguém poderia extorqui-la do Brasil, fosse pela astúcia, fosse pela força. O periódico enfatizava que a integridade nacional era um dogma para os

¹³⁰ REVISTA ILUSTRADA, jul. 1895. A. 20. N. 691, p. 2.

brasileiros, perante a qual todos se curvavam, não constando um único descrente, uma vez que, para consagrá-la, mesmo os maiores inimigos dariam as mãos e marchariam juntos, inflamados pelo mais santo entusiasmo, para o teatro da ação, não havendo sequer resquícios de opinião contrária a tal respeito, em toda a vastidão do território nacional¹³¹.

Com veemência, a *Revista Ilustrada* afirmava que a força, quanto não fosse servida pelo direito, seria facilmente esmagada, mas manifestava a esperança de que aquele alarma profundo haveria de passar, com a chegada de notícias melhores e com as declarações da Inglaterra explicando os fatos, já que não seria possível que tal pátria se colocasse em uma atitude tão odiosa e insustentável. Mesmo assim, a folha vaticinava que se tal nação assim não procedesse, teria soado a hora da sua desgraça. Na mesma edição, o semanário ainda publicava uma gravura com a vista panorâmica da ilha, cercada pelas várias manifestações de indignação no Brasil, no seio do governo, do parlamento, da imprensa e da população em geral. Estampava ainda uma caricatura na qual a simbologia da potência imperialista aparecia transmutada em uma figura mista, antropomórfica e zoomórfica devorando a Ilha, com a legenda: "Mestre John Bull agarra-se como uma ostra à Ilha da Trindade! Sempre a mesma história: no Cairo, em Malta, em Nazareth, no Egito... Mundo infinito. Mas, desta vez..."

132.

10

¹³¹ REVISTA ILUSTRADA, jul. 1895. A. 20. N. 691, p. 2.

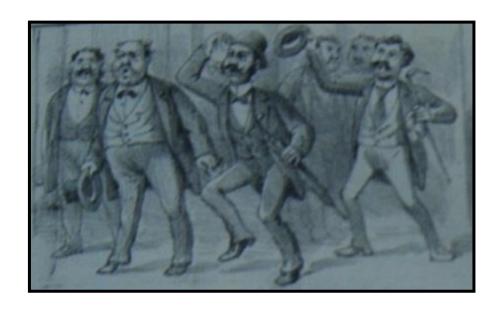
¹³² REVISTA ILUSTRADA, jul. 1895. A. 20. N. 691, p. 2, 4-5 e 8.





Sustentando tais convicções, o hebdomadário caricato dizia que a ocupação da Ilha da Trindade apaixonara os espíritos patrióticos, despertando um movimento geral de protestos junto à opinião pública que, por todos os seus órgãos, levantara-se contra tal escândalo internacional, estando com ela o governo, buscando firmar sabiamente os direitos nacionais sobre aquela parte do território nacional. Reiterava que a ilha pertencia aos brasileiros e, para provar tal fato, haveria documentos seculares devidamente autenticados, bem

como a própria atitude da Inglaterra, que já ocupara anteriormente aquele ambicionado torrão, tendo de desocupá-lo, por ter em vista enérgica reclamação¹³³. A folha buscava demonstrar que as questões internacionais faziam parte das discussões cotidianas, apresentando gravura, na qual a população, além de enfrentar o calor, preocupava-se com a política exterior. Nesse sentido, mostrava homens esbaforidos, por causa de uma semana quente e abafadiça, durante a qual era encontrada, nas ruas e praças, muita gente bufando, não só pela condição climática, mas também por causa da política em relação às questões do Amapá e da Trindade¹³⁴.



_

¹³³ REVISTA ILUSTRADA, jul. 1895. A. 20. N. 691, p. 3.

¹³⁴ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1895. A. 20. N. 692, p. 4.

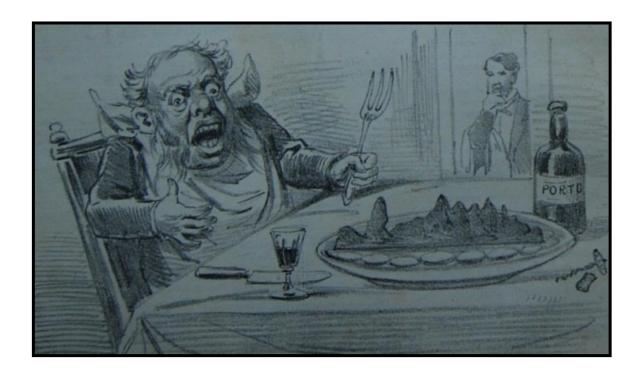
A Revista sugeria que um fim altamente patriótico para o país seria o de habilitá-lo a dispensar o ouro inglês, questionando para que serviria contrair empréstimos na Inglaterra, "que é má amiga", tanto que queria aliviar os brasileiros de um território como o da Trindade"135. A figura-símbolo dos ingleses voltava às páginas do semanário, dessa vez, servindo-se, à mesa, de um prato que trazia o rochedo insular brasileiro, acompanhado por um vinho do Porto. Entretanto a degustação do cardápio não parecia estar fazendo bem e poderia trazer efeitos indesejáveis, com referência às repercussões no Brasil, diante do ato britânico. A legenda era sucinta e direta: "Mister John Bull parece que está meio engasgado com esse almoço de Gargantua fin de siècle, com batatas¹³⁶. Sustentava também um conflito discursivo em relação à imprensa britânica, publicando o artigo "Nós e o Times", no qual afirmava que os comentários humorísticos publicados por tal jornal, relativamente à indignação dos brasileiros, ao terem conhecimento da ocupação da Ilha da Trindade, eram característicos daquele tipo de jornalismo. Na concepção da folha brasileira, aquele "órgão da *city*", provecto nesses manejos de fingir não tomar a sério os protestos veementes e indignados dos que eram vítimas da sua cobiça, revelava uma falta de escrúpulo que subvertia todas as noções do direito, dando à força e ao cinismo o arbítrio sobre a propriedade e a honra dos que julgava como fracos¹³⁷.

_

¹³⁵ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1895. A. 20. N. 692, p. 3.

¹³⁶ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1895. A. 20. N. 692, p. 8.

¹³⁷ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1895. A. 20. N. 694, p. 6.



A publicação caricata argumentava que em todo o mundo havia uma convicção radicada nas consciências de que a Ilha da Trindade pertencia ao Brasil. Desse modo, quando chegasse a hora de abandonar os paliativos, para tornar efetivo o direito, haveria um coro uníssono em favor da nação brasileira, oriundo da certeza de que ela estava defendendo o que era seu e impedindo que o direito do mais forte fosse a lei geral da civilização inglesa no mundo inteiro. A folha semanal dizia também que se a Inglaterra tentara apropriar-se daquelas terras insulares a pretexto de estabelecer um cabo submarino, de maneira que

poderia vir o tempo também em que, com o mesmo direito, os brasileiros poderiam aproveitar as ilhas britânicas para ali estabelecer uma estação telegráfica. Referindo-se à prepotência do país imperialista, o periódico destacava que todos deveriam aguardar o resultado das negociações diplomáticas, certos de que, ou por bem ou à força, a ilha haveria de voltar para o inconcusso domínio do Brasil¹³⁸.

A visão favorável às autoridades governamentais da folha ilustrada era evidenciada no posicionamento pelo qual continuavam em bom andamento as negociações, não havendo motivo para descrer da eficácia das medidas inspiradas no zelo e patriotismo do governo. E garantia ter absoluta confiança em tal análise, a despeito das "manobras de alguns espíritos patrióticos que insinuam coisas graves, para uma pescaria rendosa"139. No mesmo sentido, destacava que estava a se ouvir uns *zunzuns* esquisitos a propósito das questões sustentadas com duas potências europeias, referentes aos casos do Amapá e da Trindade, descrevendo que tal falatório, além de esquisito, seria inquietador, havendo em seguida o desmentido pelo responsável das relações exteriores do Brasil. Quanto a isso, comentava que se tratava "sempre da mesma cantiga", ou seja, "as mesmas balelas inúteis, os mesmos desmentidos e a mesma credulidade do Zé-Povinho"140.

-

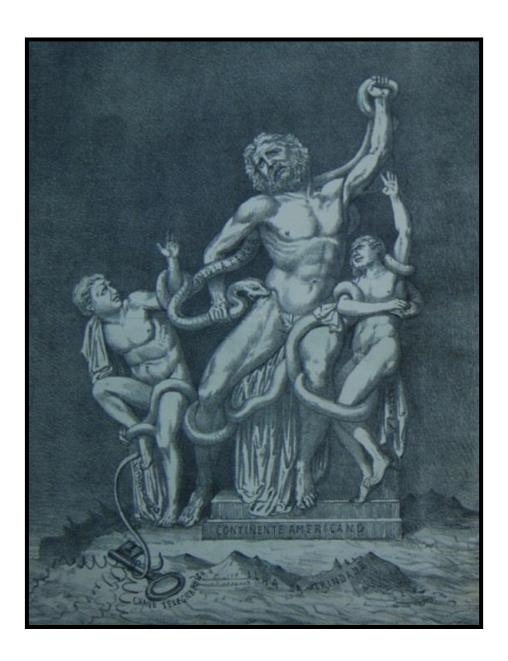
¹³⁸ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1895. A. 20. N. 694, p. 6.

¹³⁹ REVISTA ILUSTRADA, set. 1895. A. 20. N. 696, p. 2.

¹⁴⁰ REVISTA ILUSTRADA, out. 1895. A. 20. N. 699, p. 3.

A Revista Ilustrada chegou a recorrer às representações mitológicas para caracterizar a invasão britânica, estampando a figura de Laocoonte e seus dois filhos enlaçados pela serpente, lembrando, assim, o personagem mítico que participara da Guerra de Troia e fora punido pelas divindades com o ataque daquele animal peçonhento. A cena clássica era reproduzida pela folha e a serpente passava a ser a representação da Inglaterra, ao passo que os dois filhos de Laocoonte seriam o Brasil e os Estados Unidos, enquanto o pilar, onde se encontravam as figuras, simbolizava o continente americano, que aparecia pairando sobre os rochedos da Trindade, ao qual se sobrepunha a chave telegráfica, em alusão à justificativa britânica. A legenda dizia que a Inglaterra, sempre ávida de domínio, queria enlaçar a América, como uma serpente elétrica, estabelecendo à força uma estação telegráfica na Ilha da Trindade, ficando brasileiros e americanos tributários de Sir John Bull e com uma devassa permanente em suas próprias casas, ao que reagia, com a expressão: "Isso, nunca!"¹⁴¹.

¹⁴¹ REVISTA ILUSTRADA, nov. 1895. A. 20. N. 701, p. 8.



A publicação caricata carioca se colocava abertamente contra uma possível proposta que teria partido da Grã-Bretanha a respeito da solução da questão pela Ilha da Trindade ser resolvida por meio de arbitramento. Segundo a revista, a ilha era incontestavelmente brasileira, tendo sido tomada pelos ingleses com um desembaraço pelo qual eles usavam habitualmente com os territórios estrangeiros. Ressaltava que o Brasil protestara, buscando fazer valer o seu direito, o qual os próprios britânicos não estariam a deixar de reconhecer, entretanto, passaram a defender que um terceiro viesse a decidir "quem é o dono legítimo da fazenda". Deixava claro que não receava o resultado do arbitramento, o qual seria favorável à causa brasileira, mas que a dignidade impedia de aceitar um meio diplomático de dirimir questões, desde que as mesmas foram motivadas por ataque à soberania, sendo portanto incompatível com o meio arbitral. A respeito do conjunto da imprensa, enfatizava que em sua maioria os jornais também discordavam da arbitragem, embora não deixasse de citar com ironia que havia alguns que poderiam ter passado por uma "súbita reviravolta" no modo de encarar o caso, desconfiando que os mesmos poderiam vir a aplaudir o arbitramento, "com ares de convicção inabalável e com o calor de notáveis argumentos jurídicos e patrióticos"142.

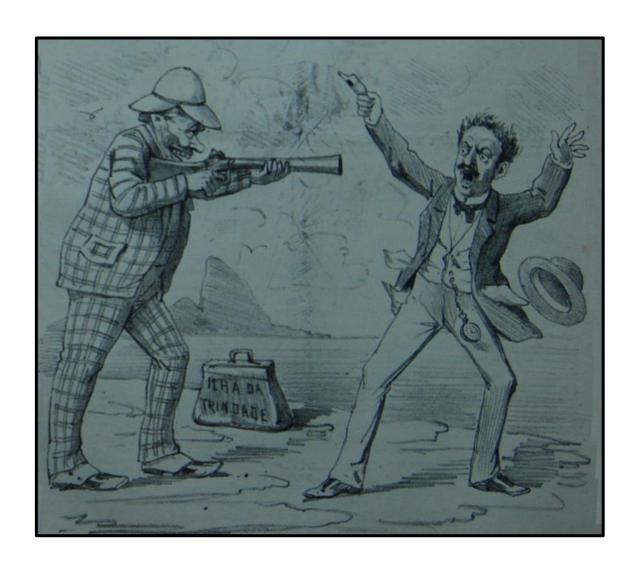
O próprio John Bull voltaria às páginas do hebdomadário caricato na apresentação de um conjunto de desenhos. Em um deles, aparecia a cena em que o personagem se encontrava confortavelmente deitado sobre a Ilha da Trindade, representando a tranquilidade da potência imperialista ao tomar

¹⁴² REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 702, p. 2-3.

posse daquele território, diante do que o periódico afirmava: "Mister John Bull ainda continua a sesta na tão cobiçada e (felizmente para nós) ainda não surrupiada Ilha da Trindade". A seguir, a figura-símbolo da Inglaterra, de arma em punho, assaltava um indivíduo, tirando-lhe seus pertences, inclusive uma maleta identificada pelo nome daquele território insular brasileiro. Na concepção da folha, a ocupação britânica era equiparada ao ato de um roubo, considerando que a própria arbitragem seria inaceitável em tal situação, uma vez que a posse do território seria evidentemente do Brasil, como traduzia a legenda: "Arbitramento à mão armada e em nome da civilização... Direito internacional... fin de siècle. E esta?" (REVISTA ILUSTRADA, nov. 1895, a.20, n.702, p. 5).



¹⁴³ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 702, p. 4-5.



O desenho de John Bull como um devorador de territórios voltaria a figurar na *Revista*, ao mostrá-lo tentando engolir a Ilha da Trindade, mas, para o

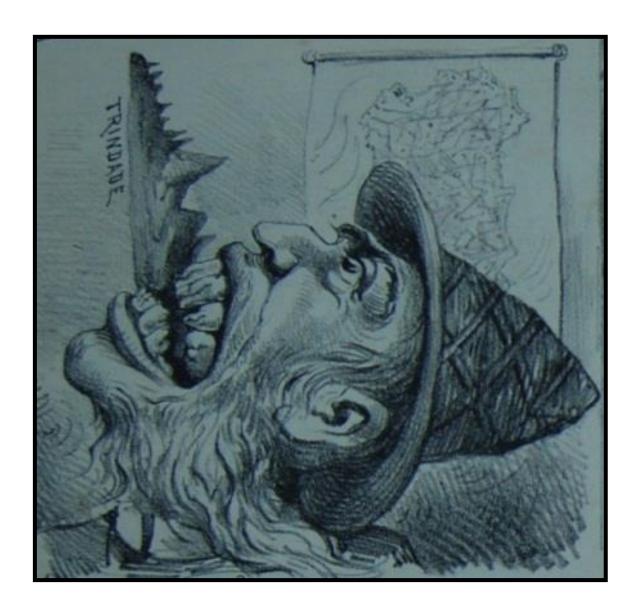
hebdomadário, tal procedimento traria reveses para o símbolo inglês, como explicava a legenda ao se referir à questão do possível arbitramento: "E ainda não se lhe quebraram todos os dentes, mas temos fé que apesar da vontade não conseguirá engolir a presa^{"144}. A publicação ilustrada brasileira mostrava grande crença para com os espíritos pan-americanistas que norteavam a política externa brasileira naquele momento, ou seja, acreditava plenamente na formação de uma frente de nações republicanas americanas, liderada pelos Estados Unidos, contra as possíveis tendências intervencionistas das potências europeias. De acordo com tal pensamento, apresentou uma caricatura, na qual o presidente norte-americano era representado impávido em uma jaula, enfrentando de peito aberto a um feroz, mas dominado leão, que, representando os britânicos, tentava deitar suas garras sobre o continente americano, com referências mais específicas à Trindade, às Malvinas e à Venezuela. Tal cena era descrita como o fato culminante da política americana, mostrando um "domador de feras, no fim do século das luzes"145. Nesse contexto, o periódico fazia verdadeira ode de enaltecimento à política do presidente estadunidense Cleveland e suas intenções de revivificar os ditames da doutrina Monroe, estando a representar, por consequinte, todas as nações americanas em um ato de legítima defesa e construindo uma era política nova que se inaugurava, cimentando a união dos povos que tinham as mesmas aspirações e que se regiam pela mesma forma de governo¹⁴⁶.

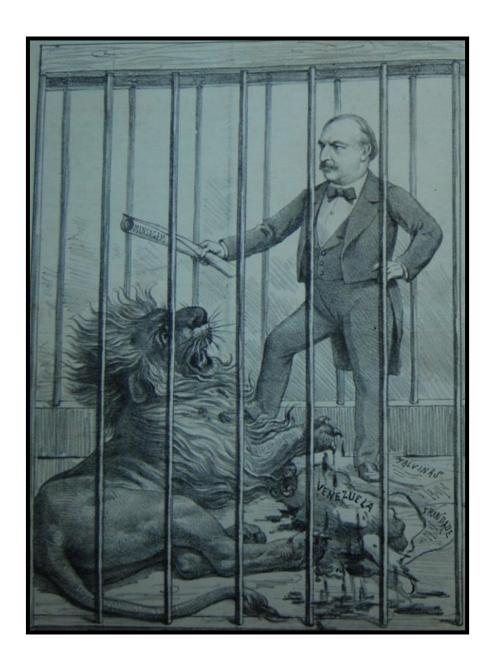
_

¹⁴⁴ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 703, p. 4.

¹⁴⁵ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 703, p. 8.

¹⁴⁶ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 704, p. 2.





A discordância quanto à arbitragem de parte da folha viria à tona mais uma vez através de pequeno texto carregado de pilhéria e ironia, ao anunciar que continuava sendo esperada a palavra do governo sobre a proposta de arbitramento que a Inglaterra lhe fizera em relação à Ilha da Trindade, de modo que não tardaria que se soubesse como se posicionaria a respeito a presidência da República, já que o pensamento do povo e do próprio semanário, todos estariam a saber perfeitamente. Nessa linha, dizia que os brasileiros estavam com um "osso atravessado na garganta", o qual ou iria descer ou seria tirado, mas com certeza viria a ser eliminado. Pedindo perdão pela rudeza da linguagem, o semanário enfatizava que sempre quisera fazer notar, com mais ou menos diplomacia, desse o que desse, que a ilha era brasileira, não precisando tal nação que um terceiro viesse a afirmá-lo e concluía incisivamente: "A ilha é nossa, o ladrão é ladrão e o boi é boi. Salvo melhor juízo"¹⁴⁷.

O discurso pan-americanista era ainda sustentado pela constatação de que as potências europeias, após perder suas possessões na América, ficaram sempre com umas veleidades de intervenção que, em alguns casos, vinham já produzindo sérios desgostos e fortes represálias. A *Revista Ilustrada* aplaudia a propalada ideia do presidente Cleveland de reunir as nações americanas em um congresso, no qual se firmaria uma aliança contrária a qualquer possibilidade de conquista de parte dos países europeus, bem como fossem resolvidas todas as questões de limites ao longo do continente americano. Perante esse voto de confiança, a folha concluía que, a partir de tal manifestação, a diplomacia faria o

¹⁴⁷ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 704, p. 3.

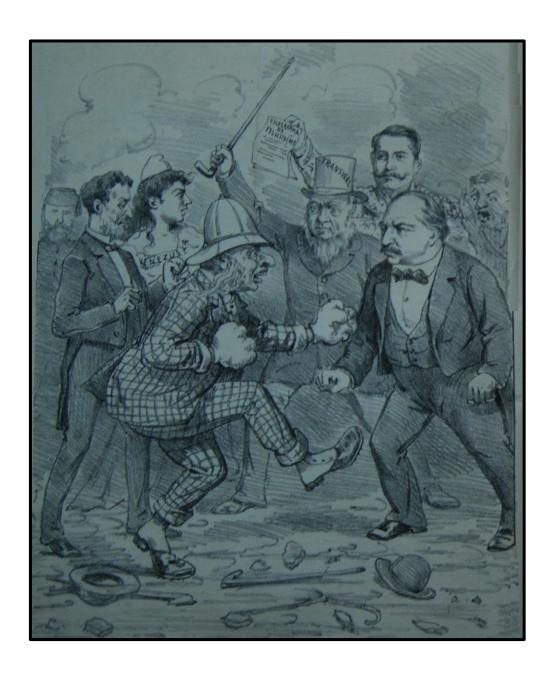
resto, garantindo o futuro e a liberdade das repúblicas americanas contra a má vontade de algumas monarquias europeias e as suas veleidades de dominarem pela força¹⁴⁸.

O principal alvo da insatisfação do hebdomadário caricato era a Inglaterra, fazendo referência a um "matreiro John Bull" que espertamente apelava para a questão do arbitramento por saber que a Ilha da Trindade era indubitavelmente brasileira. No mesmo sentido, citava as constantes práticas intervencionistas dos britânicos, mormente na América e na África, o que estaria a causar péssima impressão junto aos demais países, e a colocar-lhes em uma posição de isolamento no Velho Mundo, graças aos seus delitos e seculares processos de expansão territorial. Tais considerações eram ilustradas através de caricatura na qual o símbolo inglês aparecia em posição desafiadora a enfrentar os representantes de vários outros países, entre eles a República Venezuelana, o presidente norte-americano Cleveland e o brasileiro Prudente de Moraes, em clara alusão à Questão da Trindade. A legenda era: "John Bull brigando com meio mundo. Quando a desgraça penetra... Ai cara dura!..."149. Em meio a matérias e desenhos a respeito do carnaval, a folha fazia mais uma incursão à questão anglo-brasileira, dessa vez mostrando uma espécie de radiografia de uma enorme manopla, simbolizando a Inglaterra, que se agarrava aos rochedos da Trindade. Diante do quadro, o periódico explicava tratar-se da fotografia dos corpos opacos, ou seja, um clichê fotográfico tirado do natural, mostrando como a Inglaterra fazia "mão baixa" sobre o que não lhe pertencia¹⁵⁰.

¹⁴⁸ REVISTA ILUSTRADA, dez. 1895. A. 20. N. 704, p. 2-3.

¹⁴⁹ REVISTA ILUSTRADA, jan. 1896. A. 21. N. 705, p. 2-3 e 8.

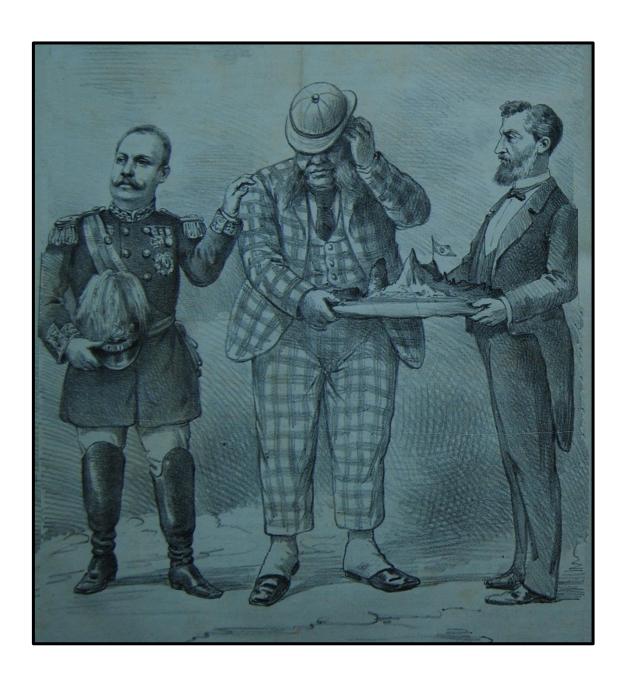
¹⁵⁰ REVISTA ILUSTRADA, fev. 1896. A. 21. N. 709, p. 8.





Passado algum tempo sem referências à querela diplomática que acabaria por ser resolvida com a participação lusitana, a *Revista Ilustrada* se mostrou exultante pela definitiva solução da mesma. Segundo o semanário, os ingleses, já havia tempos, procuravam uma saída airosa para o ato irrefletido e altamente censurável que tinham cometido, vindo a encontrá-la na mediação de Portugal, a qual levara ao final da questão, sendo respeitada a integridade do território nacional. O periódico louvava a ação portuguesa no caso, por ter libertado os brasileiros de um pesadelo e quiçá de um dos maiores perigos que eles haviam atravessado. O regozijo da publicação se manifestou também através de caricatura, na qual um John Bull cabisbaixo, orientado pelo soberano luso, reconhecia a soberania sobre a Ilha da Trindade, devolvendo-a ao Presidente do Brasil¹⁵¹.

 $^{^{151}}$ REVISTA ILUSTRADA, ago. 1896. A. 21. N. 720, p. 2 e 8.



Dom Quixote

A *Revista Ilustrada* tornara-se passado quando Ângelo Agostini retornou ao Brasil, após a proclamação da República. Nessa época, passava a dedicar-se a um novo projeto voltado à imprensa ilustrada e humorística do qual resultou a fundação do *Dom Quixote*¹⁵², o qual circulou no Rio de Janeiro, de 1895 a 1903, e marcou o auge artístico do publicista ítalo-brasileiro¹⁵³. Sob a inspiração de Miguel de Cervantes, a redação do novo semanário enfatizava que era universalmente conhecida a "obra monumental" deste autor, de modo que se considerava dispensada de dizer o que foi "o herói famoso", cujo nome aparecia no cabeçalho da publicação. Ressaltava ainda que, paulatinamente, os leitores viriam a ter o ensejo de perceber que aquele *Dom Quixote*, "já pelo nome, já pelo seu caráter esquisito", teria "muita afinidade e ate mesmo algum parentesco com o decantado e engenhoso fidalgo de La Mancha". A folha apontava que, naquele fim de século "ainda se sofre muito, ainda se é vítima de um sem número de prejuízos morais e de inqualificáveis abusos, praticados quase sempre pelos fortes", ou que assim supunham ser, "contra os fracos, que são, na maioria dos casos, os que não têm consciência da sua força". Ao embasar-se na obra do escritor espanhol, que lhe inspirara o título, o periódico se apresentava como resolvido e pronto a quebrar muitas lanças pelo seu grande ideal, sentindo-se representado pela inscrição "mais civilização, mais progresso, mais

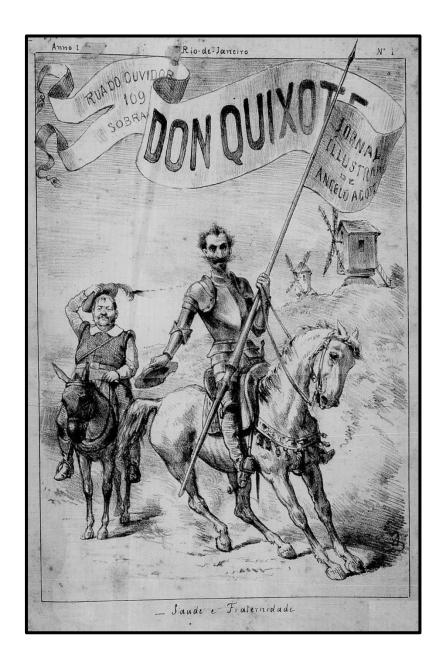
¹⁵² SODRÉ, 1999, p. 219.

¹⁵³ COSTA, Carlos Roberto. *A revista no Brasil, o século XIX.* São Paulo: USP, 2007 (Tese de Doutorado). p. 272.

humanidade". Com base nos dois personagens centrais do livro de Cervantes, a redação da revista foi representada tanto pelo D. Quixote quanto pelo seu "fiel escudeiro, o precioso Sancho Pança", que acompanharia o primeiro, "indefectível, em toda a penosa jornada", vindo a avisá-lo "de todos os perigos iminentes" e dando-lhe "sempre a nota realista, a nota prática, a nota filosófica dos acontecimentos" Ao contrário da *Revista Ilustrada,* que, após a saída de Agostini e com a chegada da República, adotou uma postura abertamente oficialista, o *Dom Quixote* retomou a abordagem predominantemente crítica, típica do artista brasileiro-italiano e tal espírito crítico-opinativo se faria presente nas abordagens acerca da questão da Ilha da Trindade.

-

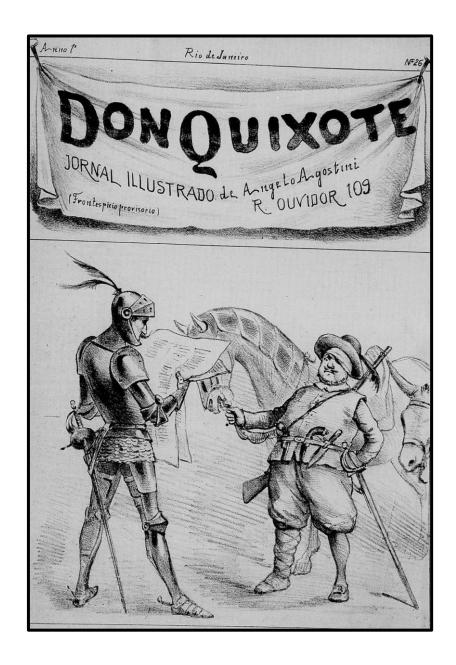
 $^{^{154}}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro. 23 jan. 1895, A. 1. N. 1. p. 2.



A respeito da disputa territorial entre Brasil e Grã-Bretanha, o periódico trouxe caricatura de primeira página, na qual, enquanto D. Quixote lia as notícias no jornal, Sancho Pança aparecia carregado de armas, no sentido de que ambos estariam prontos para o caso de haver enfrentamentos bélicos com os britânicos. O primeiro afirmava que o país se aprontava para a guerra, apesar das últimas notícias dizerem que estaria a Inglaterra "disposta a tratar da questão amigavelmente"; ao que o outro respondia que tal comportamento da potência europeia ocorrera tendo em vista que ela soubera que ambos estavam "resolvidos a dar-lhe uma lição". O hebdomadário estabelecia uma postura crítica para com o imperialismo, apontando como indevida a ação inglesa na África, cobiçando "as belas conquistas" lusas em tal continente. No mesmo sentido, considerava que a Inglaterra não ignorava que a Ilha da Trindade pertencia ao Brasil, uma vez que a havia ocupado no século XVII, mas se vira obrigada a abandoná-la, a partir das "justas e enérgicas reclamações do governo português". Apontava ainda que Grã-Bretanha preferia ver o Brasil enfraquecido, tratando de criar "embaraços, declarando ter o direito de ocupar a Ilha, como pertencente" a si. Em tal contexto, chegou a elogiar as atitudes das autoridades públicas brasileiras, por reagirem "com toda a energia" contra a atitude inglesa¹⁵⁵.

-

¹⁵⁵ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 1-2.



Segundo o semanário surgia "em nosso horizonte político uma questão internacional", demarcando que "só nos faltava agora brigar com a Inglaterra". A folha se referia a uma conjuntura de dificuldades, apontado para os obstáculos para a pacificação no sul do país, agitado por um processo revolucionário, enquanto, ao norte, havia a disputa fronteiriça com a França, no Amapá. Diante disso, reclamava que "como se tudo isso ainda não bastasse, surge agora a questão da Ilha da Trindade com a Inglaterra, que pretende apossar-se do que não é seu" e desejava que o governo resolvesse "tão delicada questão internacional com a precisa energia, aliada à maior prudência". Alertava que "se todas as questões internacionais fossem resolvidas de acordo com os princípios da justiça e do direito, nada teríamos que recear", uma vez que a diplomacia brasileira fornecera "imediatamente provas documentadas de que a ilha pertence ao Brasil", mas que o contexto internacional estava a demonstrar o predomínio da força sobre o direito, o que estaria a "nada prometer de bom" 156.

Assim a folha enfatizava que "firmeza e prudência" seriam recomendáveis "não só ao governo, mas ao povo", pois "as bravatas patrióticas de alguns exaltados podem causar sérios embaraços e talvez desgraças irreparáveis" e concluía que "o nosso direito está de pé" e "devemos sustentá-lo energicamente, mas com a calma necessária para não comprometê-lo". O hebdomadário ainda noticiava que houvera "uma reunião popular protestando contra a ocupação da Ilha da Trindade", na qual se manifestaram vários "notáveis cidadãos, protestando, a bem do nosso direito, contra a violência

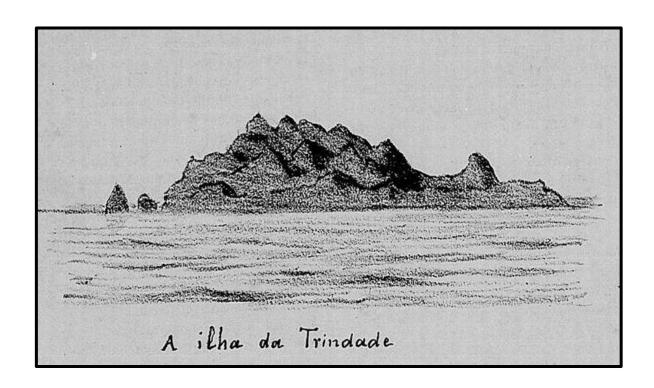
¹⁵⁶ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 3.

estrangeira, sendo entusiasticamente aplaudidos". Manifestava que "felizmente o povo, no meio das suas manifestações, tem mantido a calma tão necessária em questão de tal natureza". Opinava ainda que, "essas manifestações demonstram claramente que o governo pode contar com o povo nesta emergência, mas o povo deve também mostrar, agindo com calma, que conta com o governo para garantir seus direitos"¹⁵⁷.

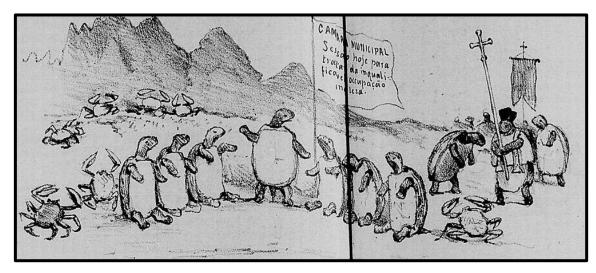
Em conjunto caricatural, a publicação humorística mostrava os rochedos da Ilha da Trindade, afirmando que a história dizia que ela pertenceu a Portugal desde 1501, tendo o Brasil a recebido "de herança", mas não a povoara, por considerá-la inabitável, "entregando-a aos cágados e caranquejos", referindo-se jocosamente à perspectiva de que tais animais teriam "civilizado" a região. Citava que no século XVIII ocorrera uma invasão inglesa, mas Portugal, representada pelo velho cavaleiro, tratara de expulsar os estrangeiros. Com a nova ocupação, que causara "grande susto" aos animais que habitavam a ilha, o periódico mostrava a figura feminina que representava a República, de dedo em riste, expulsando John Bull, que estaria pretendendo aproveitar-se da instabilidade brasileira, ou seja, "pescar nas águas turvas da política brasileira". Detalhava que tais águas, "impelidas por tempestade de indignação patriótica" teriam levantado grandes ondas, que promoveram a fuga do personagem britânico em pequena embarcação. Na conclusão do quadro de desenhos, D. Quixote e Sancho Pança, em um balão, observavam o Atlântico, vendo o "polvo colossal" que seria a Inglaterra, que, com suas práticas imperialistas, estendia

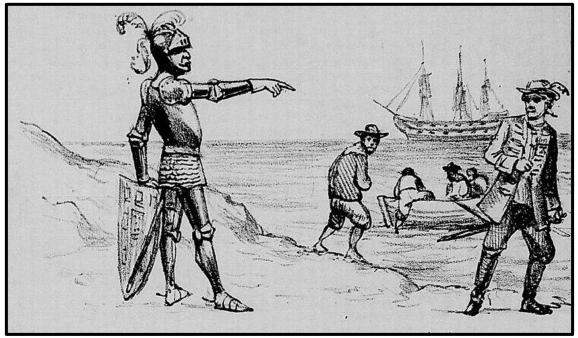
¹⁵⁷ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 3.

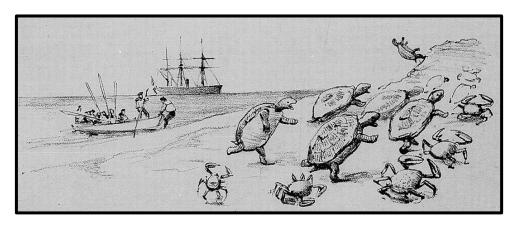
longos tentáculos em direção à África e à América do Sul, inclusive à Ilha da Trindade¹⁵⁸.

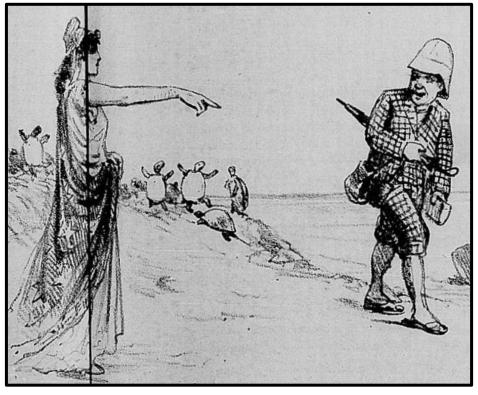


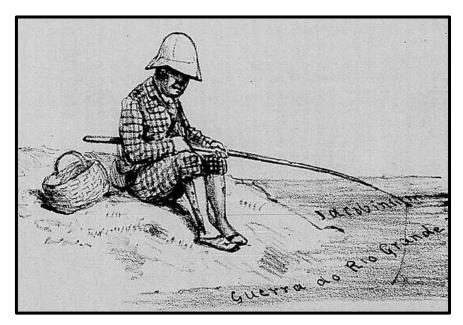
 $^{^{\}rm 158}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 4-5.

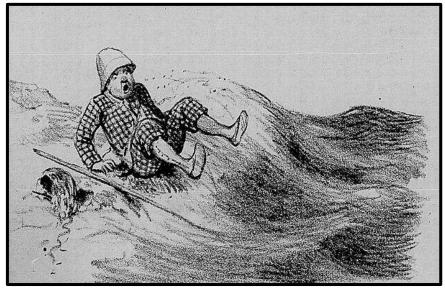


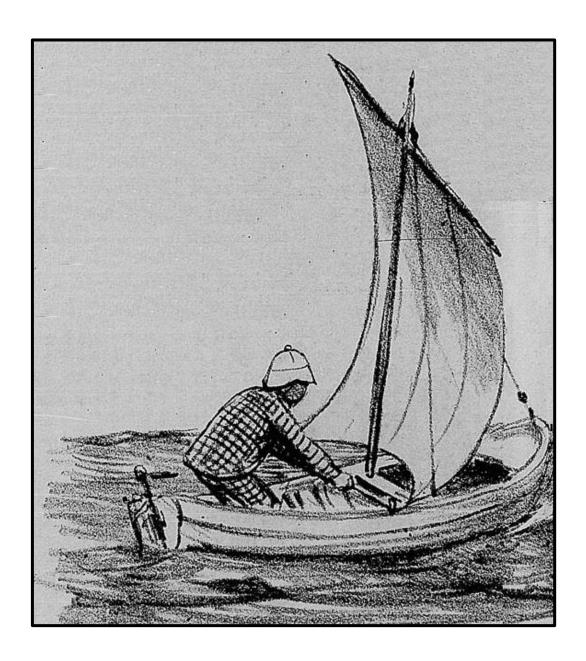


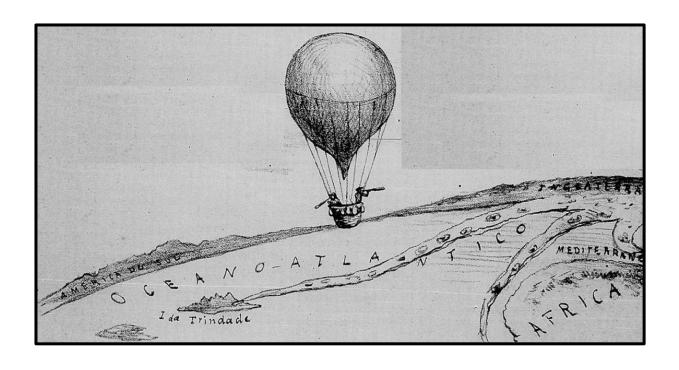












Por meio de versos, o semanário referia-se à questão anglo-brasileira, explicitando que aquele "caso da Trindade" dava muito o que pensar, sendo "melindroso em verdade", com a invasão de parte de John Bull, sem nem ao menos avisar, de modo que além da cobrança dos tantos empréstimos que fizera ao Brasil, a Grã-Bretanha poderia vir a avançar sobre outras partes do território brasileiro, além da rochosa área insular que acabara de ocupar¹⁵⁹. Em novo conjunto caricatural, o *Dom Quixote* realizava gracejos em torno do espírito antibritânico que tendia a tomar conta do país, de modo que a população estaria

¹⁵⁹ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 6.

a desprezar tudo o que lembrasse os ingleses. Nesse sentido, sob o título "Exaltações patrióticas", mostrou um conjunto de pessoas depredando a fachada do Hotel Londres, apensa por causa de sua denominação. Por outro lado, em um restaurante, para manter o caráter antibritânico, um indivíduo negava-se a comer um "beef", assim como um estabelecimento de hospedagem preventivamente ostentava cartaz no qual garantia aos fregueses que não servia "coisa alguma que cheire a inglês". Já outro cidadão fazia questão de livrar-se de suas "botinas inglesas", atirando-as ao ar e acabando por atingir a um outro. No barbeiro, por sua vez, outro brasileiro "exaltado" se recusava a praticar um corte "à inglesa", enquanto outro, mais moderado, pretendia expedir telegrama à Trindade, pedindo ao povo que se conserve calmo¹⁶⁰.

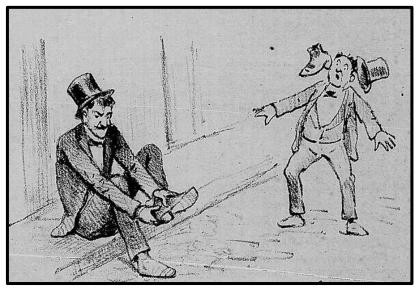
_

 $^{^{\}rm 160}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 27 jul. 1895. A. 1. N. 26. p. 8.

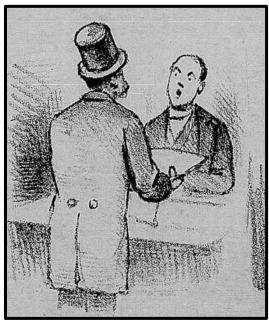












O semanário caricato insistia na necessidade de o governo providenciar o mais breve possível o processo de pacificação interna do Brasil, fazendo cessar a revolta que acontecia no sul do país. Na sua concepção, a continuidade do enfrentamento bélico fazia com que a Inglaterra, sentindo-se forte pela desunião dos brasileiros" tivesse se sentido à vontade para apoderar-se de um pedaço do território nacional, que, "embora longe, no meio do oceano, é uma parte do país, e representa um direito sagrado", de maneira que não seria compreensível que houvesse homens "que levem a sua falta de patriotismo a desejar a continuação de tal guerra". Além disso, a folha humorística dizia que ainda aguardava a decisão desta importante questão, destacando que, apesar de uma suposta boa vontade do governo inglês "de reconhecer o incontestável direito do Brasil à posse da ilha", circulavam boatos que não seriam muito favoráveis à causa brasileira. Apesar do noticiário de que a diplomacia britânica não tivesse tomado resolução alguma, a revista ilustrada buscava mostrar "inteiro crédito" no governo brasileiro, o qual não deveria deixar que se prolongasse por muito tempo sem solução "esta importantíssima pendência, cujo resultado final o povo espera ansiosamente, embora calmo", pois estaria confiante "no critério do Presidente da República", o qual não deixaria "de sustentar com toda a energia os seus direitos"161.

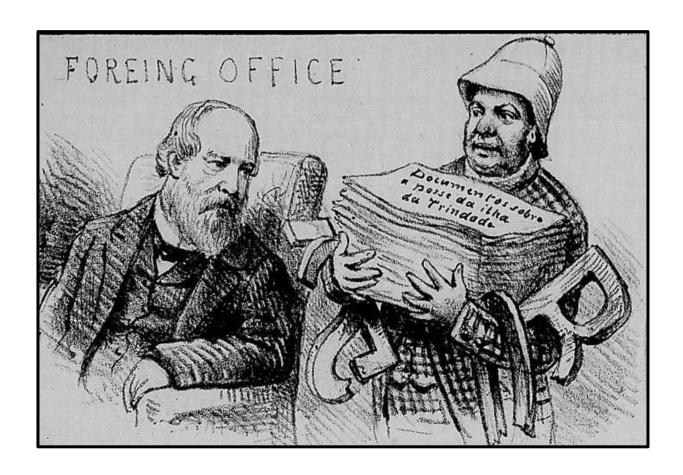
Em outro conjunto de caricaturas intitulado "Por causa da Ilha da Trindade", a folha apresentava o ministro britânico responsável pelas relações exteriores recebendo John Bull, o qual relatava os acontecimentos no Brasil,

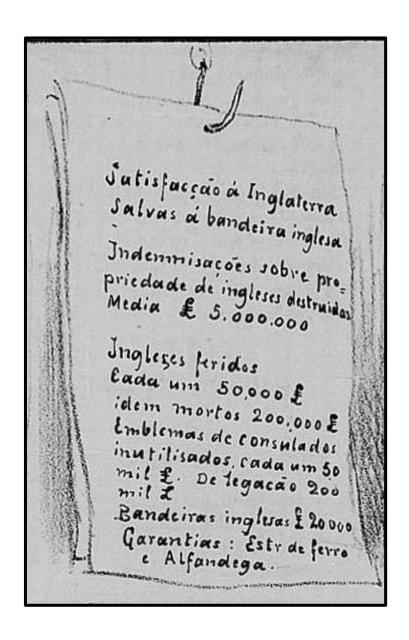
 $^{^{161}}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 3 ago. 1895. A. 1. N. 27. p. 2.

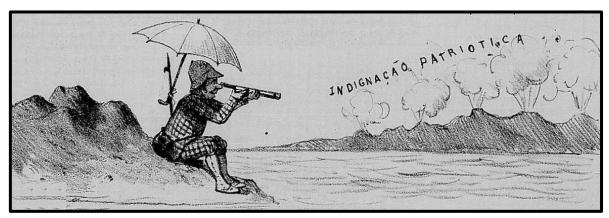
referindo-se às manifestações populares, como no caso da quebradeira dos letreiros do Hotel Londres, mas, ao mesmo tempo apresentava um grande volume de papeis, que teriam sido enviados para comprovar a posse brasileira sobre a região insular. Com ironia, o periódico já previa que os ingleses estariam a preparar uma "terrível lista", correspondendo a indenizações que viriam a exigir por considerarem que, mais de uma vez, os brasileiros estariam a prejudicar os interesses dos súditos britânicos. O personagem que representava os ingleses era também desenhado, observando a Ilha da Trindade à distância, por meio de uma luneta, considerando a possibilidade de que o Brasil se transformasse em um vulção, do qual emanaria profunda "indignação patriótica". Enfatizando os exageros que estariam a acontecer, trazia a presença de alunos que, bandeira em punho, se manifestariam diante do Presidente, no "mais ardente patriotismo", a exigir "que o governo declare a guerra", ao passo que, ironicamente, mostrava que a autoridade presidencial, para realizar o pretendido confronto bélico, precisaria recorrer empréstimos internacionais, apelando para o próprio John Bull no sentido de obter tais recursos e mesmo junto a outro governos estrangeiros. De acordo com a publicação, tal situação poderia provocar profunda crise governamental, inclusive com a queda ministerial, e recrudescimento das manifestações de rua, diante do que, Sancho Pança, de mãos postas, rezava para que os homens públicos tomassem juízo¹⁶².

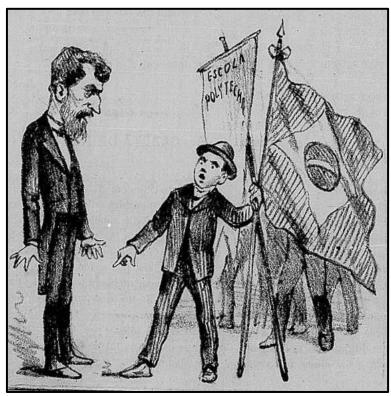
-

 $^{^{162}}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 3 ago. 1895. A. 1. N. 27. p. 4-5.







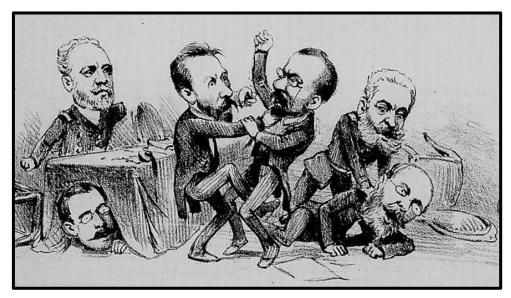




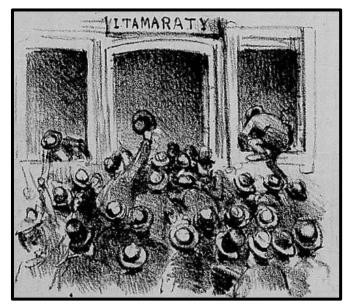


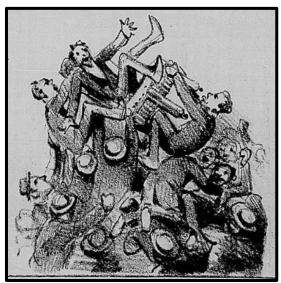








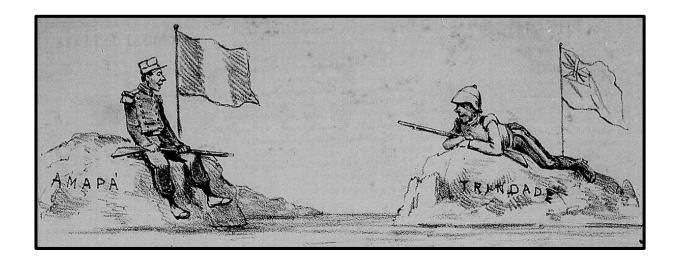






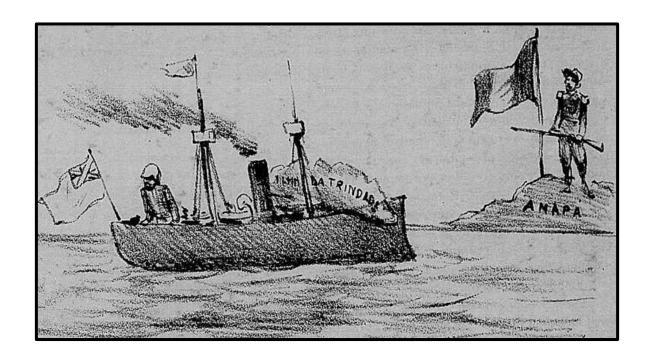
A noção de que a paz no sul do Brasil seria um fator primordial para a solução da questão da Trindade voltou a ser defendida pelo periódico ilustrado carioca. Na sua concepção, seria "natural" o fato do caso binacional em torno da ilha não estar resolvido, opinando que, enquanto o Rio Grande não estiver pacificado, existindo no sul uma "desgraçada guerra" como uma ameaça à

integridade nacional, a Inglaterra poderia prolongar a querela diplomática. Julgava assim que a pacificação no Rio Grande do Sul traria consigo, com brevidade, um resultado favorável à dignidade nacional e aos direitos do país à região insular. Tal perspectiva era confirmada por meio de representações caricaturais com a presença de militares da França e da Grã-Bretanha, ocupando respectivamente os territórios do Amapá e da Trindade, "ambos de palanque, a ver em que param as modas", pois, à medida que persistiam os confrontos no sul, tais ações imperialistas tendiam a se consolidar em apossar terras nacionais¹⁶³.



¹⁶³ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 10 ago. 1895. A. 1. N. 28. p. 2 e 8.





O tom preocupado voltava a ocupar as páginas do hebdomadário, como ao apresentar a possibilidade de uma alternância partidária no poder da Grã-Bretanha, da qual, segundo a folha, poderia resultar "grande bernarda da nossa questão da Ilha da Trindade". Destacava que os leitores deveriam lembrar que, por meio de seus textos e desenhos, o periódico dera a entender que o Brasil deveria desconfiar do atual governo de Sua Majestade Britânica, sendo necessário que os governantes brasileiros abrissem os olhos para que não se desse causa a qualquer ruptura com a Inglaterra, por alguma imprudência, esta

não deveria partir do Brasil¹⁶⁴. Mais uma vez recorrendo ao texto em versos, o semanário tratava de temas variados, dentre eles os litígios fronteiriços, afirmando que Inglaterra e França estariam a amolar o Brasil com a Trindade e o Amapá, questões que já pediam um término, o qual não havia certeza de quando ocorreria, precisando o Zé Povo calar-se, pois estaria a gritar à toa, uma vez que se tratava de um "segredo de Estado"¹⁶⁵.

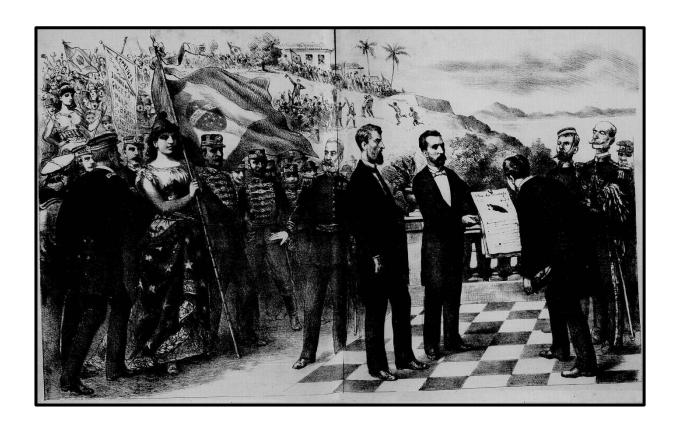
O apoio às autoridades governamentais ficaria expresso em alegoria na qual o *Dom Quixote* mostrava os governantes brasileiros comprovando definitivamente que a posse da Ilha da Trindade era do Brasil. Além dos políticos, compunham a cena vários militares e duas representações femininas, a da República, em primeiro plano, com o pavilhão nacional à mão, e, mais atrás, a imprensa, simbolizando o papel do jornalismo na campanha antibritânica, sendo o quadro imagético complementado pela presença maciça do povo, que comemorava o que era considerado como uma vitória brasileira. Na versão do periódico, "a atitude enérgica e digna do governo, que tão bem sustentou os nossos direitos sobre a posse da ilha, e o sentimento patriótico que manifestou o povo brasileiro em defender a República", teriam feito "com que a Inglaterra se curvasse diante de tão justo protesto" 166. O olhar esperançoso voltava a aparecer em trecho no qual o hebdomadário garantia que as relações exteriores

¹⁶⁴ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 19 ago. 1895. A. 1. N. 29. p. 3.

¹⁶⁵ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 24 ago. 1895. A. 1. N. 30-31. p. 6.

¹⁶⁶ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 11 set. 1895. A. 1. N. 32. p. 11-12.

prometiam que a Ilha da Trindade seria "arrancada das garras do leopardo britânico" 167.



 $^{^{\}rm 167}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 5 out. 1895. A. 1. N. 35. p. 6.

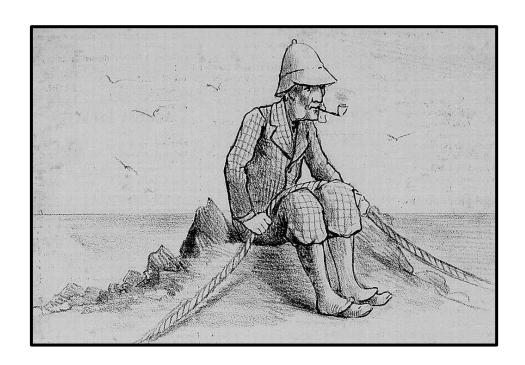
Voltando à abordagem inicial a respeito dos animais que ocupavam a ilha disputada no litoral brasileiro, o periódico jocosamente garantia que "Trindade não abandonaria o Brasil, por votação unânime das tartarugas indígenas" 168. Mantendo o bom humor, a folha afirmava que, em definitivo, a Inglaterra teria declarado que não pretendia apossar-se da Ilha da Trindade, mas não abriria mão de "seu direito, firmado pelo *uti possidetis"*, de fincar ali o cabo submarino do telégrafo". Considerava que, "em boa linguagem", tal atitude chamava-se "uma ladroeira", não havendo denominação no direito internacional para tal "patifaria". Diante da grita generalizada antibritânica, gracejava que o Brasil deveria ceder de todo à Inglaterra aquela "ilha árida e estéril, mas com uma só condição", a qual seria a de que o governo da rainha Vitória precisaria levar também, "como sobrecarga", vários políticos e jornais brasileiros, bem como a febre amarela e diversos casos de corrupção, e também "algumas coisas igualmente paludosas e amoladoras", de maneira que, assim, o país ganharia no negócio 169.

Em termos caricaturais, John Bull retornava às páginas do semanário, em um formato gigantesco, sentado nos rochedos da ilha, agarrando um cabo com ambas as mãos. Com ironia, o periódico dizia que "a loura Albion declara ingenuamente que não quer a Ilha da Trindade", mas sim "ali assentar um cabo para seu uso particular". Recorrendo à figura do indígena, representação que por décadas Agostini utilizara para simbolizar o povo e a nacionalidade brasileira, a

¹⁶⁸ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 12 out. 1895. A. 1. N. 36. p. 3.

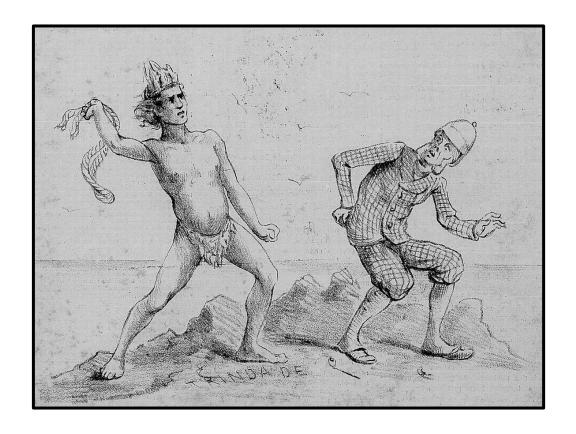
¹⁶⁹ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 9 nov. 1895. A. 1. N. 39. p. 6.

folha apresentava um índio a utilizar-se daquele fio condutor com um outro propósito, ou seja, atingir o personagem que designava os britânicos, o qual parecia assustadiço e pronto a fugir. A legenda era: "Mas o Brasil há de afirmar o seu direito e utilizar-se do mesmo cabo... a seu modo"¹⁷⁰. Nas proximidades das comemorações do 15 de Novembro, a publicação ilustrada considerava que a República Brasileira ainda não estaria desonrada, a não ser que viesse a dar o Amapá aos franceses e aos ingleses a Trindade, com ou sem arbitramento¹⁷¹.



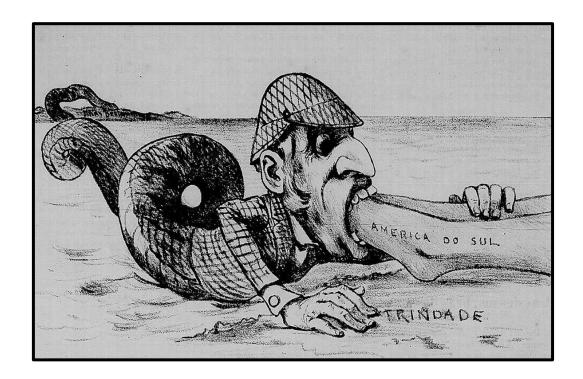
¹⁷⁰ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 9 nov. 1895. A. 1. N. 39. p. 8.

¹⁷¹ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 23 nov. 1895. A. 1. N. 41. p. 6.

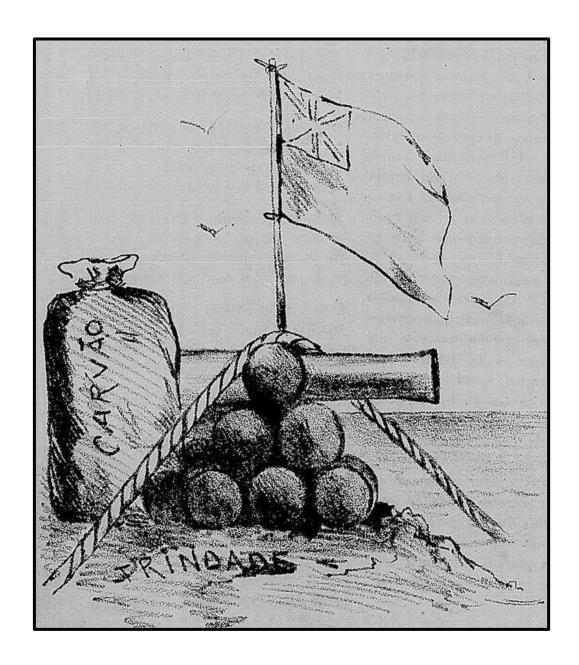


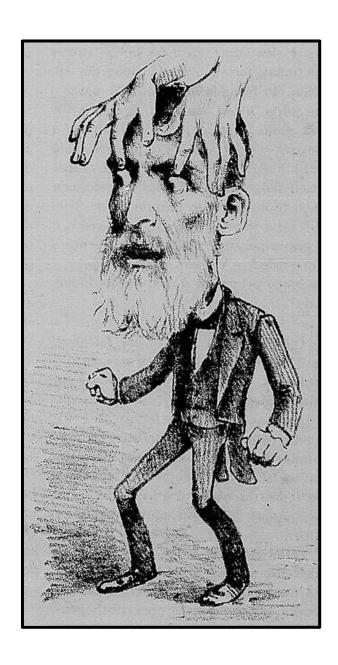
Como uma gigantesca cobra que partia das ilhas britânicas para chegar à Ilha da Trindade, John Bull era metamorfoseado, colocando-se pronto a devorar "pelos pés" a América do Sul. Perante a cena o periódico afirmava que "a jiboia inglesa insiste em querer deglutir a América do Sul", de modo que "a Venezuela pelo ultimato e o Brasil pelo arbitramento, estão arriscados a passar pelas engolideiras de John Bull, que não pode ver ilha sem passar-lhe a mão lesta e fácil". Para a folha caricata, a verdadeira intenção da potência europeia seria por

ali passar contrabando e ter um domínio estratégico, bem de acordo com a diplomacia da força, também denominada da canhoneira, que vinha praticando recorrentemente, vindo o hebdomadário a comentar que "o pretexto é um simples cabo telegráfico a passar pela Trindade... mas por baixo do cabo, quanto contrabando". Diante disso, aconselhava que o Presidente da República deveria permanecer de olhos abertos, como lhe indicava "o bom senso", de maneira que, "nada de arbitramento é o que lhe diz o patriotismo brasileiro"¹⁷².



 $^{^{\}rm 172}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 30 nov. 1895. A. 1. N. 42. p. 4.





Em editorial intitulado "O arbitramento", o semanário voltava a se referir à "famosa e irritante questão da Trindade", a qual "tem inflamado com justa razão o patriotismo brasileiro", não obstante as atitudes populares, que teriam sabido conter-se "contra demasias impróprias de um povo civilizado". Com ironia, dizia que, após vários meses de discussão, teria "o *magnânimo* e generoso governo da Rainha Vitória", perante "às reclamações justíssimas do Brasil, propor que se decida o pleito por arbitramento". Na óptica da folha, a aceitação da arbitragem seria "uma prova de fragueza por parte do Brasil", pois "nenhuma nação que se preza tem o direito de curvar-se por semelhante forma diante dos canhões onipotentes do invasor". Considerava que o arbitramento somente seria viável quando houvesse "motivo sério, ou pelo menos sombra de dúvida sobre o direito que se pleiteia", o que não seria o caso da Trindade, para o qual só restava à Grã-Bretanha abandonar a posição invadida. Afiançava ainda que confiava na autoridade presidencial, esperando que a mesma recusasse a proposta arbitral, pois essa seria "a estrada da honra, e dela não há recuar" 173. No mesmo sentido, demarcava que "o inglês apanhou uma ilha nossa que andava esquecida e abandonada por nós", vindo a apropriar-se dela, e "agora, muito lampeiro e disfarçado", pedia "uma arbitragem, isto é, que um terceiro resolva se o que é nosso, é nosso mesmo"174.

A decisão favorável ao Brasil foi aplaudida pela folha ilustrada e humorística por meio do editorial "Solução honrosa", de acordo com o qual o

¹⁷³ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 14 dez. 1895. A. 1. N. 43. p.2.

¹⁷⁴ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 28 dez. 1895. A. 1. N. 44. p. 6.

desfecho dado à questão diplomática salvara "plenamente a dignidade do Brasil, ao mesmo tempo que lhe restituiu a inteira e legítima posse do seu direito incontestável". Os aplausos estendiam-se para Portugal, cuja ação, "tão discreta e tão inteligente", teria trazido "a solução única exigida pela nossa dignidade". Considerava ainda que "a restituição imediata, silenciosa, do objeto reclamado" viria a equivaler a "uma plena confissão vergonhosa do delito praticado", por parte da Grã-Bretanha, de modo que ela "própria oferecia a prova de seu intuito de apropriar-se conscientemente do alheio, aproveitando-se de um descuido". Ressaltava que o papel luso não fora o de árbitro e sim de mediador, de forma que "suas diligências" levaram à "solução honrosa", a qual dificilmente ocorreria "por processo diferente", redundando assim em uma "vitória retumbante" do Brasil¹⁷⁵.

Em termos iconográficos, o epílogo do caso diplomático era apresentado como uma conversa entre a dama republicana brasileira, o velho cavaleiro, simbolizando Portugal e um representante da Grã-Brenha. Enquanto a mulher-república dizia que não admitia a arbitragem, apresentando o seu "parente e amigo" para tomar a decisão quanto à posse da ilha; já o cavaleiro anunciava o ganho de causa ao Brasil; e o britânico reconhecia que Portugal tinha razão. Retomando a abordagem inicial, a folha mostrava que os habitantes da Ilha da Trindade, no caso as tartarugas, estariam manifestando "grande regozijo" e promovendo "procissões cívicas". A colocação de um farol em meio ao rochedo de Trindade também era comentada no desenho, ficando o desfecho por conta

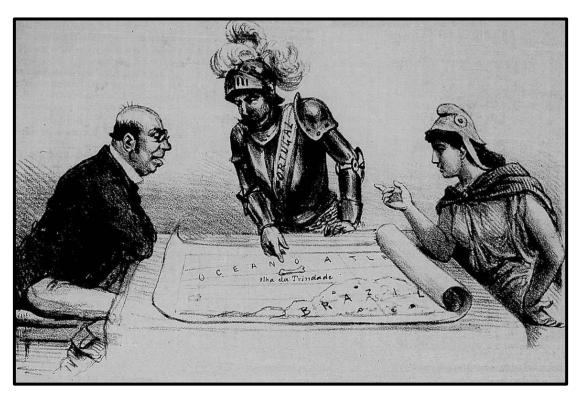
¹⁷⁵ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 8 ago. 1896. A. 2. N. 69. p. 2.

de dois cágados que – como os demais animais da ilha adquiriam capacidades humanas – conversavam: "Quando me lembro que uma poderosa nação europeia e outra poderosa nação americana estiveram quase a pegar-se por nossa causa, sinto-me deveras orgulhoso! Quem havia de dizer que a nossa ilha tem tanta importância!"; ao que o outro concordava, afirmando simplesmente "É verdade"¹⁷⁶. Ainda a respeito da querela diplomática, o periódico destacava "o feliz desenlace da questão da Ilha da Trindade, afinal decidida pela Inglaterra como era de razão e de justiça", lamentando entretanto, a continuidade da presença de "espíritos sobressaltados", perante outras questões internacionais que já se anunciavam¹⁷⁷.

_

¹⁷⁶ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 8 ago. 1896. A. 2. N. 69. p. 4.

 $^{^{\}rm 177}$ DOM QUIXOTE. Rio de Janeiro, 25 ago. 1896. A. 2. N. 70. p. 2.









Desse modo, diante da questão da Ilha da Trindade, a Revista Ilustrada e o Dom Quixote influenciariam a opinião pública, mas também por ela seriam influenciados, de modo que suas construções caricaturais refletiam desde os debates mais ardorosos com "conhecimento de causa", como os oriundos de intelectuais e homens públicos, até o mais jocoso comentário, as anedotas e as pilhérias recorrentes nas esquinas, nos bares, nas barbearias, e nos lares ou nos mais comezinhos lugares. Por ocasião do caso internacional anglo-brasileiro, ambos os periódicos demonstrariam seu norte editorial, baseado em uma formação discursiva específica, que revelava suas formas de descrever, narrar, criticar, comentar e interpretar aqueles fatos¹⁷⁸. O apego da *Revista* à forma de governo recém-instaurada, alinhando-se com os novos detentores do poder, colocava-a em uma postura ainda mais exacerbadamente nacionalista, exortando seus leitores e a população em geral naquele pacto de fé patriótica. À época do Império, eram as autoridades públicas fustigadas pela folha, mas, com a República, emanavam de suas páginas cândidos elogios aos governantes, ainda que os mesmos não estivessem tão preocupados com aquele território, relegando-o, inclusive, a um segundo plano, no contexto dos litígios territoriais, com os quais o país se envolvia naquele momento. Diante disso, estabelecia-se verdadeiro confronto discursivo entabulado pelo semanário – de um lado o Brasil e do outro a Inglaterra –, que teria ousado invadir um "sacrossanto pedaço" da terra brasileira. O Dom Quixote, por sua vez, optou por um caminho

-

¹⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

mais crítico em relação aos novos detentores do poder, sem que se opusesse à forma de governo republicana. Nesse sentido, este hebdomadário não deixou de participar da campanha antibritânica, embora demonstrasse uma postura mais realista diante das disparidades no confronto entre uma potência europeia e a jovem República sul-americana.

De acordo com tal espírito, a *Revista* e o *Dom Quixote* se engajariam na cruzada patriótica antibritânica, utilizando-se do estilo vibrante, irônico e jocoso. A simbologia, uma das marcas registradas da caricatura, esteve presente nas páginas dos semanário na simples reprodução paisagística da Ilha, para demonstrar o que os brasileiros estariam a perder, na demonstração da mobilização popular e, mormente, nas várias formas de representar o inimigo inglês. O imperialismo britânico era apresentado na configuração do leão, uma das típicas representações de tal nação, que buscava se assenhorar da América. Aparecia ainda como a serpente que destruía Laocoonte e seus filhos, em um apelo à cultura clássica e envolvendo todo o conteúdo de conflitos e traições que cercam tal personagem, além de demonstrar que, ao menos para parte dos leitores, os signos oriundos da mitologia greco-romana faziam algum sentido. E surgia também como uma enorme manopla, com todo o seu simbolismo de autoridade, poder, força e dominação que - revelada por uma espécie de radiografia mostrando seus ossos, estes também no sentido de poder e força agarrava a Ilha, como uma presa, alvo da cobiça imperialista. Bull também surgia metamorfoseado como um gigantesco polvo - animal disforme e tentacular, aparecendo com a simbologia dos monstros, que traduzem espíritos

infernais – e uma enorme cobra – criatura fria, diferente e assustadora –, que estendiam seus corpos em direção à disputada ilha no litoral atlântico¹⁷⁹.

Nesse sentido, John Bull, uma das mais tradicionais representações da Inglaterra, foi o mais recorrente símbolo utilizado pelas revistas ilustradas cariocas para designar o adversário. A figura humana – mesmo que às vezes metamorfoseada em parte animal – trazia em si uma forma mais simples de criar uma identidade para o inimigo, dando-lhe uma face e um corpo, além de demonstrar que tal personagem era identificado em seu significado pelos leitores. Tal presença ganhava as páginas das publicações, nas mais variadas situações, mas todas elas procurando conferir-lhe a pecha de invasor, contra o qual deveria voltar-se a ira brasileira. Assim, Bull foi apresentado - em um misto com um animal de carapaça - como um ser rastejante que devorava o solo nacional da Trindade, ou, ainda, como o homem que se preparava para engolir sua refeição, mais uma vez simbolizada pela Ilha colocada em um prato, mas que recebia o aviso de que poderia engasgar-se com tal comida, em uma alusão à reação brasileira, ou mesmo descansando sossegadamente naquele território insular, demonstrando quão tranquilamente aquela nação exercia suas práticas imperialistas. Ele ainda surgia enfrentando dificuldades na navegação, ironia quanto à potência que era a "dona dos mares" da época, além

¹⁷⁹ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos.* 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 589, 666, 728 e 814.; e CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos.* São Paulo: Moraes, 1984.

³⁷¹ e 434.

de exercer um papel de negociador diplomático, que só tinha olhos para a causa de sua nação.

O personagem-símbolo dos ingleses aparecia ainda como um assaltante portando uma arma – também designando o poder, a dominação, a opressão e a conquista – que roubava a Ilha brasileira. A face de um John Bull devorador da Trindade voltaria à cena, com amplo destaque para a boca e seu caráter destruidor, e para os dentes que também poderiam designar uma arma de ataque e a agressividade devorante, mas, no caso, encontravam-se sendo quebrados - pela suposta energia da reação brasileira - carregando, assim, o sentido, da derrota, da frustração e da falência do intento britânico. Tal figura era representada também em luta com vários outros países, expondo os conflitos nos quais se envolvia a maior potência imperialista de então, em um embate que traduzia também um meio de captação de poderes, mas, naquele caso, revelava que as práticas do imperialismo britânico já começavam a encontrar resistências em variadas partes do mundo, devendo o Brasil, portanto, seguir o mesmo caminho¹⁸⁰. Surgia também ironicamente, como aquele que "inocentemente" só estaria a pretender estender o cabo telegráfico pelo território brasileiro. Encerrada a questão, Bull surgia derrotado e cabisbaixo, tendo de devolver a Ilha ao Brasil, demonstrando, na concepção da caricatura, a vitória da nacionalidade.

A construção discursiva e iconográfica promovida pela *Revista Ilustrada* no sentido de exortar todos a participar da "santa missão" contra a Inglaterra,

¹⁸⁰ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 80, 133, 330 e 566; CIRLOT, 1984, p. 94, 121-122, 201 e 355.

trazia em si condicionantes, até certo ponto ingênuos e idealizadores. Tal perspectiva se fazia verificar em uma propalada crença de que o Brasil teria forças para reagir não só diplomaticamente à invasão britânica; no enaltecimento à ação dos governantes brasileiros, reagindo à invasão britânica, mesmo que muitos deles estivessem pouco ligando para aquele "rochedo estéril", em clara manifestação advinda do alinhamento da folha ao governo republicano; bem como na demonstração de pleno crédito na ação norteamericana como um anteparo ao imperialismo inglês, sem se preocupar com possíveis atitudes imperialistas estadunidenses, bem de acordo com os pendores pan-americanistas, oriundos da mudança na forma de governo. Já o Dom Quixote tinha uma postura mais pragmática e embasada na concretude dos fatos, de modo que, sem deixar de participar da cruzada antibritânica, também não abandonava a perspectiva de certa moderação de atitudes perante um inimigo tão poderoso. Ao mesmo tempo, as manifestações das duas revistas demonstravam um alcance significativo no que tange à geopolítica internacional, apontando para os riscos que poderiam advir da tomada da Ilha, com a presença britânica tão próxima do território brasileiro, fazendo relevantes analogias para com o caso da Argentina e de outras intervenções perpetradas pelos britânicos. Assim, misto do sério e do jocoso, do unívoco e do contraditório, da busca pela representação do real e da alegoria, como era típico das publicações caricatas de então, as posições da Revista Ilustrada e do Dom Quixote diante da questão da Ilha da Trindade, ao mesmo tempo que traduziam formas de pensar e agir de segmentos da sociedade brasileira, serviram, através

de suas notórias popularidades, para influenciar comportamentos e opiniões na edificação daquela "patriótica cruzada" contra John Bull.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.













IBSN: 978-65-89557-82-1